



SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DO TRIBUNAL



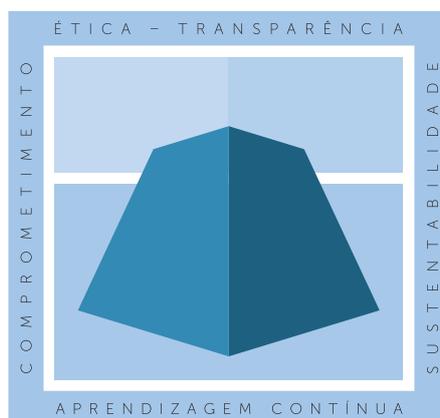
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

BRASÍLIA - DF - 2019



SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DO TRIBUNAL



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

BRASÍLIA - DF - 2019



SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE

Ministro João Otávio de Noronha

VICE-PRESIDENTE

Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura

MINISTROS

Felix Fischer

Francisco Cândido de Melo Falcão Neto

Fátima Nancy Andrichi

Laurita Hilário Vaz

Humberto Eustáquio Soares Martins

Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin

Napoleão Nunes Maia Filho

Jorge Mussi

Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes

Luis Felipe Salomão

Mauro Luiz Campbell Marques

Benedito Gonçalves

Raul Araújo Filho

Paulo de Tarso Vieira Sanseverino

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Antonio Carlos Ferreira

Ricardo Villas Bôas Cueva

Sebastião Alves dos Reis Júnior

Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Marco Aurélio Bellizze Oliveira

Assusete Dumont Reis Magalhães

Sérgio Luíz Kukina

Paulo Dias de Moura Ribeiro

Regina Helena Costa

Rogério Schietti Machado Cruz

Nefi Cordeiro

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Reynaldo Soares da Fonseca

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Antonio Saldanha Palheiro

Joel Ilan Paciornik

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Zacarias Carvalho Silva

DIRETOR-GERAL

Lúcio Guimarães Marques

DIAGRAMAÇÃO

Secretaria de Comunicação Social
Coordenadoria de Múltiplos Meios

Bem vindos!

De acordo com as disposições da IN TCU n. 63/2010, da Decisão Normativa TCU n. 161/2017, da Decisão Normativa TCU n. 163/2017, da Portaria TCU n. 65/2018 e da IN STJ n. 11/2015, o Superior Tribunal de Justiça apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2018 com o objetivo de permitir aos cidadãos brasileiros e aos órgãos de controle interno e externo avaliar como esta Corte investe os recursos dos contribuintes para entregar prestação jurisdicional cada vez mais efetiva à sociedade brasileira.

O Relato Integrado do STJ está assim estruturado:

- 1. Governança do STJ**, em que será tratada a identificação do Tribunal como unidade prestadora de contas e sua estrutura, a análise do cenário, a maneira como o STJ enfrenta seus desafios baseado nas premissas de uso de planejamento estratégico, governança, gestão de riscos e controles internos.
- 2. Resultados da gestão**, demonstrando os resultados alcançados para o período em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos traçados no Plano STJ 2020 e as informações específicas das áreas especiais da gestão.
- 3. Demonstrações contábeis**, com a situação e a gestão financeira, orçamentária e patrimonial do ano de 2018.

Boa leitura!

Mensagem do Presidente

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito.

Para atender a este louvável objetivo, esta Corte busca fundamentar as ações desenvolvidas ao longo do ano com foco na consecução de sua estratégia que é materializada no Plano STJ 2020 em que são priorizados 10 objetivos que consolidam a busca por uma prestação jurisdicional efetiva.

Alinhados a esse propósito, em 2018 fomos capazes de elevar nossa produtividade de julgados em 5%, o que significa 20 mil processos a mais que em 2017.

EM 2018, FORAM JULGADOS

524.801

PROCESSOS NO STJ

Mesmo tendo recebido 4% de processos a mais que no ano passado, conseguimos uma redução recorde do acervo de processos. Nosso estoque, que era de 330 mil processos no início do ano, teve uma queda de 11%, atingindo o patamar de 292 mil processos.

Esses resultados são comemorados por sua magnitude e só são vistos graças ao comprometimento da Administração, ministros, servidores e colaboradores desta Casa. Demonstram que não estamos comprometidos apenas com a eficiência, mas também com a transparência dos fatos e dos dados que são apresentados de forma íntegra neste relatório.

-11%

DO ACERVO DE PROCESSOS

Esperamos alcançar ainda mais em 2019 com a proposta de investir na modernização do STJ, com foco na adoção de novas soluções tecnológicas, reestruturação de setores estratégicos e capacitação de servidores.

Em 2019, teremos um ano desafiador do ponto de vista orçamentário. Portanto, faz-se ainda mais necessário garantir a eficiência, a inovação e a austeridade na gestão. Com certeza, o apoio de todos em prol do direcionamento estratégico será a base para as novas conquistas!



MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Sumário

1. Governança do STJ	9
Visão geral	10
Planejamento estratégico	16
Governança	23
Gestão de riscos e controles internos	26
Relacionamento com a sociedade	31
2. Resultados da gestão	37
STJ em números	38
Gestão orçamentária e financeira	43
Gestão de pessoas	50
Gestão de licitações e contratos	63
Gestão do patrimônio e infraestrutura	70
Gestão de tecnologia da informação	77
Gestão de custos	83
Gestão ambiental e sustentabilidade	84
3. Demonstrações contábeis	93
Declaração do contador	94
Demonstrações contábeis	95
Notas explicativas	101

1. Governança do STJ

Visão Geral

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito.

O STJ é a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais. Como órgão de convergência da Justiça comum, aprecia causas oriundas de todo o território nacional, em todas as vertentes jurisdicionais não especializadas.

Sua competência está prevista no art. 105 da Constituição Federal, o qual estabelece os processos que têm início no STJ (originários) e os casos em que o Tribunal age como órgão de revisão, especialmente nos julgamentos de recursos especiais.

O art. 105, além de disciplinar as competências originais e recursais do Superior Tribunal de Justiça, faz menção aos órgãos que funcionam em conjunto com este, quais sejam:

- Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam; e
- Conselho da Justiça Federal – CJF.

Em conformidade com o mesmo art. 105, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, criada pela Emenda à Constituição n. 45, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira tem como missão “promover, regulamentar e fiscalizar, em âmbito nacional, a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados para que a Justiça esteja em sintonia com a demanda social”.

A Escola apresenta direcionamento geral para o sistema de formação e aperfeiçoamento dos magistrados a partir de diretrizes pautadas nos objetivos da instituição. Nesse sentido, a Enfam tem suas principais atribuições demarcadas em três áreas de atuação: i) planejar, executar e coordenar as ações educacionais; ii) elaborar normas e diretrizes concernentes à formação e ao aperfeiçoamento dos magistrados; e iii) credenciar e acompanhar os cursos oficiais ofertados pelas escolas judiciais e de magistratura.

Salienta-se que o CJF é uma unidade prestadora de contas específica. Assim, as informações sobre esse órgão são tratadas em relatório de gestão próprio.

A estrutura orgânica básica do Tribunal foi aprovada pela Resolução n. 15 de 1º/9/2016, com as alterações conforme a Resolução n. 18 de 23/11/2016 e atualizada recentemente pela **Resolução STJ/GP n. 16 de 23 de novembro de 2018**. A estrutura organizacional, baseada no modelo funcional, distribui competências às unidades do STJ segundo o critério da especialização e estas se encontram disciplinadas no **Manual de Organização do STJ**, aprovado pela Instrução Normativa n. 7 de 2 de junho de 2017.



Quadro 1 - Fachada do Superior Tribunal de Justiça

O STJ funciona:

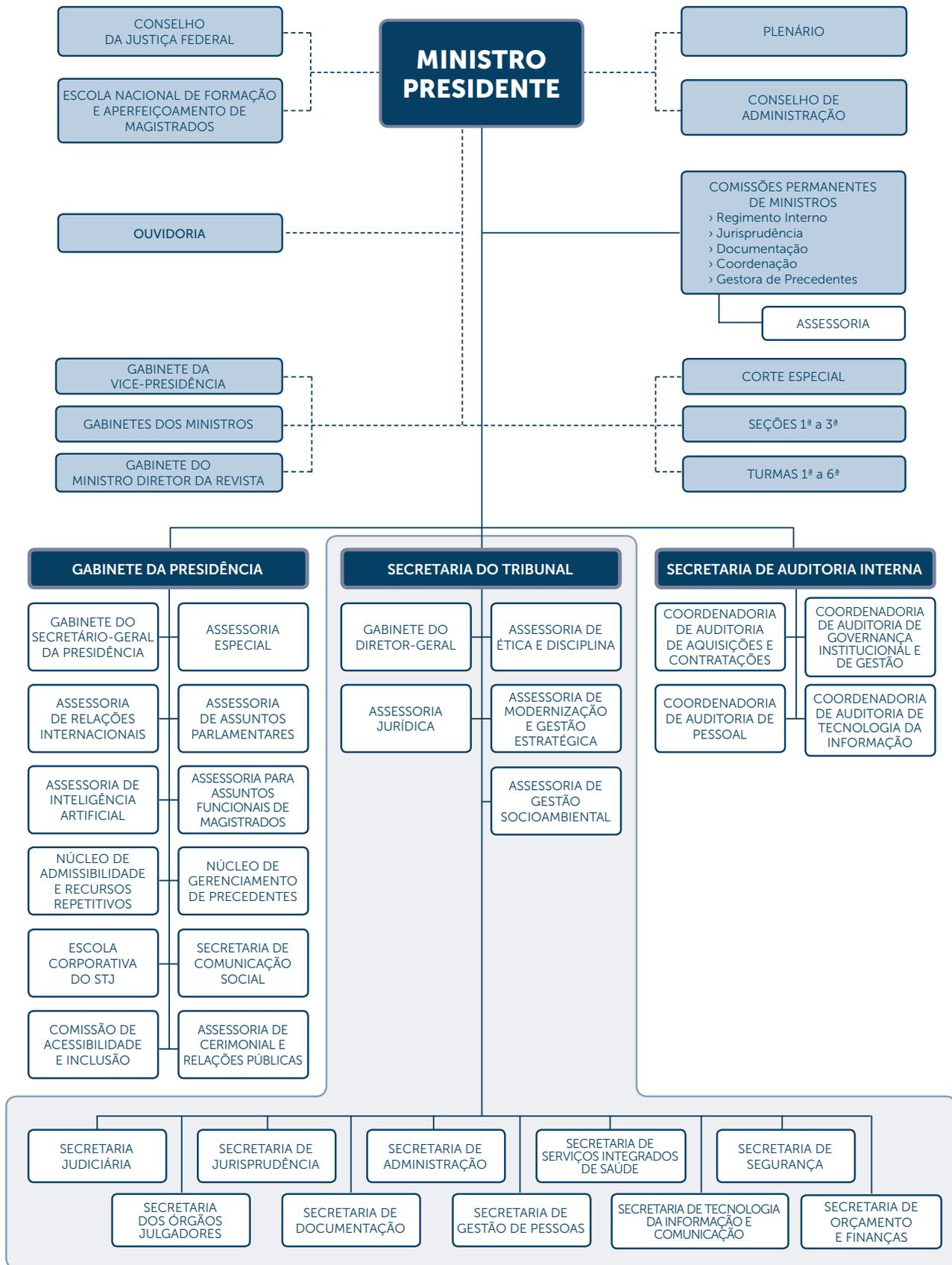
- I – em Plenário e pelo seu órgão especial (Constituição, art. 93, XI), denominado Corte Especial;
- II – em Seções especializadas;
- III – em Turmas especializadas.

A competência dos órgãos acima descritos encontra-se detalhada do art. 1º ao 7º do **Regimento Interno do STJ**.

Também estão previstos na estrutura do Tribunal o Conselho de Administração, integrado pelos onze ministros mais antigos e presidido pelo presidente do Tribunal, ao qual compete decidir sobre matéria administrativa, e as Comissões de Ministros, permanentes ou temporárias, que colaboram no desempenho dos encargos do Tribunal.

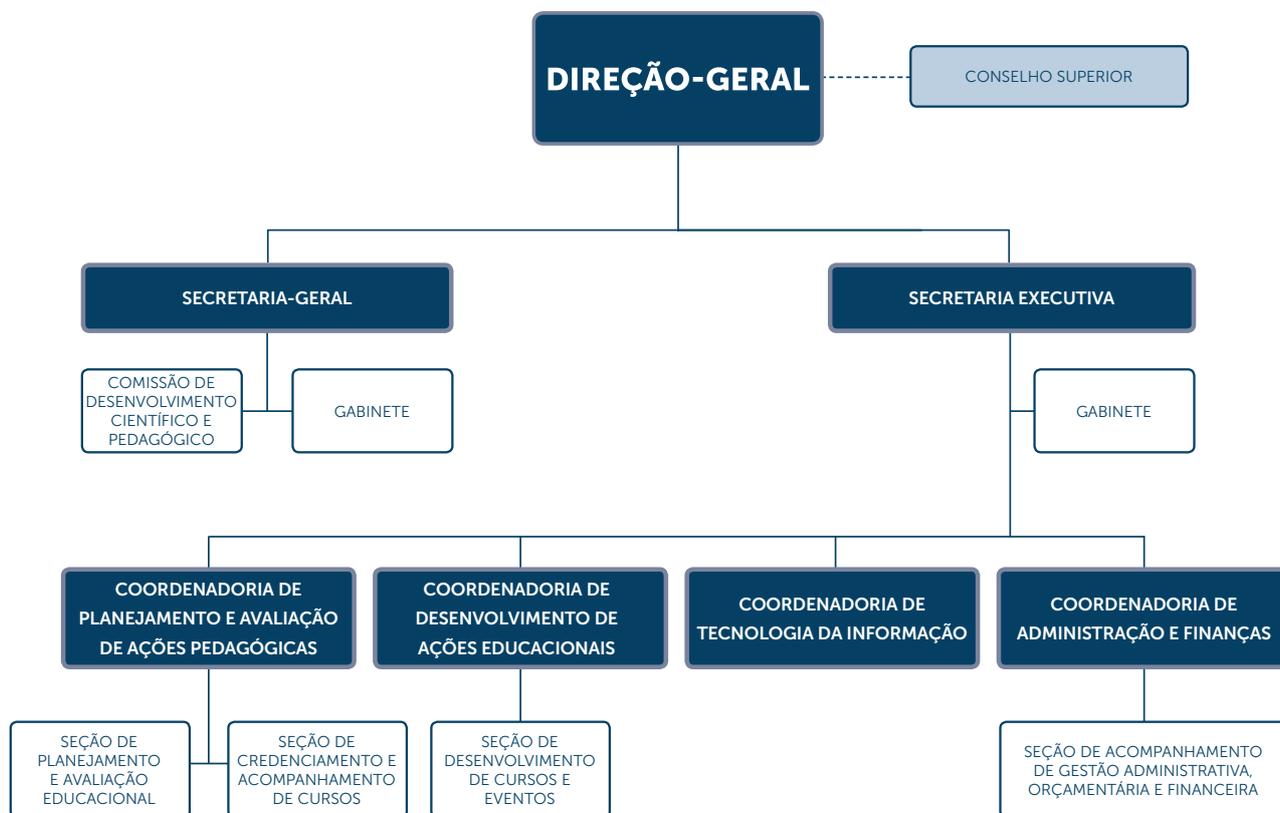
No que diz respeito à Enfam, seu **Regimento Interno**, aprovado pelo Tribunal Pleno do STJ em 8 de agosto de 2013, revisto e atualizado até a Resolução STJ n. 4 de 13 de março de 2014, estabelece a composição da estrutura orgânica da instituição: Conselho Superior, Direção-Geral, Secretaria-Geral e Secretaria Executiva.

O Conselho Superior, que formula as diretrizes básicas do ensino, elabora o planejamento anual e supervisiona as atividades acadêmicas e administrativas, é integrado pelo Ministro Diretor-Geral da Enfam, que o preside, e o Ministro Vice-Diretor da Enfam, ambos eleitos pelo STJ, Ministro Diretor do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, dois ministros do Superior Tribunal de Justiça e quatro magistrados, representando, equitativamente, a Justiça estadual e do Distrito Federal e dos Territórios e a Justiça Federal, sendo dois eleitos pelo Tribunal Pleno do Superior Tribunal de Justiça, um indicado pela Associação dos Juízes Federais do Brasil e outro pela Associação dos Magistrados Brasileiros.



Quadro 2 - Organograma do Superior Tribunal de Justiça

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados é responsável por regulamentar, autorizar e fiscalizar os cursos oficiais para ingresso, vitaliciamento, promoção e formação continuada na carreira da magistratura e funciona em estrutura funcional com competências definidas conforme o **Manual de Organização da Enfam**.



Quadro 3 - Organograma da Enfam

O macroprocesso finalístico do Superior Tribunal de Justiça, em consonância com as suas competências e determinações constitucionais, é a prestação jurisdicional. Ele compreende o processamento do feito desde o seu recebimento no Tribunal até a sua baixa definitiva. Os processos envolvidos são:

- autuação, triagem e distribuição realizadas pela Secretaria Judiciária;
- análise da admissibilidade recursal e a gestão de precedentes realizadas, respectivamente, pelo NARER e pelo NUGEP;
- julgamento pelos gabinetes de ministros;
- publicidade, procedimentos cartorários, além da baixa e arquivamento, realizadas pela Secretaria dos Órgãos Julgadores.

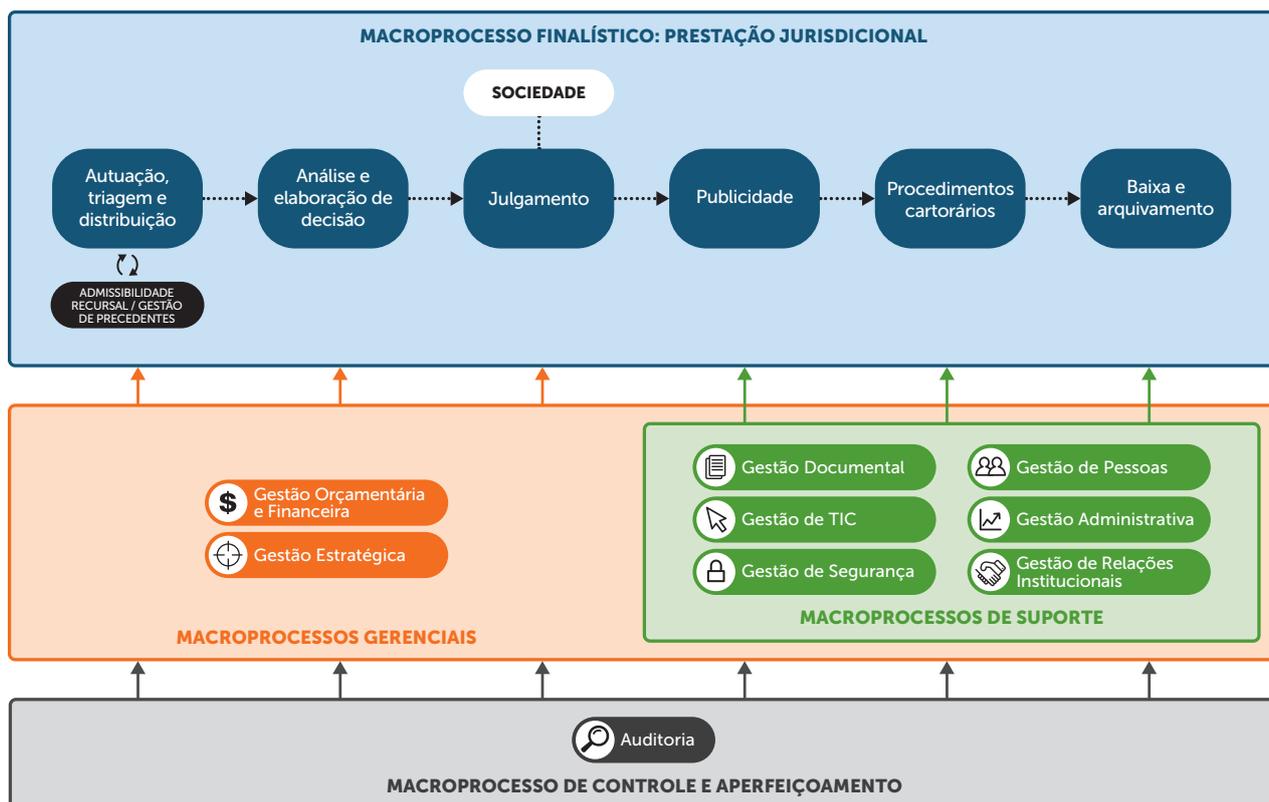
Seguindo com os trabalhos de mapeamento, durante o ano de 2018, foram desenhados os seguintes processos: Tramitação de Embargos de Divergência, Tramitação de AREsp em REsp (conversão), Transcrição de Registros, Publicação de Decisões Monocráticas, Processamentos de Sentença Estrangeira, Carta Rogatória, Ação Penal, Instrução de Audiências, Quebra de Sigilo Bancário.

MACROPROCESSO DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

FORNECEDORES	INSUMOS	PROCESSOS	PRODUTOS/SERVIÇOS	CLIENTES
Congresso Nacional Tribunais Advogados e partes Gabinetes de Ministros do STJ Secretaria Judiciária do STJ Secretaria dos Órgãos Julgadores do STJ Secretaria de Jurisprudência	Leis Jurisprudência Petições Processos Despachos Certidões Decisões Informações Relatórios	Autuação. Triagem, classificação e distribuição	Petições e processos registrados no Sistema Justiça	Gabinetes de Ministros
		Admissibilidade recursal e Gestão de precedentes	Processos distribuídos	Secretaria Judiciária
		Procedimentos cartorários	Comunicações, publicações, execução judicial e acompanhamento de prazos	Secretaria dos Órgãos Julgadores
		Julgamento	Decisões monocráticas / colegiadas e súmulas	Secretaria de Jurisprudência
		Publicidade	Divulgação de decisões	Tribunais
		Baixa	Processos remetidos à origem/arquivo	Ministério Público / Advogados
				Partes do processo judicial
		Público externo		
		Imprensa		

Quadro 4 - Macroprocesso de Prestação Jurisdicional

Destaca-se também que houve neste período a revalidação da Cadeia de Valor do STJ, validada pelas unidades que atuam na prestação jurisdicional e publicada no Portal de Macroprocessos do Tribunal.



Quadro 5 - Cadeia de Valor do STJ

O macroprocesso finalístico da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, em consonância com as suas competências e determinações constitucionais, é denominado “formação e aperfeiçoamento de magistrados em âmbito nacional”.



Quadro 6 - Macroprocesso Finalístico da Enfam

Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico como modelo de gestão foi adotado no STJ em 1998. A partir de 2004, ocorreu um salto qualitativo no trabalho de desenho da estratégia, mediante a adoção da metodologia **Balanced Scorecard – BSC**, que resultou em um plano estratégico bianual, tornando esta Corte referência no assunto para diversas organizações públicas. Com a publicação da Resolução n. 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), houve um alinhamento nacional em torno de objetivos comuns e a definição de um período quinquenal de planejamento (2010-2014). Após o encerramento daquele ciclo, adotou-se o **Plano STJ 2020**, aprovado pela **Resolução STJ n. 6/2015**, elaborado conforme a orientação constante da Resolução CNJ n. 198/2014 e alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Este plano é a bússola que tem direcionado as ações do STJ pelos caminhos do aprimoramento institucional desde 2015, tendo como único destino, a prestação jurisdicional de excelência para a sociedade brasileira. O foco principal é o cumprimento da sua missão, diretamente vinculada à competência nominada no art. 105, III, da Constituição, qual seja, unificar a interpretação de lei federal.

O plano estratégico em vigor em 2018, disponível no sítio do Tribunal na internet, foi então norteado pelos objetivos estratégicos apresentados no mapa a seguir, que sinaliza os pontos de atuação em que o êxito é fundamental para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro do órgão.



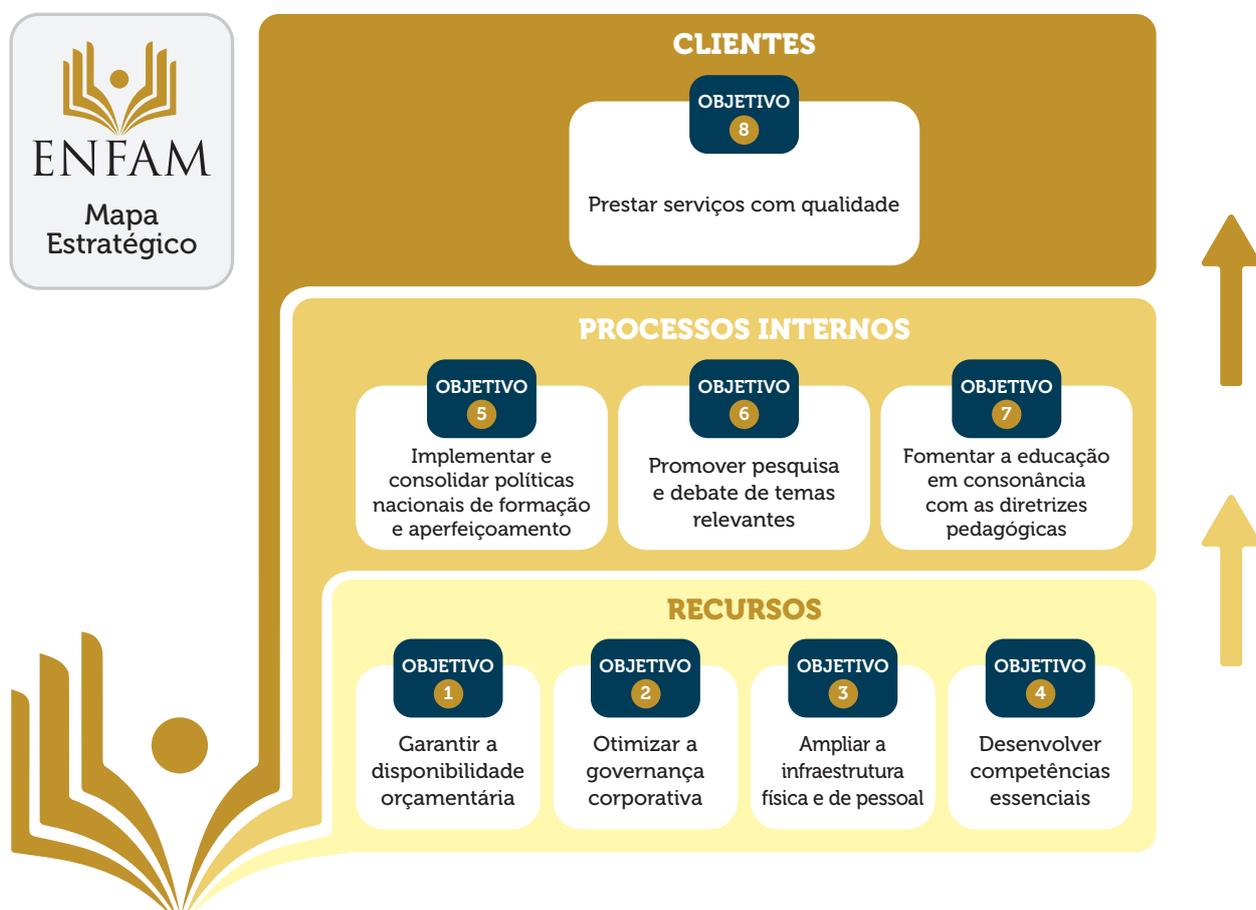
Quadro 7 - Mapa Estratégico do STJ

A prestação de serviços jurisdicionais correlaciona-se principalmente aos objetivos da perspectiva de processos internos: “priorizar processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa”; “buscar excelência na prestação jurisdicional” e “tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes”. Eles estão diretamente ligados ao negócio do Tribunal.

Para a condução do Plano em 2018, foram definidas metas, realizada análise de riscos e traçadas diretrizes operacionais e estratégicas que levaram ao cumprimento de aproximadamente 90% do previsto, conforme detalhado no item que trata do seu monitoramento.

Cabe destacar que, por meio do projeto Alinhamento Estratégico, normatizado pela **Instrução Normativa STJ/GDG n. 5/2018**, o plano estratégico institucional é desdobrado em planos setoriais para as unidades administrativas desta Casa, com a identificação de objetivos, indicadores e iniciativas locais de forma que essas unidades possam visualizar mais claramente sua contribuição para a estratégia institucional.

Seguindo a dinâmica do método BSC, a Enfam possui Planejamento Estratégico instituído pela **Resolução Enfam n. 8 de 11 de dezembro de 2017** para o período 2014-2020, norteado pelos objetivos e temas estratégicos apresentados no mapa a seguir. Ele sinaliza os pontos de atuação em que o êxito é fundamental para o cumprimento da missão e o para o alcance da visão de futuro da Escola.



Quadro 8 - Mapa Estratégico da Enfam

Plano STJ 2020

O plano estratégico do Tribunal é monitorado sistematicamente por meio do acompanhamento dos indicadores e dos projetos estratégicos. Todos os gestores e substitutos responsáveis pela mensuração, implantação de ações e análise dos resultados são designados por meio de portaria específica. Trimestralmente, esses resultados são monitorados com o auxílio de sistema informatizado e registrados em relatórios de desempenho institucional (RDI) que ficam **públicos na internet**. Após a consolidação do RDI, a execução do planejamento é avaliada e ajustada nas reuniões de análise estratégica (RAE), das quais participam gestores da estrutura de governança do Tribunal. As decisões tomadas nas RAEs são acompanhadas pela área de gestão estratégica até que se inicie novo ciclo trimestral de monitoramento do plano.

Em 2018, o desempenho desta Corte em relação ao Plano STJ 2020 foi de 89,54%, o que demonstra o constante comprometimento de seus colaboradores para atingimento da estratégia. Analisando o desempenho específico de cada uma das três perspectivas que compõem o plano, tem-se:



Sociedade: destaque para um desempenho de 96,65% geral, com 100% de atingimento quanto ao objetivo “promover a cidadania”, pois houve a retomada integral dos programas que beneficiam as pessoas pelas ações de cidadania. Em relação ao objetivo “oferecer serviços com qualidade”, a pesquisa demonstrou uma pequena queda de desempenho de 7% mas obteve um aumento expressivo do número de respondentes passando de 2200 avaliações em 2017 para 109.093 em 2018.



Processos internos: a perspectiva alcançou 82,89% com destaque negativo por conta do baixo desempenho do objetivo “tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes”, mais especificamente, do indicador “tempo médio da afetação à publicação do acórdão”, que vem apresentando percentuais de cumprimento negativos nesses últimos períodos. Por outro lado, ressalta-se a melhoria constante que o objetivo “priorizar processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa”, pois apresentou o cumprimento de mais de 100% quanto à segunda parte do indicador “julgamento de ações de improbidade administrativa”. Para o objetivo “buscar excelência na prestação jurisdicional”, os indicadores que o compõem (“agilidade no julgamento”, “atendimento à demanda”, “congestionamento”, “processos antigos com primeira decisão” e “julgamento de ações coletivas”) apresentaram desempenho satisfatório para o período.



Pessoas e Recursos: com 89,09% de cumprimento, os objetivos “aprimorar competências”, “atrair e reter talentos”, “garantir a qualidade dos serviços de TIC” apresentaram desempenho satisfatório. Quanto ao objetivo “fortalecer a governança institucional”, o recém-criado indicador “atendimento às recomendações” teve um resultado aquém do esperado e ainda deixa margem para melhorias. O objetivo “assegurar e gerir o orçamento” teve seu resultado levemente prejudicado pelo indicador “execução do orçamento estratégico” que enfrentou embaraços em aquisições de alguns projetos importantes.

Para maior detalhamento do desempenho do Tribunal quanto à estratégia contida no Plano STJ 2020, acesse o **RDI de 2018**, que discorre sobre indicadores, metas nacionais, projetos estratégicos e, especificamente, o Alinhamento Estratégico, que visa à construção e ao monitoramento de planejamentos setoriais, desdobrados da estratégia institucional.

Plano Estratégico Enfam 2014-2020

O plano estratégico da Enfam é monitorado sistematicamente por intermédio do acompanhamento dos indicadores e dos projetos estratégicos. Os gestores e substitutos responsáveis pela mensuração, implantação de ações e análise dos resultados são designados por meio de portaria do Secretário-Geral, a quem cabe a gestão de sua execução.

Com a revisão do plano estratégico, ocorrida em 2017, foram implementados procedimentos e ações que contribuíram com o monitoramento dos novos indicadores e que vêm demonstrando melhor adequação ao cenário atual e às atividades da Escola. Para mais detalhes, consulte o **Relatório de desempenho 2018**, que discorre sobre seus indicadores, metas e projetos estratégicos.

Desdobramento da estratégia nas unidades

O Plano STJ 2020 foi proposto e tem sido monitorado justamente para fazer cumprir o papel constitucional do STJ. Paralelamente, os planos de gestão orçamentária, de gestão de pessoas e de gestão de tecnologia da informação e comunicação foram executados em alinhamento à estratégia institucional.

Concomitantemente, já que possui outra missão constitucional, a Enfam deve promover, regulamentar e fiscalizar, em âmbito nacional, a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados. Nesse sentido, foi proposto o **Plano Estratégico Enfam 2014-2020**, igualmente

monitorado, inclusive por meio dos subprogramas 20G2 e 157T, que tratam da formação e aperfeiçoamento de magistrados e da construção do edifício-sede da Escola.

Quanto à gestão orçamentária, vale comentar que o Tribunal buscou cumprir as metas estipuladas no Plano Plurianual – PPA. O STJ possui apenas Programas de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado, sendo que o programa principal, 20TP Prestação Jurisdicional, foi responsável por 75,79% da dotação final de 2018, seguido pelo programa 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União, com 24,20%. O desempenho dessas metas apresenta-se mais bem detalhado no item Resultados da Gestão deste relatório.

O plano de gestão de pessoas, desdobrado do planejamento estratégico do Tribunal, demonstra a vinculação da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) aos objetivos institucionais, bem como contabiliza os resultados de sua contribuição. Conhecido por Plano Estratégico de Gestão de Pessoas do STJ (PEGEP), foi aprovado pela **Instrução Normativa STJ/GP n. 4 de 25 de maio de 2018**. Principalmente por meio da operacionalização do Plano de Ações de Capacitação – PAC, contribui diretamente para vários objetivos estratégicos: “aprimorar competências”; “atrair e reter talentos”; “fortalecer a governança institucional”; “assegurar e gerir o orçamento”; “promover a cidadania”. Analisando sua contribuição indireta, pode-se dizer que traz insumos para os demais objetivos estratégicos, visto que prepara as pessoas que atuam nesta Corte para a execução de suas atividades com excelência, colaborando para o alcance de melhores resultados institucionais. Por meio da **Resolução STJ/GP n. 10 de 29 de agosto de 2018** foi criada a Escola Corporativa do STJ (ECORP), visando à implementação de atividades destinadas à formação, atualização e desenvolvimento de pessoas.



Para trabalhar as competências institucionais, utiliza-se o modelo de gestão por competências ‘Aprimore STJ’, com vistas a alinhar a conduta das pessoas aos objetivos estratégicos por meio de suas competências técnicas e comportamentais e assim garantir resultados efetivos que agreguem valor para o Tribunal e para os próprios servidores. Também procura priorizar práticas de gestão de pessoas que promovam uma cultura de meritocracia, valorização e bem-estar dos servidores,

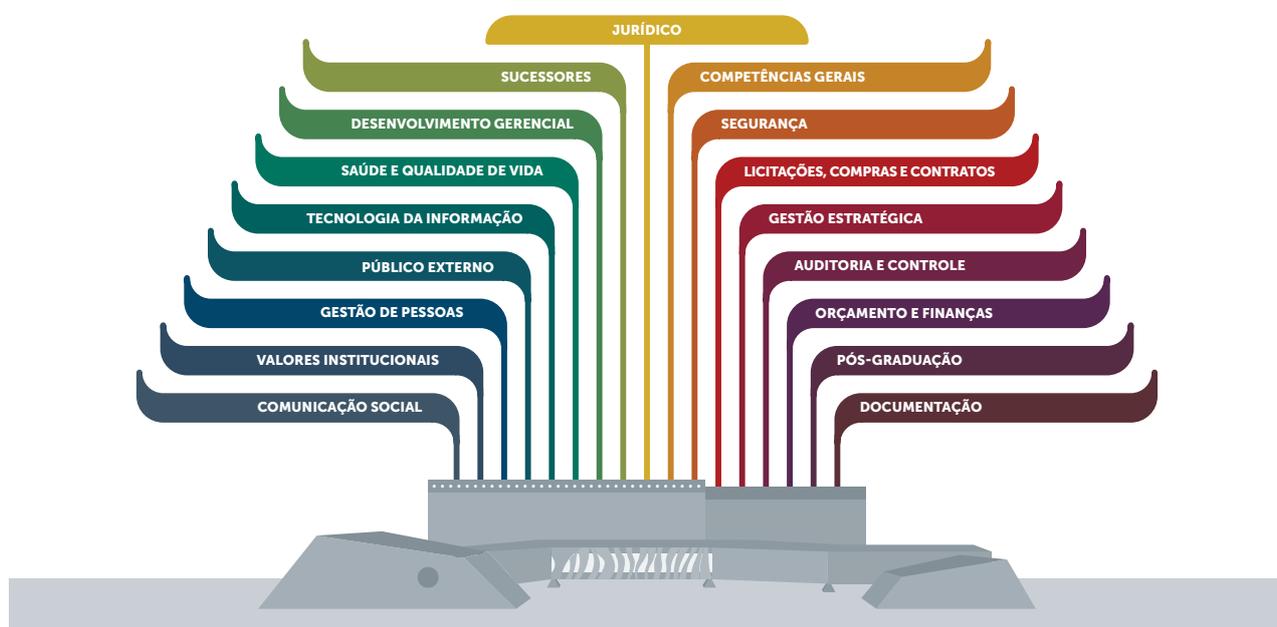
além de contribuir para uma melhor governança institucional. Em 2018, foi realizado o V Ciclo de Diagnóstico por Competências do Programa Aprimore STJ, tendo sido o quarto ano de medição das competências dos servidores e o quinto dos gestores. Os resultados desse diagnóstico, somados a insumos de outras fontes, subsidiam a elaboração do PAC.

No exercício, foram consolidadas, por meio da árvore do saber do STJ (forma diagramada do PAC), todas as ações de educação corporativa realizadas pelo Tribunal, visando ao desenvolvimento das competências necessárias aos servidores e gestores, tendo por base o diagnóstico do Aprimore. Destacam-se as ações relativas à sensibilização

para a prática dos valores institucionais, aprimoramento das competências técnicas, gerenciais e comportamentais. Acrescenta-se a oferta de cursos autoinstrucionais que ficaram disponíveis para qualquer servidor. Foi realizado, ainda, o programa Na Trilha da Gestão, com o propósito de preparar um grupo de servidores para assumirem cargos de gestão futuramente no Tribunal. O Programa de *Coaching*, implementado em 2017, foi expandido com a oferta de mais turmas de coaching em grupo, em equipe e individual para os gestores do órgão e participantes do programa Na Trilha da Gestão. Destaca-se também o desenvolvimento do curso a distância Mapeamento de Atribuição por Produto, que possibilitou o mapeamento de competências de cerca de 300 unidades dentro do órgão. Além disso, várias ações foram voltadas para o público externo, contribuindo para consolidar o STJ como o Tribunal da Cidadania.

ÁRVORE DO SABER

PLANO DE AÇÕES EDUCACIONAIS



Quadro 9 - Árvore do Saber do STJ (2018)

No que tange ainda à gestão de pessoas, foi publicada a nova política de gestão de pessoas do STJ, **Portaria STJ/GP n.10 de 16 de janeiro de 2017**, a qual norteia as práticas da área. Também foi instituído o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que define a estruturação e a organização das ações de desenvolvimento deste órgão.

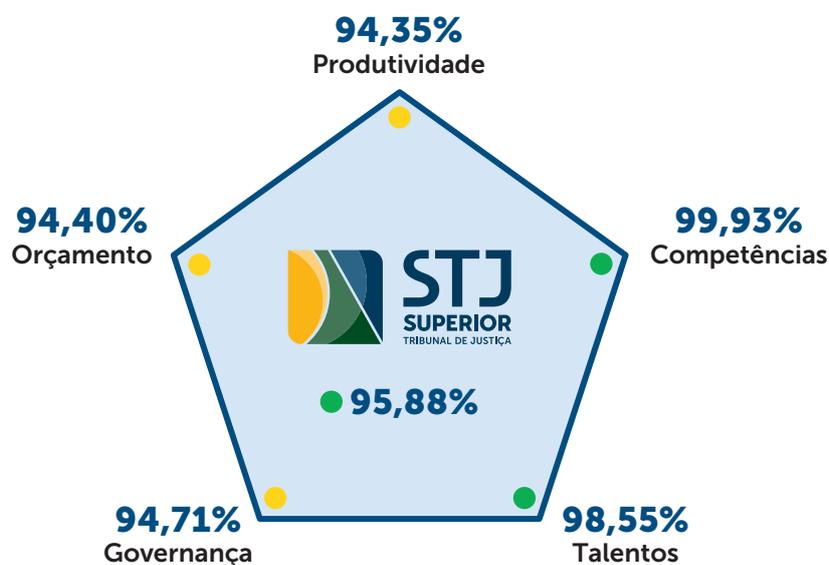
O plano de gestão de tecnologia da informação e comunicação, conhecido por **Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC 2015-2020)**, foi elaborado em 2015 em total alinhamento à estratégia institucional definida no Plano STJ 2020. Dentro do escopo do alinhamento estratégico, foi atribuído à STI o desdobramento dos objetivos estratégicos institucionais: “garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC”; “fortalecer a governança institucional”, entendendo-se que a unidade possui contribuição direta para o atendimento desses pontos. A partir daí, foram

definidos os objetivos estratégicos de TIC que são desdobrados em ações táticas que espelham as diretrizes da gestão de TIC e estão contidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC. Em seguida, são identificados os projetos para que essas ações sejam empreendidas.

Continuando esse detalhamento a partir do PDTIC, chega-se ao Plano Operacional STI, em que estão descritas as ações operacionais que delineiam o escopo de cada projeto dentro do período em foco, ou seja, do ciclo do PDTIC. Em paralelo, ainda podem ser informadas as ações operacionais do dia a dia das unidades, ou seja, aquelas que necessitam ser desenvolvidas pelas atribuições específicas das equipes e que concorrem para as ações operacionais dos projetos.

Além dos planos específicos das áreas citadas, o projeto Alinhamento Estratégico constrói e monitora planos setoriais com o desdobramento da estratégia institucional, regulamentada conforme a **Instrução Normativa STJ/GDG n. 5 de 6 de junho de 2018**. De acordo com a metodologia, ao final de cada período de monitoramento, há a consolidação do Radar da Estratégia do STJ que demonstra o percentual de contribuição das unidades para a consecução da estratégia institucional em cinco critérios:

RADAR DA ESTRATÉGIA



Quadro 10 - Radar da Estratégia STJ 2018

Detalhamento do projeto também é divulgado no **Relatório de Desempenho Institucional**.

Governança

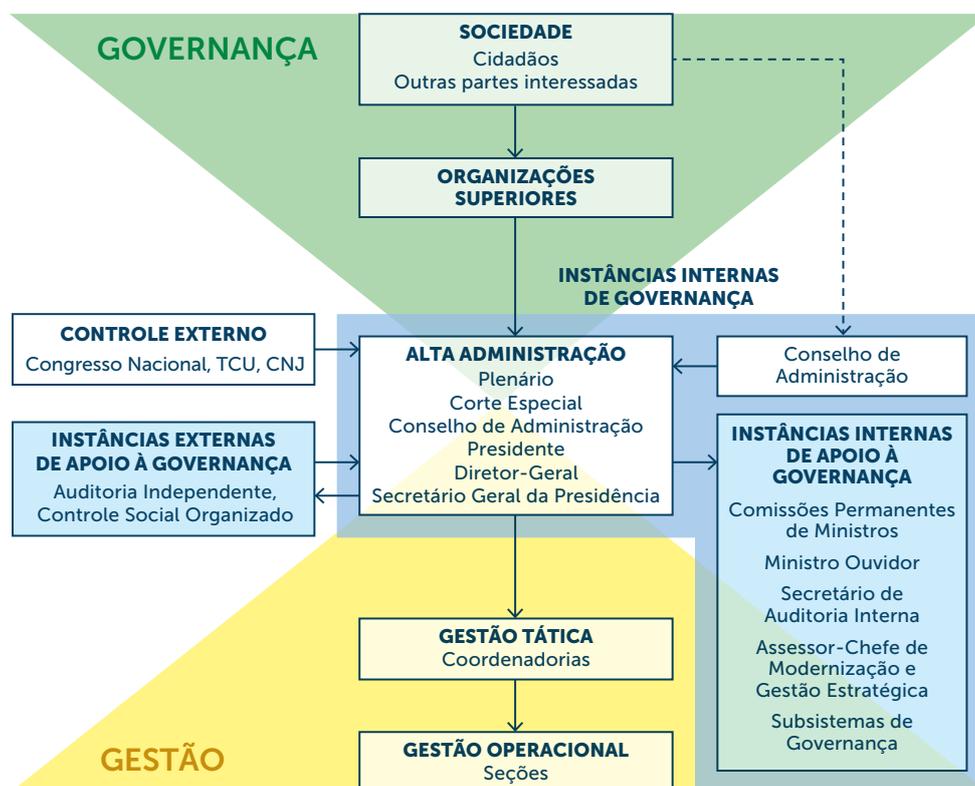
No Plano STJ 2020, o tema da governança é tratado especificamente no objetivo estratégico “fortalecer a governança institucional”, que trata de aprimorar mecanismos de liderança, estratégia e *accountability*, operações e resultados em busca de melhoria da gestão e dos resultados organizacionais.

Em 2018, esse propósito foi monitorado pelo indicador estratégico “governança institucional”, que é desdobrado do levantamento de governança realizado pelo TCU. Também foi estudado e proposto um novo indicador “Atendimento às recomendações”, que trata do cumprimento das recomendações estruturantes e corretivas expedidas pela Secretaria de Auditoria Interna desta Corte. O resultado detalhado pode ser observado no **Relatório de Desempenho Institucional (RDI)**.

Outrossim, cabe aqui detalhar as estruturas de governança do Tribunal, bem como informações sobre alguns de seus subsistemas, além de discorrer sobre como o assunto está sendo tratado pela Enfam.

Descrição das estruturas de governança

A **Resolução STJ/GP n. 19/2016** estabelece o sistema de governança institucional do Superior Tribunal de Justiça. Segundo tal normativo, o sistema de governança do Tribunal é o que segue:



Quadro 11 - Estrutura de Governança do STJ

No que tange ao subsistema de TIC, segue o modelo de governança vigente. Para maior detalhamento, verificar a **Instrução Normativa STJ/GP n. 16 de 22 de outubro de 2018**:

SISTEMA DE GOVERNANÇA DO STJ

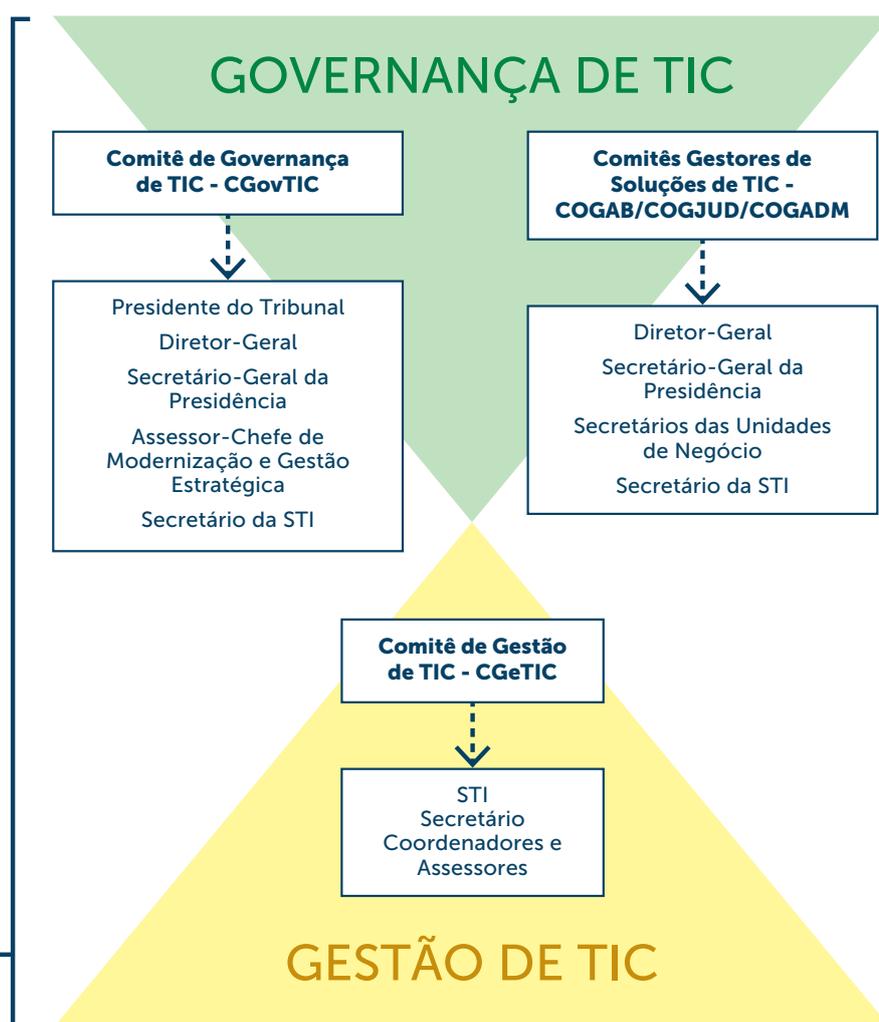
1) Alta Administração:

- Plenário
- Corte Especial
- Conselho de Administração
- Presidente do Tribunal
- Diretor-Geral
- Secretário-Geral da Presidência

2) Apoio à governança:

- Comissões permanentes de ministros
- Ministro ouvidor
- Secretário de Auditoria Interna
- Assessor-Chefe de Modernização e Gestão Estratégica
- Comitês dos subsistemas de governança (de aquisições e contratações, de pessoal e de TIC)

SUBSISTEMA DE GOVERNANÇA DE TIC



Quadro 12 - Estrutura de Governança de TIC

O subsistema das aquisições e contratações teve seu fluxo mapeado em 2017 e, apesar de estar sujeito a alterações quanto aos procedimentos realizados nos casos concretos, sua estruturação já foi formalizada por esta Corte, e as competências da área responsável pela realização dos procedimentos atinentes a esse subsistema estão previstas no Manual de Organização do STJ. Há que se destacar, ainda, que o Tribunal publicou a **Instrução Normativa STJ/GDG n. 8/2018**, que disciplina a elaboração do planejamento de contratações e aquisições no Superior Tribunal de Justiça e define critérios objetivos para a classificação e priorização dos procedimentos licitatórios na modalidade pregão.

Quanto ao subsistema de pessoal, deve-se salientar que foi publicada a **Portaria STJ/GP n. 10 de 16 de janeiro de 2017**, que atualiza a Política de Gestão de Pessoas do STJ, prevê a existência de Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas. Tal comitê será o responsável pelo gerenciamento da política e pela instituição do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas. Também foi reinstaurado o Comitê Gestor do Clima, responsável

por deliberar sobre os resultados da pesquisa de clima organizacional, implementada no primeiro semestre de 2017, da qual irá propor medidas para a melhoria dos índices obtidos com a pesquisa.

No que tange à Enfam, o presente tema é tratado no **Plano Enfam 2014-2020** no objetivo "otimizar a governança corporativa", no qual, em princípio, pretende-se aprimorar internamente os mecanismos de liderança e gestão de projetos.

Gestão de Riscos e Controles Internos

As práticas de gestão de riscos no Superior Tribunal de Justiça foram instituídas a partir da publicação da **Instrução Normativa STJ/GP n. 17 de 17 de dezembro de 2015**. O mencionado normativo declarou as instâncias de governança de riscos no Tribunal com a seguinte estrutura: Presidência do Tribunal, Comitê de Gestão de Riscos, Escritório Corporativo de Riscos (ECR) e gestores de riscos. Cada instância possui um conjunto de atribuições e responsabilidades que tratam da política, da metodologia e do processo de gestão de riscos.



Quadro 13 - Instancias de governança e gestão de riscos do STJ

Em 2018, foram acompanhadas 19 iniciativas estratégicas pelo ECR. Destas, 7 iniciativas tiveram seus acompanhamentos encerrados. No final do período, constatou-se um total de 125 riscos monitorados, 37 oportunidades, 72 ameaças e 16 com nível de risco neutro.

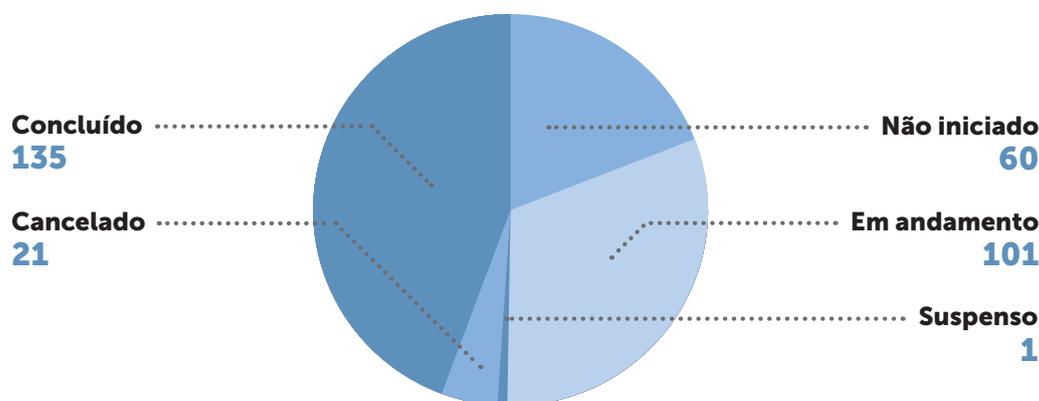
A gestão de riscos é mensurada por meio do indicador “Efetividade no tratamento dos riscos - ETR”, que consiste na subtração da média dos riscos residuais com a média dos riscos inerentes de todas as iniciativas tratadas no período. Basicamente, os riscos residuais são influenciados pela avaliação de efetividade dos controles selecionados pelos gestores de riscos e também pela reavaliação do risco (impacto x probabilidade). As escalas de valores do ETR variam de -9,00 a +9,00, conforme quadro abaixo.

ESCALA DE VALORES		
MÍNIMO	MÁXIMO	Comentário
6,01	9,00	Melhoria considerável: adoção de boas práticas
3,01	6,00	Situação satisfatória: adoção de controles adequados e suficientes
0,01	3,00	Situação razoável: adoção de controles relevantes
-3,00	0,00	Situação requer atenção: insuficiência ou não implementação de controles e/ou falhas possíveis
-6,00	-3,01	Situação urgente: controles insatisfatórios e potenciais inconformidades
-9,00	-6,01	Situação emergencial: intervenção imediata necessária

Quadro 14 - Escala de valores para o indicador Efetividade no Tratamento dos Riscos

Sua mensuração em 2018 foi de 1,97 (situação razoável: adoção de controles relevantes), com melhoria de 26% em relação ao ano de 2017 (quando era 1,57).

Quanto à gestão de riscos aplicada às iniciativas estratégicas, em 2018, foram acompanhados 318 distribuídos conforme abaixo:



Quadro 15 - Acompanhamento de controles das iniciativas estratégicas

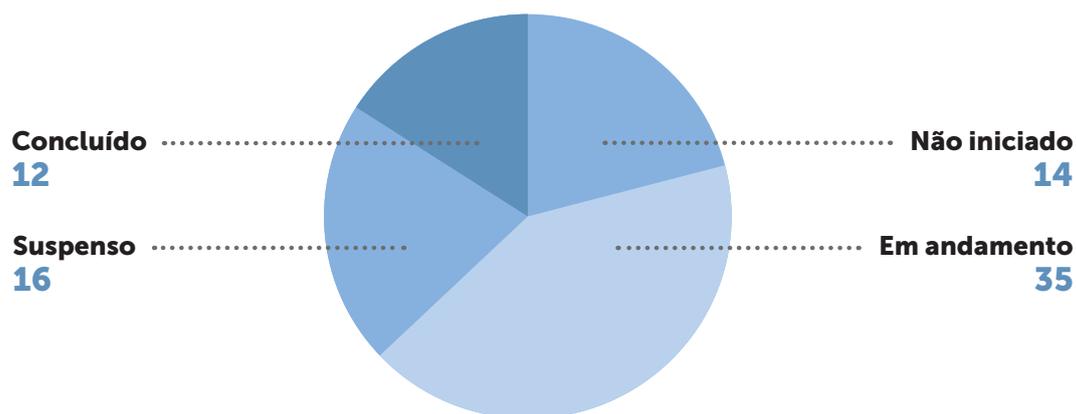
Para além dos projetos e programas, o ECR atuou sob coordenação do Comitê de Gestão de Riscos junto às diversas unidades do Tribunal para acompanhamento dos riscos estratégicos do Tribunal no biênio 2017-2018 e monitorou cinco ameaças e uma oportunidade.

Id_Risco	Risco	NRI (valor)	NRI (descrição)	NRR (valor)	NRR (descrição)
STJ17.R1	Desconformidade na gestão de contratos de aquisição e terceirização de mão de obra	-17,00	Ameaça Alta	-13,00	Ameaça Média
STJ17.R2	Restrição na reposição de pessoal decorrente da implantação do novo regime fiscal	-14,00	Ameaça Média	-12,00	Ameaça Média
STJ17.R3	Insuficiência de controles e/ou automatização em pagamento de pessoal ou concessão de direitos	-11,40	Ameaça Média	-8,40	Ameaça Média
STJ17.R4	Implantação de sistemas de prestação jurisdicional em prazos inadequados	-10,20	Ameaça Média	3,80	Oportunidade Baixa
STJ17.R5	Crise política com eventual envolvimento de autoridade com prerrogativa de foro a ser julgado pelo STJ	-9,00	Ameaça Média	9,00	Oportunidade Média
STJ17.R6	Redução do volume de processos recebidos pela aplicação o filtro recursal de relevância da questão federal	21,00	Oportunidade Alta	21,00	Oportunidade Alta

Quadro 16 - Riscos estratégicos do STJ

O quadro abaixo explicita quais foram os riscos estratégicos acompanhados no ano de 2018 com o respectivo nível de risco inerente (NRI) e qual foi o nível de risco residual (NRR) após adoção dos controles.

Vinculados a esses riscos, foram acompanhados 77 controles, conforme abaixo:



Quadro 17 - Acompanhamento de controles dos riscos estratégicos

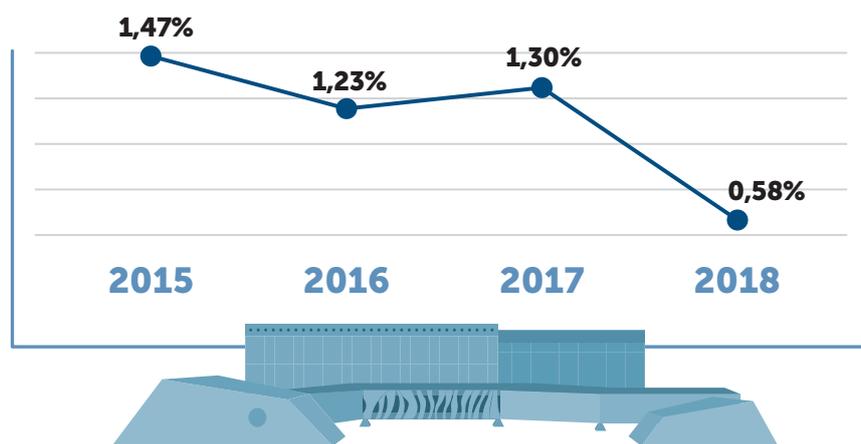
Dando continuidade ao atendimento das recomendações dispostas no **Acórdão TCU n. 2831/2015-Plenário**, o ECR levantou, em parceria com a unidade de Administração do Tribunal (SAD), elementos para a instituição da norma que trata da exigência do gerenciamento de riscos para todas as aquisições de bens e contratações de serviços, o que resultou na publicação da **Instrução Normativa GDG n. 6/2018 de 12 de junho de 2018**. Em complemento ao tema aquisições e contratações, foram capacitados no período mais de 60 servidores.



Quadro 18 - Treinamento Gestão de Riscos em Aquisições e Contratos

Outro subsistema administrativo que teve foco especial em 2018 é o relacionado à área de gestão de pessoas. Sua maior fragilidade atual está relacionada ao Sistema Integrado de Recursos Humanos e Saúde (SARH). Citam-se como exemplos: as inconsistências de algumas informações inseridas em sua base de dados; a existência de sistemas de controles paralelos, além da indisponibilidade de alguns relatórios gerenciais importantes. No entanto, cabe ressaltar que foram iniciados trabalhos junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) para desenvolvimento de novo sistema a fim de substituir o SARH, o qual promoverá melhoria no gerenciamento de dados referentes aos recursos humanos.

Outro parâmetro relevante na gestão de pessoas consiste na saída espontânea de servidores do Tribunal, por posse em outro cargo inacumulável ou exoneração a pedido, o que ocasiona a perda de conhecimento e experiência adquiridos no STJ. Em 2018, esse percentual de saídas foi de 0,58% e, apesar de ser um número pequeno, os motivos que ensejam as saídas são prioritariamente vinculados à remuneração, conforme informações do RDI do 4º trimestre de 2018. Cabe ressaltar que esse índice já foi muito mais elevado. Acredita-se que essa queda está sendo ocasionada pela redução no número de concursos públicos realizados em outros órgãos que oferecem remuneração mais elevada.

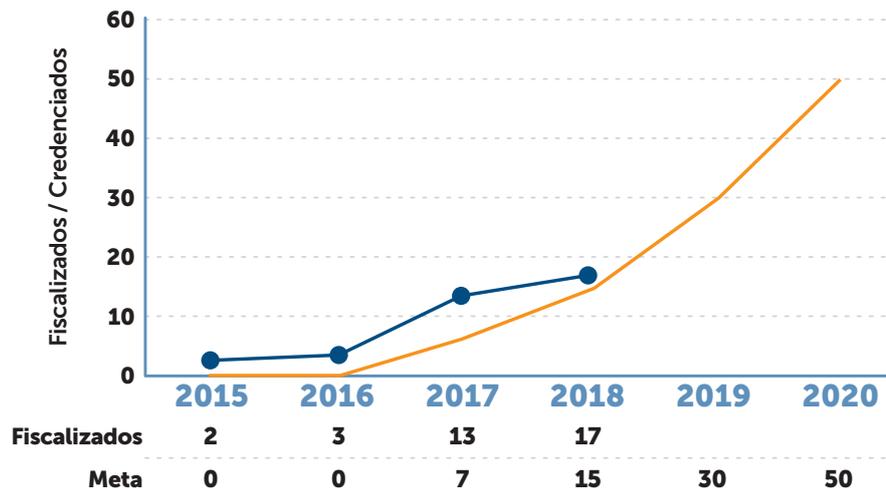


Quadro 19 - Evolução do indicador de saídas espontâneas

Ademais, destaca-se que, em razão das dificuldades que a economia brasileira vem passando, ocorreram restrições orçamentárias a partir do exercício de 2017. Tais contingenciamentos têm limitado o provimento de cargos vagos decorrentes de aposentadoria e de falecimento que impliquem pagamento de pensões em conformidade com o contido no Anexo V da Lei n. 13.587/2018 (Lei Orçamentária Anual). Assim, resalta-se que o preenchimento dos cargos vagos nesta Corte tem sido feito de acordo com a disponibilidade orçamentária, após análise da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF). Diante desse quadro, faz-se necessário adaptar as estratégias de gestão de pessoas, a fim de adequar a força de trabalho disponível às demandas do STJ.

A Enfam opera na gestão de riscos e nos controles internos mediante a observância dos normativos e procedimentos adotados no âmbito do STJ quanto às atividades da área-meio, e dos seus próprios normativos, no tocante à sua atividade finalística. Seu principal controle é realizado pelo acompanhamento do indicador 8, que mensura as ações de fiscalização dos cursos ministrados por escolas judiciais e de magistratura para o cumprimento dos normativos, cujo desempenho está em 17%.

Cursos fiscalizados - Acompanhamento da Meta



Quadro 20 - Desempenho do indicador Cursos Fiscalizados da Enfam

Outrossim, o desenvolvimento do Sistema EducaEnfam, implementado em 2018, confere critérios de controle mais eficazes às ações educacionais. Há a obrigatoriedade de utilizar os módulos para o credenciamento dos cursos, bem como de cadastrar, no Banco Nacional de Formadores, docentes que concluíram cursos de formação de formadores na Enfam ou por ela credenciados, para ministrar as ações educacionais oficiais.

Relacionamento com a sociedade

Canais de acesso do cidadão

Já em seu surgimento com a alcunha de Tribunal da Cidadania o STJ se preocupa em possuir um canal direto com a sociedade. Em 2018, os canais de comunicação disponíveis para dialogar com a sociedade foram:

-  **Site do STJ:** www.stj.jus.br
-  **Disque-cidadania:** (61) 3319-8888
-  **Formulário eletrônico** (clique **aqui** para acessar)
-  **Redes sociais:** @stjnoticias
-  **Presencialmente**, de segunda a sexta-feira, das 11h às 19h
-  **Cartas:** Ouvidoria do STJ - SAFS, quadra 6, lote 1, Trecho III
CEP 70.095-900, Brasília/DF

Quadro 21 - Contatos STJ

Após o recebimento, as manifestações são encaminhadas à Ouvidoria do Tribunal que as direciona para as unidades responsáveis pelas informações.

A seguir serão apresentados os principais tipos de manifestação registradas no STJ:

Tipos de manifestações / 2018



Quadro 22 - Tipos de manifestações registradas na Ouvidoria em 2018

Quanto aos principais assuntos registrados pela Ouvidoria estão:

Lei de Acesso à Informação
Referente ao Site Jurisprudência
Morosidade Sistema Push
Orientação Jurídica
Andamento Processual
Processo Eletrônico
Concurso Institucional
Unidades do Tribunal

Quadro 23 - Principais assuntos demandados à Ouvidoria do STJ

Cabe salientar que no Plano STJ 2020 existe um indicador estratégico responsável pela mensuração do percentual de satisfação dos usuários externos com os principais serviços e infraestrutura oferecidos, cujo resultado em 2018 foi de 74,64%, conforme detalhado no **Relatório de Desempenho Institucional do 4º trimestre de 2018**. Com isso, pretende-se conhecer a percepção do usuário quanto à qualidade dos serviços/ infraestrutura oferecidos pelo STJ e promover melhorias.

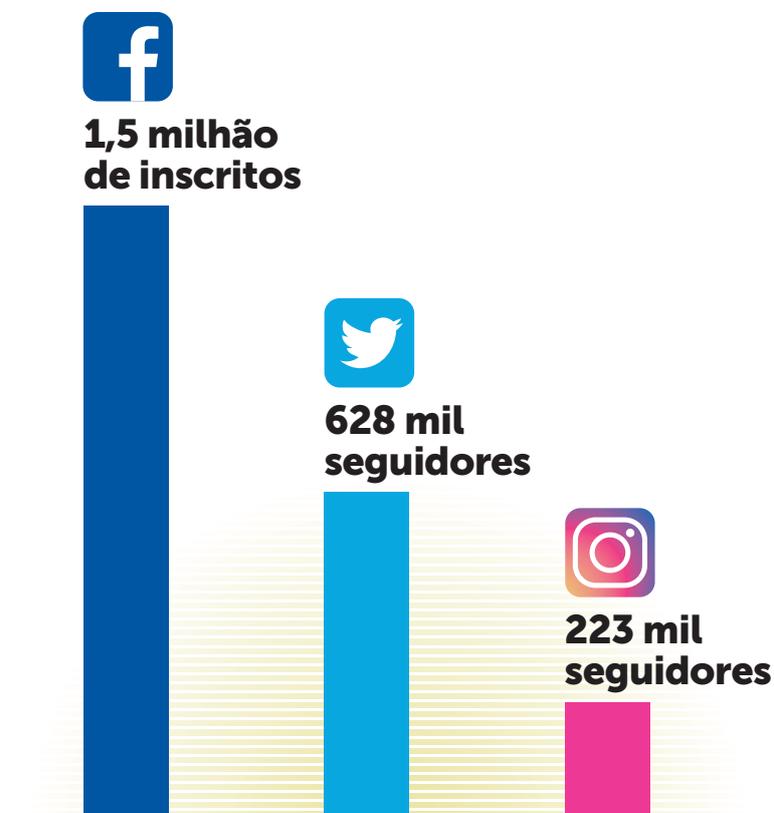
Outros dados referentes ao atendimento ao cidadão realizado pela Ouvidoria podem ser acessados pelo endereço: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Contato-e-ajuda/Fale-conosco/Ouvidoria.

A instituição da “**Carta de Serviços ao Cidadão**” no Portal do STJ (**Instrução Normativa STJ/GP n. 11 de 24 de agosto de 2018**) foi uma nova ação de comunicação com a sociedade desenvolvida no ano. Nela há informações sobre ações e planos para cumprimento da missão institucional, acompanhamento de metas, prioridades de atendimento, ações de cidadania e orientações sobre todos os serviços prestados.

Ressaltando o compromisso do Tribunal com a divulgação de suas ações, salienta-se que o STJ ocupou o 15º lugar do país no ranking transparência instituído pela **Resolução CNJ n. 265 de 2018**. Aliás, todas as informações úteis à sociedade referentes à atuação do Superior Tribunal de Justiça são disponibilizadas e atualizadas periodicamente no **Portal da Transparência**, no sítio do STJ na internet.

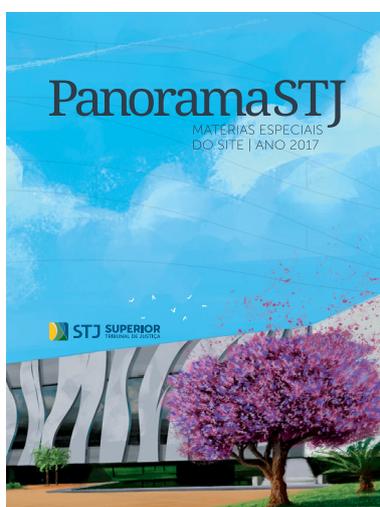
Em 2018, o Tribunal também esteve atento à sua participação no mundo digital e incrementou sua influência nas mídias:

Número de inscritos/seguidores nas mídias sociais



Quadro 24 - Participação do STJ nas mídias sociais

Uma nova publicação disponibilizada em 2018 que merece destaque é a “Revista Panorama”, que reúne matérias especiais de domingo publicadas a cada ano, textos que apresentam significativo histórico de buscas dos leitores.



Quadro 25 - Revista Panorama STJ

A Enfam, por sua vez, disponibiliza, em seu **sítio**, os meios de contato com os magistrados e a sociedade.

Além do Portal da Enfam, a Escola mantém o relacionamento com a sociedade por meio destas mídias sociais.



Site da Enfam: www.enfam.jus.br



Telefones: (61) 3319-7700 ou 3319-7850



Formulário eletrônico (clique **aqui** para acessar)



E-mail: enfam@enfam.jus.br



Endereço: SCES - Trecho 3, Polo 8, Lote 9, 1º andar
Prédio do Conselho da Justiça Federal (CJF)
Brasília – DF, Brasil
CEP: 70.200-003

Quadro 26 - Contatos Enfam

As informações úteis à sociedade referentes à atuação da Escola são disponibilizadas e atualizadas periodicamente no **Portal da Enfam**.

Por fim, cabe destacar a preocupação do STJ em não apenas disponibilizar as informações, mas também levá-las ao alcance do público em geral. As ações para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações do STJ são desenvolvidas no âmbito do Programa Semear Inclusão que, em 2018, passou a ser gerido por uma unidade específica, a Comissão de Acessibilidade e Inclusão (ACI).



Quadro 27 - Marca da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do STJ

Em atendimento às determinações da Resolução CNJ n. 230/2016, esse programa objetiva promover o amplo acesso de pessoas com deficiência às dependências e serviços prestados pelo Superior Tribunal de Justiça e disseminar práticas inclusivas que visem à conscientização da importância da acessibilidade, em seu sentido mais amplo, para o pleno exercício dos direitos humanos e de cidadania.

2. Resultados da Gestão

STJ em números

A tabela a seguir traz a síntese dos resultados aferidos com as atividades jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça em 2018.

Movimentação Processual	
Processos Recebidos	346.337
Processos Distribuídos (A)	245.679
Processos Registrados - Competência Exclusiva da Presidência (B)	6.292
Processos Registrados à Presidência por triagem no processo inicial (1)(C)	96.445
Total de Processos Distribuídos e Registrados (A+B+C)	348.416
Processos Julgados em Sessão	109.731
Processos Decididos Monocraticamente	415.070
Total Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl)	524.801
Total Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl)	412.455
Acórdãos Publicados	108.346
Processos Baixados	383.706
Processos com Vista ao MPF em 31/12/2018	9.054
Processos Tramitando em 31/12/2018	292.757

Médias	
Média dos Processos Distribuídos e Registrados por cargos de Magistrados	10.558
Média de Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl) por cargos de Magistrados	15.903
Média de Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl) por cargos de Magistrados	12.499

Decisões e Despachos do Ministro Presidente e Vice-Presidente	
Ministro Presidente (exceto RE e RO)	161.378
Ministro Vice-Presidente (exceto RE e RO)	9.010
Recursos Extraordinários e Ordinários	7.850

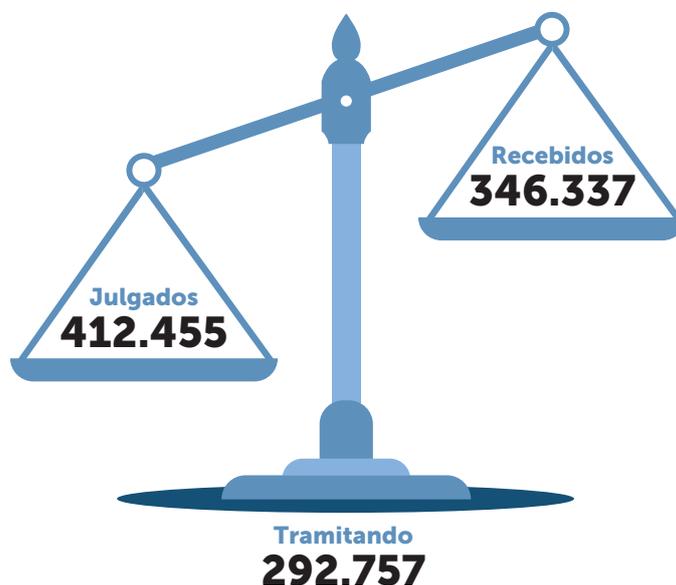
Recursos Repetitivos (Temas)	Temas Afetados		
	Julgados		Aguardando julgamento
	2/1/2018 a 15/12/2018	8/8/2018 a 15/12/2018	
Corte Especial	2	81	4
Primeira Seção	22	448	32
Segunda Seção	11	190	9
Terceira Seção	4	67	1
Total	39	786	46

Notas: Nos processos tramitando estão inclusos os com status "processamento de RE/RO" e "em execução".
Nos cargos de magistrados estão computados os providos ou não.

(1) Processos recursais submetidos à triagem processual pela Secretaria Judiciária, conforme previsto na Resolução STJ n.17, de 4/9/2013.

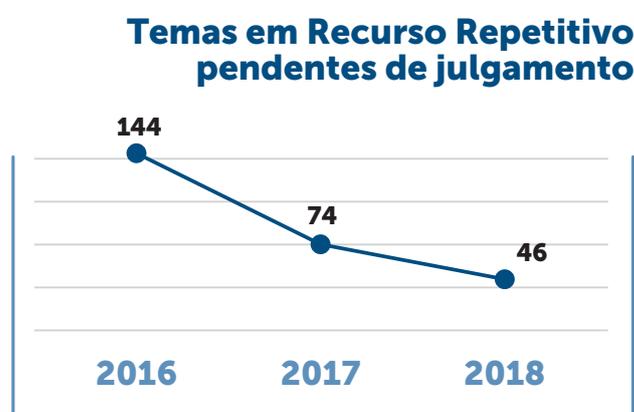
Quadro 28 - Resultados do STJ em 2018

Quanto à movimentação processual, destaque para o aumento de decisões com 412.455 processos julgados (processo principal), o que representa quase 20.000 a mais quando comparado a 2017. Além disso, ao analisar a quantidade de processos tramitando, constata-se uma diminuição de 10% do estoque ao se comparar com 2017, passando de 332.330 para 292.757.



Quadro 29 - Movimentação processual de 2018

Em relação aos recursos repetitivos, conforme se tem verificado nos últimos anos, o número de temas que aguardam julgamento vem diminuindo a cada exercício.



Quadro 30 - Temas em Recurso Repetitivo pendentes de julgamento

No Plano STJ 2020, existem duas métricas que tratam especificamente do tratamento dado ao tema Recursos Repetitivos, o “tempo médio da afetação à publicação do acórdão” e o “julgamento de temas afetados ao rito dos recursos repetitivos”. No primeiro, o foco é diminuir o tempo entre a afetação e a publicação dos acórdãos afetados a partir da vigência do novo Código de Processo Civil – CPC (18/3/2016), demonstrando a preocupação de dar celeridade aos processos no rito dos Repetitivos. Enquanto o outro indicador trata do julgamento dos temas antigos, ou seja, que foram afetados antes do novo CPC. Ressalta-se que essa priorização influenciará no

juízo de diversos processos sobrestados ou não nas instâncias de origem e no próprio STJ. Maiores detalhes estão disponíveis no Relatório de desempenho do 4º trimestre de 2018.

Pensando ainda na transparência dos dados, foi criada a página de **Recursos Repetitivos do Tribunal**. Mais especificamente, em 2018, foram publicadas 17 edições do **Boletim de Precedentes** – informativo que permite a consulta unificada e direta a respeito dos processos que ensejam a criação de precedentes qualificados no STJ, do recurso indicado pelos tribunais de origem como representativo da controvérsia e dos pedidos de suspensão nacional em incidente de resolução de demandas repetitivas. Isso tem a finalidade de auxiliar magistrados e servidores nas atividades de sobrestamento de processos, de aplicação de tese e de juízo de retratação.

Resultados alcançados frente às metas anuais estabelecidas para o Poder Judiciário

Em 2018, o STJ manteve o foco no aumento de produtividade e na priorização de determinados tipos de processos existentes em seu acervo. Com essas metas voltadas para atingimento dos macrodesafios do Poder Judiciário, busca-se oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional de qualidade e uma justiça cada vez mais próxima do cidadão.

Ressalta-se que todas as metas nacionais continuam a ser acompanhadas no Plano STJ 2020, direcionando o Tribunal para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos. Maiores esclarecimentos estão no **Relatório de desempenho institucional do 4º trimestre**.

Meta 1

Julgar quantidade maior de processos recursais e ações de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

OBS.: Meta equivalente ao indicador estratégico "Atendimento à demanda"

Total de distribuídos: 346.363

Total de julgados: 410.878

Percentual de cumprimento: 120,08%

CUMPRIDA



Meta 2

Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2013 e 90% dos distribuídos em 2014.

OBS.: Meta equivalente ao indicador estratégico "Processos antigos com primeira decisão"

Distribuídos até 31/12/2013

Total de julgados: 8.735

Percentual de cumprimento: 93,68%

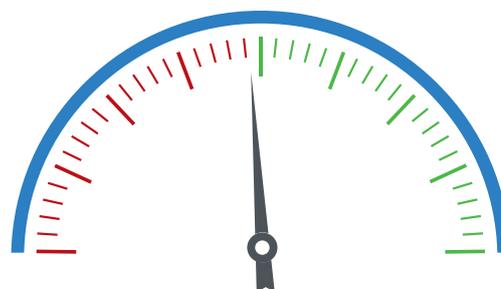
Distribuídos em 2014

Total de julgados: 9.613

Percentual de cumprimento: 101,75%

Percentual de cumprimento (média)
97,72%

NÃO CUMPRIDA



Meta 4

Julgar, até 31/12/2018, 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015.

OBS.: Meta equivalente ao indicador estratégico "Julgamento de ações de improbidade administrativa"; ressalta-se que as ações de combate à corrupção representam o somatório das ações referentes à improbidade administrativa e a crimes contra a Administração Pública.

Combate à corrupção (até 31/12/2015)

Total de julgados: 990

Percentual de cumprimento: 97,15%

Improbidade administrativa (até 31/12/2015)

Total de julgados: 84

Percentual de cumprimento: 99,81%

Crimes contra a Adm. Pública (até 31/12/2015)

Total de julgados: 906

Percentual de cumprimento: 96,99%

Combate à corrupção (em 2016)

Total de julgados: 715

Percentual de cumprimento: 107,71%

Improbidade administrativa (em 2016)

Total de julgados: 48

Percentual de cumprimento: 116,79%

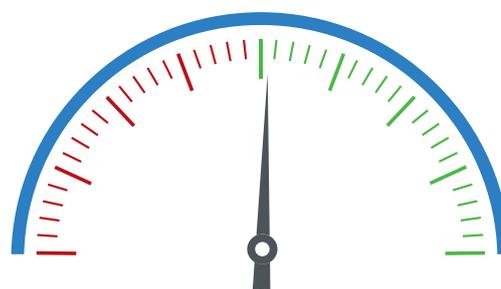
Crimes contra a Adm. Pública (em 2016)

Total de julgados: 667

Percentual de cumprimento: 107,35%

Percentual de cumprimento (média)
102,43%

CUMPRIDA



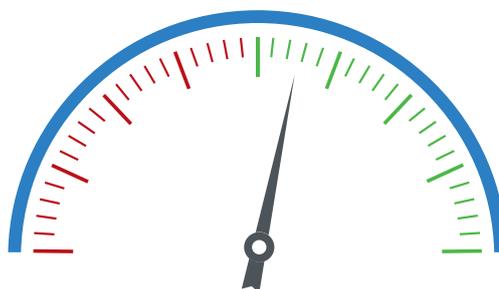
Meta 6

Identificar e julgar, até 31/12/2018, 70% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídas a partir de 1/1/2015.

OBS.: Meta equivalente ao indicador estratégico "Julgamento de ações coletivas"

Total de julgados: 8.170
Percentual de cumprimento: 114,04%

CUMPRIDA



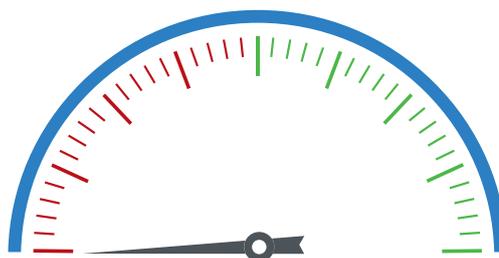
Meta 7 - parte A

Garantir tempo médio de 180 dias da afetação à publicação dos acórdãos dos recursos repetitivos dos temas afetados a partir de 18/3/2016 (publicação do Novo Código de Processo Civil).

OBS.: Meta equivalente ao indicador estratégico "Tempo médio da afetação à publicação do acórdão"

Tempo médio da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos (em dias): 407
Percentual de cumprimento: -25,93%

NÃO CUMPRIDA



Meta 7 - parte B

Julgar, até 31/12/2018, 70% do estoque dos temas afetados até 18/3/2016 (publicação do Novo Código de Processo Civil)

OBS.: Meta equivalente ao indicador estratégico "Julgamento de temas afetados ao rito dos recursos repetitivos"

Somatório de temas afetados publicados e os temas desafetados: 45
Estoque em dezembro/2018: 6
Percentual de cumprimento: 144,64%

CUMPRIDA



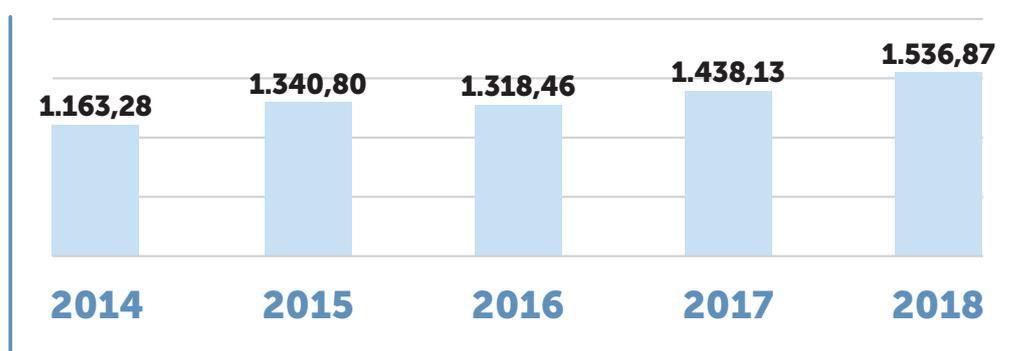
Quadro 31 - Cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

Gestão orçamentária e financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2018 (LOA/2018) consignou ao Superior Tribunal de Justiça a dotação orçamentária total de R\$ 1.536.877.868,00.

Essa dotação é resultado das regras impostas pela Emenda Constitucional n. 95/2016, que limitou o incremento anual do orçamento aos índices apurados pelo IPCA, o que explica o crescimento constante, a partir de 2016, conforme observado no gráfico abaixo:

Evolução da LOA - STJ em milhões de reais



Quadro 32 - Dotação inicial do STJ de 2014 a 2018

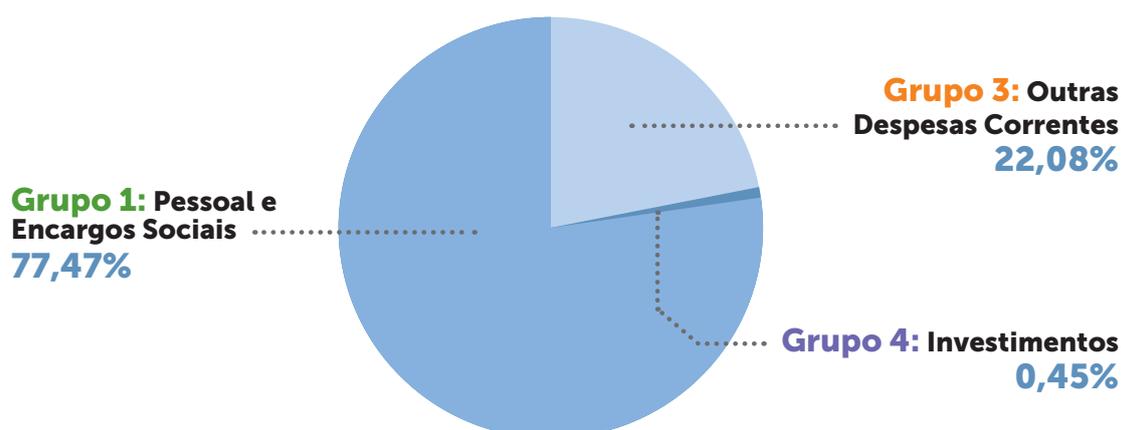
Deste montante foram empenhadas, liquidadas e pagas:

	2014	2015	2016	2017	2018
Despesas Empenhadas	1.138.672.573,98	1.261.981.179,05	1.305.706.939,61	1.378.600.903,33	1.474.323.830,69
Despesas Liquidadas	1.058.268.962,50	1.156.758.386,94	1.263.341.733,14	1.335.522.890,18	1.424.396.744,35
Despesas Pagas	1.057.287.956,73	1.155.032.423,95	1.261.674.922,31	1.333.602.165,25	1.422.422.350,45

Quadro 33 - Despesas empenhadas, liquidadas e pagas do STJ de 2014 a 2018

Desdobrando as despesas pagas, pode-se analisar o montante por sua execução conforme grupo (classe de gasto em que foi realizada a despesa) e elemento de despesa (classificação dos insumos utilizados ou adquiridos):

Despesas pagas em 2018 por Grupo de Natureza de Despesa



Quadro 34 - Despesas pagas do STJ em 2018 (por Grupo de Natureza de Despesa)

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais	
Elemento de despesa	Valor pago (R\$)
11 - Vencimento e vantagens fixas - pessoal civil	611.574.905,00
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner e Reform Militar	314.182.299,00
13 - Obrigações patronais	105.190.651,00
Demais elementos	70.161.992,00
TOTAL	1.101.109.847,00

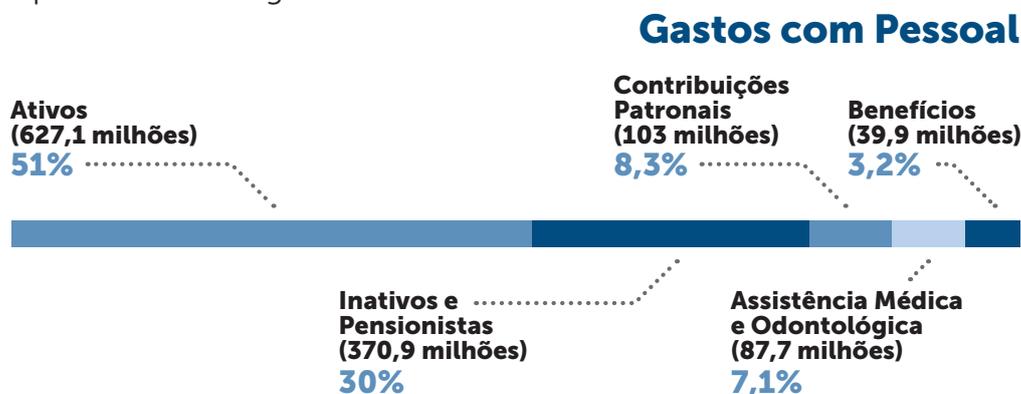
Grupo 3 - Outras despesas correntes	
Elemento de despesa	Valor pago (R\$)
37 - Locação de mão-de-obra	115.529.938,00
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	103.613.276,00
46 -Auxílio-Alimentação	32.021.346,00
Demais elementos	62.686.188,00
TOTAL	313.850.748,00

Grupo 4 - Investimentos	
Elemento de despesa	Valor pago (R\$)
52 - Equipamentos e material permanente	5.792.179,00
51 - Obras e instalações	596.796,00
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação	44.281,00
TOTAL	6.433.256,00

Quadro 35 - Despesas pagas do Superior Tribunal de Justiça em 2018 (Grupos 1, 3 e 4)

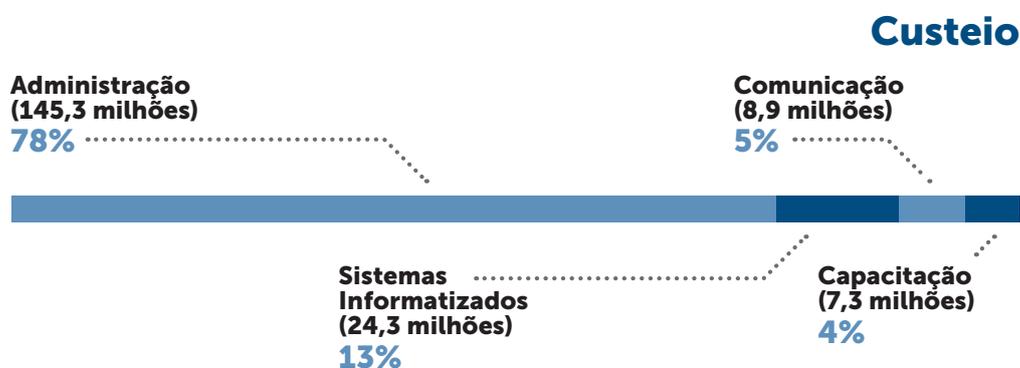
No desdobramento da alocação do orçamento por grupo de despesa, percebe-se que a concentração do orçamento do STJ é em três frentes de gasto conforme os elementos descritos:

Gastos com pessoal - compreende os gastos com auxílios, benefícios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), assistência médica e odontológica, além das despesas de pessoal e encargos sociais.



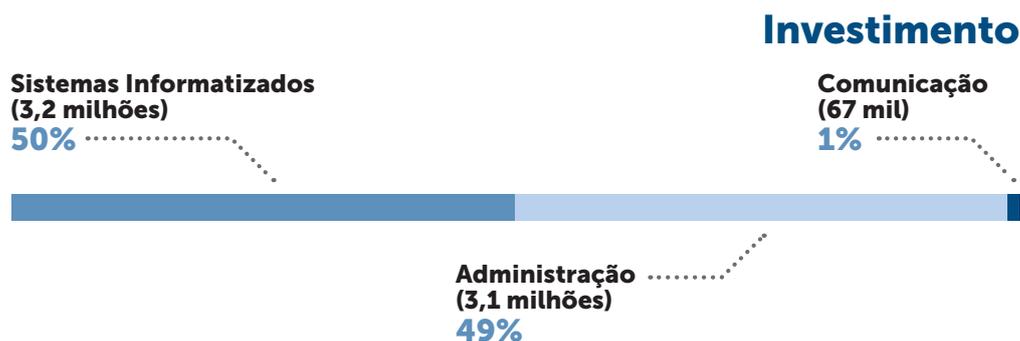
Quadro 36 - Gasto com pessoal por elemento de despesa no STJ

Custeio - engloba despesas como, serviços de apoio e manutenção que viabilizam o julgamento de causas e demais atos jurisdicionais de competência do STJ; treinamento, formação e aperfeiçoamento de servidores de magistrados; e a realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral.



Quadro 37 - Gasto com custeio por elemento de despesa no STJ

Investimento - dotações aplicadas no patrimônio permanente, como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de sistemas de TI, etc.



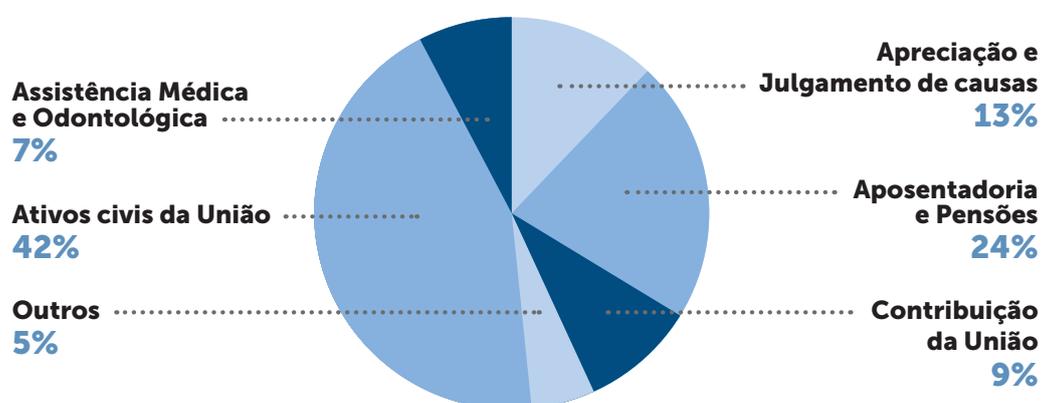
Quadro 38 - Gasto com investimento por elemento de despesa no STJ

Estrategicamente, a execução do orçamento do Tribunal é acompanhada por meio do indicador “Execução orçamentária”, que mensura o percentual de execução orçamentária em relação ao orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), acrescido dos créditos adicionais (Dotação atualizada). Em 2018, essa execução ultrapassou os 96%. Para maiores informações, basta acessar o **Relatório de desempenho institucional do 4º trimestre**.

Principais Programas e Ações

O STJ possui apenas Programas de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado, conforme diretrizes do PPA 2016-2019, sendo que o principal programa, 20TP Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça, deteve 75,79% da dotação final do ano, seguido pelo programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, com 24,20%.

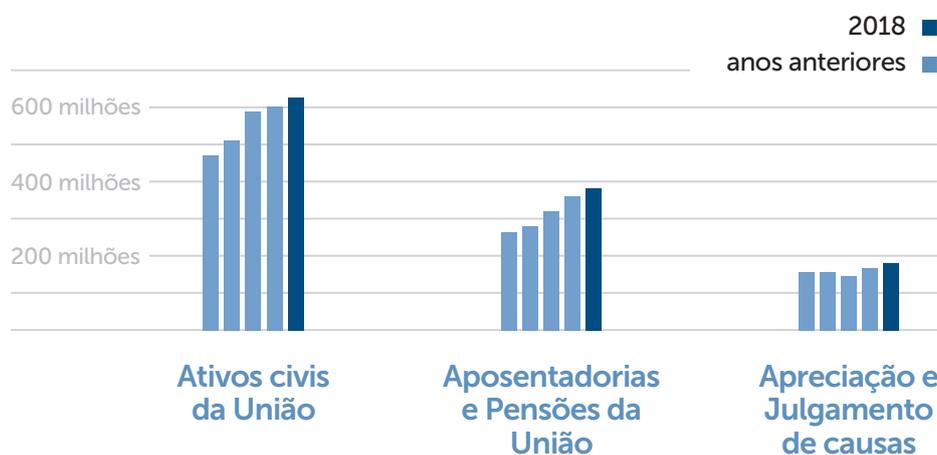
Dotação atualizada do STJ em 2018 (principais ações)



Quadro 39 - Dotação atualizada do STJ em 2018 (principais ações)

A seguir, demonstração da execução das principais ações orçamentárias, em termos de dotação e de resultado, para o órgão e para a sociedade:

Evolução das despesas pagas nas principais ações - 2014 a 2018



Quadro 40 - Evolução das despesas pagas nas principais ações do STJ de 2014 a 2018

Contingenciamento

O contingenciamento consiste no retardamento ou impedimento da execução de parte das despesas discricionárias (custeio e investimento) previstas na Lei Orçamentária Anual em função da insuficiência de arrecadação de receitas em comparação ao que foi planejado.

Em 2018, o Limite para Movimentação e Empenho (LME) e Limite de Pagamento (LP) estabelecidos para a execução das despesas discricionárias do STJ foi de R\$ 488.329,00 o que representou menos de 1% da dotação total para despesas discricionárias. Esse contingenciamento foi estabelecido no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 5º bimestre de 2018, repercutindo apenas no mês de dezembro.

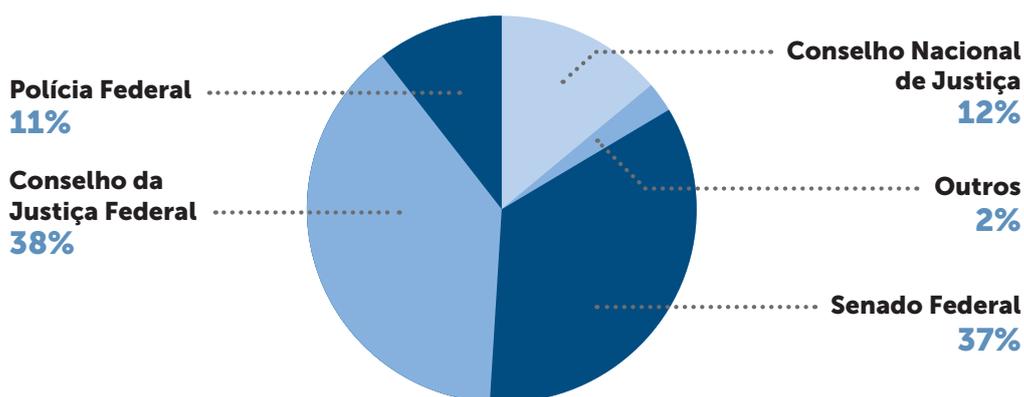


Quadro 41 - Contingenciamento STJ 2018

Descentralizações de recursos

Da dotação inicial recebida pelo STJ na LOA 2018, R\$ 1.276.777,76 foram transferidos a outros órgãos, para fins de ressarcimentos, ações de capacitação e divulgação institucional, sob a forma de descentralização de crédito.

Distribuição das Descentralizações do STJ em 2018



Quadro 42 - Distribuição das Descentralizações do STJ em 2018

Por outro lado, o STJ efetuou o pagamento de R\$ 75,8 milhões de destaques recebidos de outras unidades da União, dos quais 92,01% atenderam a precatórios, RPVs e seus encargos, e 7,86% a despesas médicas e odontológicas.

A lista "transferências concedidas e recebidas" está disponível na área de transparência do portal do STJ, clique **aqui** para acessá-la.

Conformidade da gestão orçamentária e financeira

Os atos de gestão orçamentária e financeira praticados pelo STJ, em 2018, guardaram total conformidade com as normas legais aplicáveis à matéria.

As regras oriundas da implantação do Novo Regime Fiscal (NRF - Emenda Constitucional n. 95/2016) também foram rigorosamente observadas, o que demandou uma análise cuidadosa para a adequação do orçamento ao teto de gastos para as despesas primárias.

Da dotação autorizada ao STJ na LOA/2018, que foi de R\$ 1.536.877.868,00, foram empenhados R\$ 1.474.323.830,69 (95,93% do total), sendo que 75,13% destinaram-se a despesas com pessoal e encargos sociais, que cresceu 5,45% em relação a 2017 devido ao reajuste aos servidores do Poder Judiciário da União, concedido por meio da **Lei n. 13.317, de 20 de julho de 2016 (PCS)**.

As despesas discricionárias, responsáveis pelo suporte às atividades de manutenção e investimento do Tribunal, possibilitaram que o STJ proferisse 524.801 decisões terminativas, incluindo os julgados nos recursos internos de Agravos Regimentais, Agravos Internos e Embargos de Declaração, superando em torno de 8% a meta física estipulada inicialmente para 2018. Dados mais detalhados da produtividade do STJ podem ser consultados neste relatório no item STJ em números.

No que tange à gestão orçamentária, o maior desafio é gerenciar os recursos de forma a manter o adimplemento das despesas contratuais do Tribunal e as atividades de capacitação de servidores e magistrados, de forma que a prestação jurisdicional da Corte não seja comprometida já que, para o próximo exercício, as despesas com pessoal pressionarão as demais despesas, tendo em vista a implementação da última parcela do PCS e a impossibilidade de ampliação do orçamento acima do IPCA.

Gestão de Precatórios

Precatórios são obrigações de pagamento que o poder público possui com pessoas físicas ou jurídicas decorrentes de condenação judicial definitiva. Já a Requisição de Pequeno Valor (RPV) consiste na obrigação de pagamento de valores até 60 salários mínimos para causas federais, com tramitação mais simplificada para execução.

No exercício de 2018, houve o cumprimento, no âmbito dos processos da competência originária do Superior Tribunal de Justiça, de precatórios expedidos até 1º/7/2017, bem como, pagamento das requisições de pequeno valor, conforme quadro a seguir:

Natureza	2017				2018			
	RPV		Precatórios		RPV		Precatórios	
	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)
Alimentícia	2194	39.737.667	618	73.572.067	1.015	14.035.264	433	50.408.563
Comum	32	13.171	15	7.634.124	9	5.180	2	1.811.333
Total	2226	39.750.838	633	81.206.191	1.024	14.040.444	435	52.219.896

Quadro 43 - Execução de Precatórios e RPV no Superior Tribunal de Justiça em 2017 e 2018

A dotação disponibilizada em 2018 para honrar os precatórios de 2017, R\$ 55.393.549,00, atendeu a 435 débitos judiciais em sua totalidade. O valor executado no exercício foi de R\$ 52.219.896,00, o equivalente a 94% do autorizado e inferior aos valores pagos no ano anterior. Em 2018, houve a suspensão de pagamento de 4 precatórios, em razão de pendências jurídicas relacionadas à existência de outra ação judicial ajuizada por sucessor do credor originário em que se pleiteia o mesmo crédito (PrCs 3557, 3560, e 4291) e a existência de diversos pedidos de penhora do crédito (Prc 3985).

Em relação à dotação disponibilizada em 2018 para honrar as requisições de pequeno valor, R\$ 45.834.951,00, atendeu-se a 1024 débitos judiciais em sua totalidade. O valor executado no exercício foi de R\$14.040.444,00, o equivalente a 31% do autorizado.

Comparando-se o quadro acima com os valores pagos no ano anterior, percebe-se que houve expressiva redução de quantidades e valores pagos. Nesse aspecto, registre-se que a expedição da requisição de pagamento depende da finalização do processo de execução. Assim, o aguardo na solução de temas jurídicos intercorrentes, a exemplo do veiculado no RE 870.947 (discussão sobre a inconstitucionalidade da TR, como índice de correção monetária) e RE 579431 (termo final dos juros de mora), no STF, cuja aplicação tem repercussão na apuração do quantum devido e no aumento da dívida pública, implica o retardamento na conclusão do processo.

Nos precatórios ou RPVs em que houve o pedido de suspensão do pagamento, a Presidência do Tribunal, sempre buscando a satisfação do julgado em favor do jurisdicionado, determinou a orientação para o bloqueio da quantia controversa e a liberação da incontroversa ao beneficiário, medida que disponibilizou, ainda que parcialmente, o bem requerido pelo interessado.

Gestão de pessoas

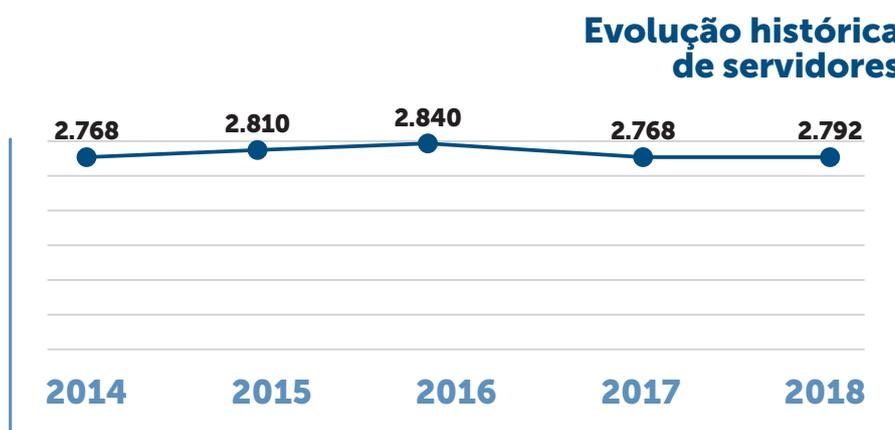
Estrutura de pessoal

A força de trabalho do Superior Tribunal de Justiça compõe-se de servidores ocupantes de cargos efetivos e servidores sem vínculo com a Administração Pública. Entre os efetivos, há os membros de poder e agentes políticos, os servidores de carreira e em exercício provisório no STJ e os cedidos de outros órgãos para o STJ.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2963	3028	146	116
1.1. Membros de poder e agentes políticos	33	50	12	9
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3)	2930	2978	137	107
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2930	2792	107	80
1.2.2. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	7	0	1
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	179	30	26
2. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há	75	21	9
3. Total de Servidores (1+2)	2963	3103	167	125

Quadro 44 - Força de trabalho do STJ

O ingresso de servidor efetivo no quadro permanente do STJ ocorre mediante prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal e do art. 10 da Lei n. 8.112/90. O certame é realizado após estudos preliminares comprovando sua necessidade, com base no quantitativo total de servidores, dos cargos vagos e ocupados, estimativa de aposentadorias e das demandas das unidades do Tribunal. Após a definição dos cargos que serão contemplados, são definidos os critérios de qualificação, os requisitos e as necessidades específicas de cada um, bem como o conteúdo programático a ser cobrado nas provas, observando-se as atribuições constantes da **Descrição e Especificação de Cargos do Tribunal**.

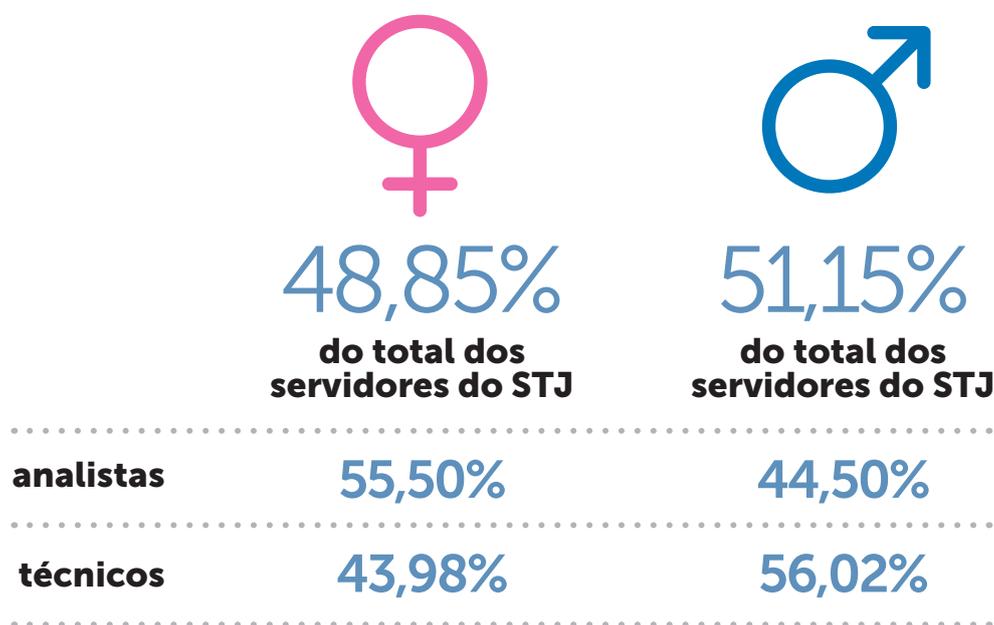


Quadro 45 - Evolução histórica de servidores do STJ

Com referência ao quantitativo da força de trabalho do STJ, em 2015 e 2016 houve um pequeno aumento na composição efetiva do Tribunal, devido à realização do concurso público em 2015 (**Edital n. 1 publicado em 23/07/2015**). A partir de 2017, por causa das restrições orçamentárias e do número de servidores que se aposentaram, houve uma redução do quadro de pessoal. No entanto, em 2018, houve uma retomada do aumento no quadro efetivo em relação a 2017, visto que foi realizado concurso público regido pelo **Edital n. 1/2018**, publicado no DOU de 16/01/2018. Ingressaram 107 servidores ocupantes de cargo efetivo (servidores de carreira vinculada ao órgão), sendo que 63 foram convocados entre os aprovados no último concurso realizado por esta Corte. O restante refere-se a ingressos decorrentes de redistribuição, recondução, reversão e de candidatos aprovados no certame de 2015.

Apesar do aumento no último período, não houve mudança significativa no total, visto que o provimento de cargos vagos decorrentes de aposentadoria e de falecimento que impliquem pagamento de pensões sofreu restrições, conforme a Lei n. 13.587/2018 (LOA). Assim, o preenchimento de cargos vagos foi feito de acordo com a disponibilidade orçamentária.

A distribuição da força de trabalho por gênero, apesar de ser fator não diretamente administrado já que a forma principal de seleção é concurso público, continua bastante igualitária:



Quadro 46 - Quantitativo de servidores por gênero (Situação em 31 de dezembro de 2018)

Ressalta-se que, nos termos da Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014, regulamentada neste Tribunal por meio da Resolução STJ n. 7/2015, 20% das vagas são reservadas aos negros nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e ingressaram por certame:

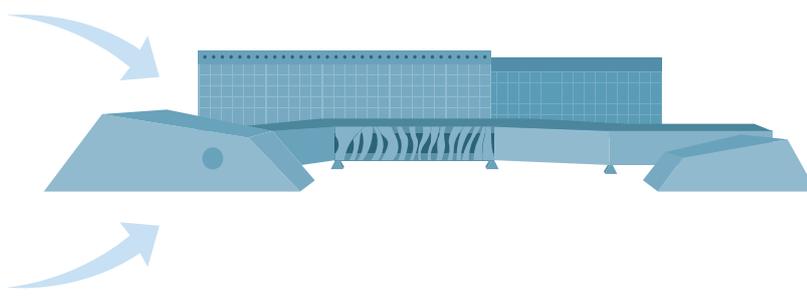
2015: 44 servidores



2018: 12 servidores



Ingresso de servidores negros



Quadro 47 - Quantitativo de servidores negros ingressos por certame

Ademais, das vagas destinadas a cada cargo/área de atividade/especialidade/ramo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% são reservadas aos deficientes, nos termos do § 2º do art. 5º da Lei n. 8.112, de 1990, e alterações, e do Decreto n. 3.298/1999, e alterações, e da Lei n. 13.146/2015. Assim, no último ano, 2,65% do quadro de pessoal do STJ são compostos por pessoas com deficiência, a maioria é relacionada às questões físicas. Visando atender às suas necessidades, atua a Comissão de Acessibilidade e Inclusão conforme objetivos citados no item Relacionamento com a Sociedade.

Tipo de deficiência				
Auditiva	Física	Visual	Não Portador de Deficiência	Total
12	45	25	2710	2792

Quadro 48 - Quantitativo de servidores por tipo de deficiência (Situação em 31/12/2018)

Avaliação de desempenho

A Seção de Avaliação Institucional e Gestão de Desempenho (SEAVI) administra as avaliações de desempenho para o estágio probatório e para a concessão de promoção e progressão funcional, acompanhando o desempenho dos servidores.

No que se refere à gestão de desempenho, no final de 2018 foram 1.186 servidores em processo de avaliação no STJ conforme demonstrado abaixo:

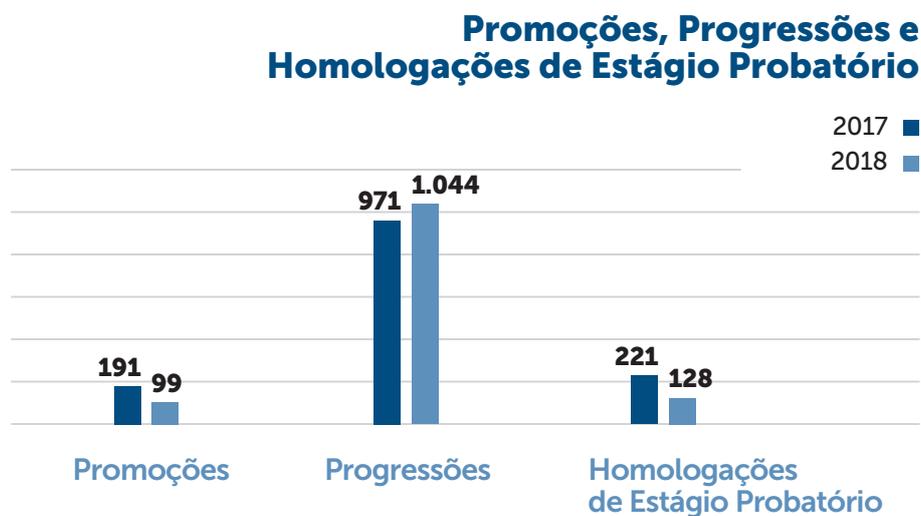


Quadro 49 - Servidores em processo de avaliação no STJ

Esses servidores foram acompanhados e orientados durante todo processo avaliativo, foram concedidas 99 promoções, 1.044 progressões e 128 homologações de estágio

probatório ao longo de 2018, nas respectivas datas do interstício, conforme os critérios definidos na **Resolução n. 5 de 26 de abril de 2018** e legislação correlata.

Comparativamente aos dados de 2017, temos o que segue:



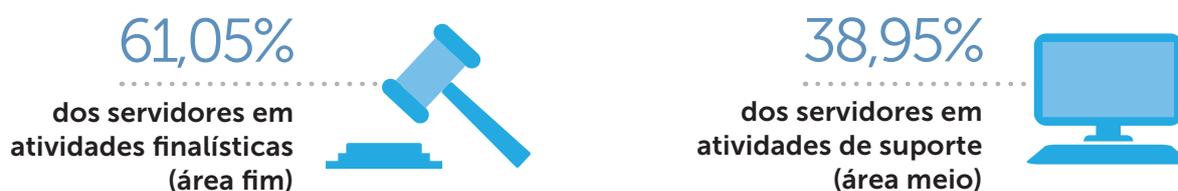
Quadro 50 - Promoções, Progressões e Homologações

A oscilação pode ser justificada pelo número de servidores que se desligaram da carreira e a racionalização das nomeações por concurso público. Sobre os servidores em movimentação na carreira, destaca-se que, em 2018, 2 servidores não foram contemplados com a progressão por ausência de desempenho e 5 servidores não foram promovidos por ausência de horas de capacitação.

Estratégia de alocação de pessoas

Quanto à alocação de servidores no Tribunal, diversos parâmetros são utilizados para auxiliar a distribuição dos servidores: a origem do cargo vago, diretrizes definidas pela alta administração, perfil do servidor (identificado mediante currículo e entrevista), bem como as demandas e a carência de servidores das unidades. Após essa análise, os servidores são lotados nas diversas áreas do Tribunal, a fim de repor a força de trabalho necessária para o bom funcionamento das atividades.

Assim, após todo o procedimento explicitado acima, a distribuição da força de trabalho no Tribunal está assim alocada:



Quadro 51 - Distribuição dos servidores por área finalística

Tipologias dos cargos	Lotação efetiva	
	Área meio	Área fim
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1129	1746
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	50
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3)	1129	1696
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1100	1539
1.2.2. Servidores de carreira em exercício provisório	1	6
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	28	151
2. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	20	55
4. Total de Servidores (1+2)	1149	1801

Quadro 52 - Distribuição da lotação efetiva

Outra análise, refere-se à situação de ocupação de funções de confiança e de cargos em comissão. Em dezembro de 2018, isso ficou dentro dos percentuais estabelecidos pela Lei n. 11.416, de 15/12/2006, alterada pela Lei n. 12.774, de 28/12/2012, e da **Resolução STJ/GP n. 1 de 16 de janeiro de 2017**, alterada pela Resolução STJ/GP n. 18 de 7 de dezembro de 2018. A exigência para funções comissionadas é de, no mínimo, 80%, enquanto para os cargos em comissão é de pelo menos 50%. Em 2018, ficaram vagos 49 funções e cargos comissionados de um total de 2.041 disponíveis.

Tal situação é acompanhada estrategicamente por meio do indicador “ocupação de cargos e funções comissionadas por servidores de quadro permanente”, que permite o adequado planejamento de estratégias de modo a aumentar as oportunidades de crescimento profissional dos servidores do quadro permanente. O ano terminou de maneira satisfatória, com 84,98% dos cargos e funções preenchidos por servidores do quadro permanente. Para maiores esclarecimentos, basta acessar o **Relatório de desempenho institucional do 4º trimestre de 2018**.

Demonstrativo de ocupação de cargos e funções			
	Quantitativo total	Quantitativo ocupado por servidores do Poder Judiciário	Percentual de ocupação por servidores do Poder Judiciário
Cargos em comissão	516	342	66,27%
Funções comissionadas	1525	1393	91,34%
Total	2041	1735	

Quadro 53 - Demonstrativo de ocupação de cargos e funções (31/12/2018)

Capacitação e desenvolvimento de pessoas

As ações de educação para 2018 foram planejadas com base no Plano de Anual de Capacitação (PAC 2018). Neste exercício, a elaboração do documento passou a abarcar de forma mais abrangente as informações coletadas a partir do mapeamento das lacunas de competências dos servidores das diversas áreas do STJ, além de fontes como a gestão de desempenho, os objetivos estratégicos do órgão, recomendações dos órgãos de controle, solicitações das unidades do Tribunal, entre outras.

As ações de educação corporativa também são acompanhadas estrategicamente por meio do indicador "adesão às ações de educação corporativa", que mede o percentual de servidores que participaram de ação educacionais oferecidas pelo Tribunal para aprimoramento das competências de seus colaboradores. O ano terminou em ótima situação, com 69,62% diante dos 60% de meta. Para mais esclarecimentos, basta acessar o **Relatório de desempenho institucional do 4º trimestre de 2018**.

A partir da análise das ações efetivamente realizadas em 2018, observou-se que aproximadamente 75% das turmas executadas constavam do PAC. As tabelas abaixo representam os resultados alcançados:

Área de conhecimento	Nº de turmas	Nº de horas-aula das ações	Nº de vagas	Nº de aprovados
Jurídica	70	1.402	2.050	1.392
Gerencial	96	1.653	2.839	2.442
Tecnologia da Informação	15	286	128	96
Outras (administrativa, apoio especializado, licitações e contratos, etc.)	164	3.230	5.018	4.034
Total	345	6.571	10.035	7.964

Quadro 54 - Detalhamento do número de turmas realizadas por área de conhecimento dos treinamentos

A partir dos dados, observa-se que a área de educação corporativa foi capaz de ofertar treinamentos em diversos temas, bem como atendeu satisfatoriamente às áreas consideradas críticas para o órgão, como é o caso da área jurídica, área gerencial e área de tecnologia da informação.

Quanto à abrangência dos servidores treinados no exercício, temos o seguinte panorama:

	Área-fim	Área-meio	Total
Número de Servidores	1.797	1.123	2.920
Número de servidores capacitados	1.101	990	2.091
% Servidores capacitados	61,27%	88,16%	71,61%

Quadro 55 - Servidores capacitados

Observa-se a necessidade de melhorar a adesão dos servidores lotados na área-fim do órgão, devido à sua relevância na consecução dos objetivos do STJ. No entanto, acredita-se que a solução do problema se relacione com a oferta de cursos em horários flexíveis e em formatos mais modernos, e não à necessidade de oferta de uma quantidade maior de turmas necessariamente.

Além disso, o número de gestores capacitados, evidencia a preocupação da ECORP na preparação do corpo gerencial, bem como o comprometimento deste público em manter-se capacitado.

Número de Gestores	336
Gestores Capacitados	324
% Gestores Capacitados	96,43%
Gestores Capacitados em ações gerenciais	309
% Gestores capacitados em ações gerenciais	91,96%

Quadro 56 - Capacitação de gestores

Por fim, destaca-se que foram concedidas 50 bolsas de estudos de pós-graduação em 2017 para cursos que se iniciavam em 2018, com aproveitamento por 35 servidores (70%) e 100 bolsas de estudos de idiomas em 2018 para cursos a se iniciarem em 2019, com aproveitamento por 91 servidores (91%).



Quadro 57 - Bolsas de estudo concedidas

Atualmente, com a transformação de parte da Secretaria de Gestão de Pessoas em Escola Corporativa do STJ – ECORP, um dos maiores desafios está na consolidação dessa nova área e na expansão de programas e aumento da qualidade das ações de capacitação ofertados aos servidores do STJ. A partir da percepção dessas necessidades, a ECORP ampliou seus serviços por meio de ações como a concessão de bolsas de estudo de idiomas a servidores e possivelmente a ministros do Tribunal a partir de 2019. Além disso, com o investimento em utilização de inteligência artificial para melhoria dos processos de trabalho no STJ, a ECORP terá um importante papel na sensibilização e preparação tanto técnica, quanto comportamental das mudanças organizacionais que estão por vir. Também, com a recente regulamentação da atuação de servidores por meio do regime de teletrabalho pela **Resolução STJ/GP n. 19, de 18 de dezembro de 2018**, outro desafio, é propiciar capacitação para os servidores que atuarão nesse regime. Há ainda desafios antigos a serem superados, como o aumento da adesão de servidores da área-fim às ações de capacitação ofertadas por este órgão.

Detalhamento da despesa de pessoal

A seguir, serão detalhados os valores das despesas com pessoal nos últimos anos (ativos, inativos e pensionistas), bem como apresentar as justificativas para essa variação.

		ATIVOS			
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2016	Valor	R\$ 199.159.304,23	R\$ 142.932.427,91	R\$ 141.122.725,28	R\$ 189.837.211,84
	Quantidade	3.156	3.128	3.135	3.088
2017	Valor	R\$ 166.437.354,36	R\$ 153.883.201,53	R\$ 155.704.615,38	R\$ 207.105.580,23
	Quantidade	3.080	3.080	3.053	3.042
2018	Valor	R\$ 184.294.466,60	R\$ 168.080.087,87	R\$ 170.281.148,80	R\$ 222.832.784,97
	Quantidade	3.055	3.029	3.098	3.074

Quadro 58 - Despesas com remuneração de servidores ativos

Observa-se que, de 2016 a 2018, houve um aumento de 18,23% das despesas com os servidores ativos, apesar de haver um decréscimo de 2,6% no número de servidores. A diminuição no quantitativo de pessoal decorre do Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional n. 95/2016, que limita a admissão ou contratação de pessoal às reposições que não gerem aumento de despesa, provenientes de vacância de cargos efetivos. A elevação dos gastos com pessoal ocorreu devido à progressão e promoção dos servidores na carreira e à implementação da Lei 13.317/2016, que dispõe sobre o plano de cargos e salários dos servidores do Poder Judiciário da União, com efeitos financeiros concedidos parceladamente.

INATIVOS					
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2016	Valor	R\$ 73.795.106,62	R\$ 60.616.469,95	R\$ 60.121.796,73	R\$ 86.735.999,68
	Quantidade	974	979	987	1.000
2017	Valor	R\$ 63.246.039,92	R\$ 65.356.191,50	R\$ 67.452.299,29	R\$ 98.709.664,06
	Quantidade	1.014	1.046	1.067	1.089
2018	Valor	R\$ 71.407.182,10	R\$ 73.524.187,76	R\$ 73.627.019,56	R\$ 100.931.512,72
	Quantidade	1.100	1.115	1.122	1.132

Quadro 59 - Despesas com remuneração de servidores inativos

Quanto aos servidores inativos, verifica-se que os gastos aumentaram em 19,96% no período de 2016 a 2018. Isso porque, além de ter aumentado o número de aposentadorias em 16,22%, os reajustes concedidos pela Lei n. 13.317/2016 impactaram nas aposentadorias calculadas pela regra da paridade e da integralidade. Da mesma forma, os proventos de aposentadoria vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) tiveram reajustes anuais.

PENSIONISTAS					
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2016	Valor	R\$ 13.990.167,95	R\$ 11.594.414,53	R\$ 11.584.580,68	R\$ 15.912.527,84
	Quantidade	298	302	305	308
2017	Valor	R\$ 12.043.251,85	R\$ 12.079.047,82	R\$ 12.080.835,53	R\$ 17.912.530,89
	Quantidade	308	309	305	306
2018	Valor	R\$ 12.509.712,51	R\$ 12.633.484,91	R\$ 12.736.037,37	R\$ 17.164.342,64
	Quantidade	308	309	313	312

Quadro 60 - Despesas com remuneração de pensionistas

No que se refere às despesas com os pensionistas, constata-se que apesar da maioria dos benefícios estar vinculada ao RGPS (limitados ao teto previdenciário), houve um acréscimo de 8,84% nas despesas, pois o quantitativo de pensões concedidas no período teve um aumento de 4,70%.

RESSARCIMENTO DE SERVIDORES					
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2016	Valor	R\$ 1.847.614,44	R\$ 1.849.474,69	R\$ 1.974.176,48	R\$ 2.427.654,80
	Quantidade	39	42	47	48
2017	Valor	R\$ 1.745.369,53	R\$ 1.727.800,52	R\$ 1.866.825,08	R\$ 2.275.233,42
	Quantidade	47	46	50	54
2018	Valor	R\$ 2.033.480,76	R\$ 2.112.062,42	R\$ 2.007.361,41	R\$ 2.112.048,53
	Quantidade	56	54	55	47

Quadro 61 - Despesas com ressarcimento de servidores

Os ressarcimentos com servidores requisitados de outros órgãos tiveram um aumento de 3% no período, apesar de o número de requisitados ter aumentado em 20,51%. Isso ocorreu devido à redução de custos por servidor requisitado. Antes, os servidores eram requisitados de empresas públicas com salários base acima da média salarial do Tribunal. Atualmente, é bem próxima.

As principais ocorrências no período que justifica esses reajustes estão indicadas a seguir, em ordem cronológica:

Data	Motivo da atualização	Público alvo
jan/2016	Aumento de 11,28% no valor das pensões e aposentadorias vinculadas ao RGPS (Portaria MTPS/MF Interministerial n.1, de 8/1/2016)	Inativos e pensionistas
mar/2016	Pagamento atrasado dos 13,23% (STJ 4283/2016 - avaliado pelo Processo de Tomada de Contas 014.624/2016-8)	Servidores e pensionistas
jun/2016	1ª parcela da Lei 13.317/2016	Servidores e pensionistas
jul/2016	2ª parcela da Lei 13.317/2016	Servidores e pensionistas
nov/2016	3ª parcela da Lei 13.317/2016	Servidores e pensionistas
jan/2017	Aumento de 6,58% no valor das pensões e aposentadorias vinculadas ao RGPS (Portaria MF n.8, de 13/1/2017)	Inativos e pensionistas
jun/2017	4ª parcela da Lei 13.317/2016	Servidores e pensionistas
nov/2017	5ª parcela da Lei 13.317/2016	Servidores e pensionistas
jan/2018	Aumento de 2,07% no valor das pensões e aposentadorias vinculadas ao RGPS (Portaria n.15, de 16/1/2018)	Inativos e pensionistas
jun/2018	6ª parcela da Lei 13.317/2016	Servidores e pensionistas
nov/2018	7ª parcela da Lei 13.317/2016	Servidores e pensionistas

Quadro 62 - Justificativas para reajustes por categoria

Quanto às ocorrências funcionais, é possível fazer um histórico com alguns destaques:

Ano	Aposentadorias	Pensões
2016	63 , sendo 32(técnico) e 31(analista)	20 de servidores e 3 de ministros
2017	110 , sendo 73(técnico) e 37(analista)	9 de servidores e 3 de ministros
2018	57 , sendo 32(técnico) e 25(analista)	11 de servidores

Quadro 63 - Histórico de ocorrências funcionais

Desligamentos

Cabe destacar que 116 servidores se desvincularam do Tribunal, seja por aposentadoria, por falecimento, por posse em outro cargo inacumulável, por exoneração ou por redistribuição. No que tange às saídas espontâneas, o acompanhamento é feito pelo indicador estratégico “desligamento de servidores do quadro permanente”, que trata de aferir o percentual de servidores que saem voluntariamente do STJ. Ao solicitar a vacância e/ou a exoneração, o servidor recebe um formulário de desligamento que deve ser entregue juntamente com os demais documentos necessários para tal fim. Após, é feita análise de todas as respostas. Entre os principais motivos que ensejaram as saídas estão: ascensão profissional; remuneração; perspectiva de crescimento na futura carreira; motivos familiares.

É importante ressaltar que a maioria dos respondentes informou que, caso se apresentasse nova oportunidade, voltaria a trabalhar no STJ. Alguns aproveitaram para listar aspectos positivos do órgão: estrutura e ambiente de trabalho; flexibilidade no horário; crescimento profissional; teletrabalho; seriedade; organização; comprometimento; valorização do servidor; clima organizacional; benefícios indiretos. Para mais detalhes, deve-se acessar o **Relatório de desempenho institucional do 4º trimestre de 2018**.

O STJ também conta com pessoal de apoio e estagiários que compõem a força de trabalho da Casa.

Programa de Estagiário Remunerado

O Programa de Estágio Remunerado do Superior Tribunal de Justiça é atualmente regulamentado pela **Portaria STJ n. 587, de 23/10/2013**.

O ingresso de estagiários ocorre por meio de processo seletivo, precedido de convocação por edital público e é realizado pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, conforme previsto no Contrato STJ n. 024/2017, instrumento que rege as relações contratuais entre as instituições.

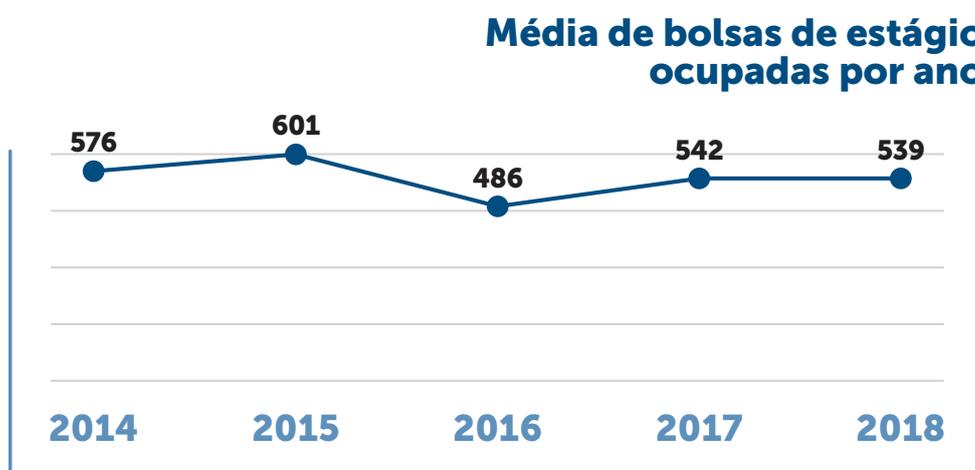
Para que uma unidade administrativa esteja apta a receber um estagiário, é necessário que ofereça condições para a obtenção de experiências práticas por intermédio de atividades que guardem correlação com o nível educacional e, tratando-se de estudante de nível superior, com a área de formação acadêmica, a fim de contribuir para o desenvolvimento social, educacional e profissional do educando.

O total de bolsas de estágio previsto no Contrato STJ n. 024/2017 é de 770 bolsas. Considerando o quantitativo de bolsas de estágio à disposição das unidades, em 2018, a média de estagiários ativos foi de 539 estudantes.

Nível de escolaridade	Quantitativo de termos de compromisso de estágio vigentes no último dia de cada trimestre considerando lotação das bolsas, independente da origem				Custo do exercício* (Valores em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível Superior					R\$ 7.079.468,73
Área Fim	375	398	364	333	
Área Meio	99	112	98	97	
Nível Médio					
Área Fim	24	28	27	25	
Área Meio	23	21	24	23	
TOTAL	521	559	513	478	

Quadro 64 - Estágios em 2018

Importa mencionar que, em 2016, o Tribunal passou por um período de contingenciamento orçamentário, o qual também atingiu o Programa de Estágio Remunerado, cujo valor contratual, à época, de R\$ 10.889.697,60, foi reduzido em 45%, restando R\$ 5.989.333,68 para o custeio das despesas com o referido programa.



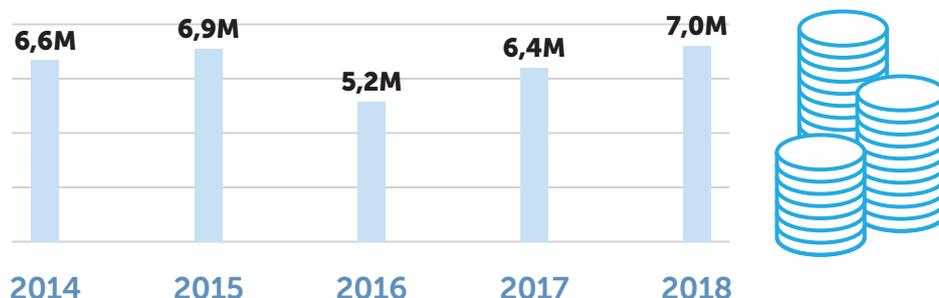
Quadro 65 - Histórico de bolsas de estágio

Ressalta-se que, nos últimos anos, houve diminuição progressiva do preenchimento de bolsas de nível médio em decorrência da contratação de pessoal terceirizado para execução de atividades de apoio e da reestruturação das atividades nas unidades, as quais vêm atingindo um grau de complexidade maior.

Desse modo, em razão desse último fator, nota-se um aumento na contratação de estagiários de nível superior, cujo total de contratados no ano de 2018 foi de 290, ao passo que somente 61 estudantes de nível médio foram contratados no mesmo período. Essa

crescente demanda fez com que, além do processo seletivo geral, fossem realizados processos seletivos simplificados ao longo do ano a fim de atender às solicitações das unidades de forma mais imediata.

Custos de bolsas de estagiários por ano (em milhões de R\$)



Quadro 66 - Histórico de custos de bolsas de estagiários

Como consequência, houve um acréscimo nas despesas com estágio, passando de um total de R\$ 6.443.785,48, em 2017, para R\$ 7.079.468,73 em 2018; porém, o custo com estagiários neste ano ainda se manteve bem abaixo do valor anual estimado de R\$10.794.958,80.

Contratação de Pessoal de Apoio

As informações sobre as contratações de mão de obra e terceirizados alocados nesta Corte encontram-se disponibilizadas no Portal da Transparência, no sítio do Tribunal na internet, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.stj.jus.br/web/transparencia>. Informações detalhadas desses contratos estão no tópico Gestão de Licitações e Contratos.

Gestão de licitações e contratos

Os normativos que regem as licitações e contratos no âmbito do STJ estão dispostos por tipos de contratação:

1. Aquisições e Contratações Comuns:

Instrução Normativa STJ/GDG n. 2/2018 - Define os serviços prestados de forma contínua no STJ e dá outras providências.

Instrução Normativa STJ/GDG n. 6/2018 - Disciplina a execução do planejamento das aquisições de bens e contratações de serviços no Superior Tribunal de Justiça

Instrução Normativa STJ/GDG n. 8/2017 - Disciplina a gestão dos recursos materiais e patrimoniais no Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa STJ/GDG n. 14/2017 - Disciplina a elaboração do Planejamento de Contratações e Aquisições e define os prazos para a conclusão de pregão no Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa STJ/GP n. 17/2015 - Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa do Ministério do Planejamento n. 5/2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. Serviços de Engenharia:

Instrução Normativa STJ/GDG n. 2/2018 - Define os serviços prestados de forma contínua no STJ e dá outras providências.

Instrução Normativa STJ/GDG n. 6/2018 - Disciplina a execução do planejamento das aquisições de bens e contratações de serviços no Superior Tribunal de Justiça

Instrução Normativa STJ/GDG n. 14/2017 - Disciplina a elaboração do Planejamento de Contratações e Aquisições e define os prazos para a conclusão de pregão no Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa STJ/GP n. 17/2015 - Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa do Ministério do Planejamento n. 5/2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Resolução CNJ n. 114/2010 - Dispõe sobre: I - O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário; II - Os parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de BDI, critérios mínimos para habilitação téc-

nica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário. III - A referência de áreas a serem utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; IV - A premiação dos melhores projetos de novas obras no âmbito do Poder Judiciário.

3. Informática:

Instrução Normativa STJ/GDG n. 2/2018 - Define os serviços prestados de forma contínua no STJ e dá outras providências.

Instrução Normativa STJ n. 4 de 7 de outubro de 2013 - Dispõe sobre diretrizes a serem seguidas para as contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação no Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa STJ/GDG n. 6/2018 - Disciplina a execução do planejamento das aquisições de bens e contratações de serviços no Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa STJ/GDG n. 14/2017 - Disciplina a elaboração do Planejamento de Contratações e Aquisições e define os prazos para a conclusão de pregão no Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa STJ/GP n. 17/2015 - Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa do Ministério do Planejamento n. 5/2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Decreto n. 7.174, de 12 de maio de 2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

4. Serviços Continuados com dedicação de mão de obra exclusiva:

Instrução Normativa STJ/GDG n. 2/2018 - Define os serviços prestados de forma contínua no STJ e dá outras providências.

Instrução Normativa STJ/GDG n. 6/2018 - Disciplina a execução do planejamento das aquisições de bens e contratações de serviços no Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa STJ/GDG n. 13/2017 - Regulamenta a aplicação da Resolução CNJ n. 169/2013 no Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa STJ/GDG n. 14/2017 - Disciplina a elaboração do Planejamento de Contratações e Aquisições e define os prazos para a conclusão de pregão no Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa STJ/GP n. 17/2015 - Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Superior Tribunal de Justiça.

Instrução Normativa do Ministério do Planejamento n. 5/2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Resolução CNJ n. 169, de 31/01/2013 - Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Resolução STJ/GP n. 9 de 2 de agosto de 2017 - Regulamenta as férias dos funcionários terceirizados no Superior Tribunal de Justiça.

5. Dispensa e Inexigibilidade:

Lei n. 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo podem ser divididos em alguns grupos mais relevantes: tecnologia da informação; funcionamento administrativo propriamente dito; e outros. De um total de despesas para a manutenção do STJ de aproximadamente R\$ 315.000.000,00, tem-se o seguinte panorama:



**Tecnologia
da Informação**
aproximadamente
124 milhões



**Funcionamento
administrativo**
aproximadamente
159 milhões



Outros
aproximadamente
32 milhões

Quadro 67 - Distribuição das contratações do STJ por grandes grupos

Sobre as contratações diretas por dispensa de licitação, inexigibilidade e suprimimento de fundos tem-se que:

Para contratações por **dispensa de licitação**, a principal justificativa está relacionada aos valores das aquisições/contratações. Em 2018, esse gasto foi de R\$ 321.376,87 (total de 106 licitações, referentes à Dispensa de Licitação) somados a R\$ 32.264,10 (total de 11 licitações, referentes à Dispensa de Licitação – Cotação Eletrônica).

No caso de contratações por **inexigibilidade de licitação**, a justificativa está na própria inviabilidade de competição entre as empresas fornecedoras dos serviços ou produtos. O gasto final com essa modalidade de contratação ficou em R\$ 1.445.418,43, num total de 93 licitações.

Por fim, para contratações do **suprimento de fundos**, justifica-se pelo baixo valor ou pela urgência de execução de tal contratação. Nesse último exercício, o valor total ficou próximo de R\$ 14.000,00.

Quando o assunto está relacionado às contratações mais relevantes de 2018, segue um compilado com as seguintes informações: Contratações mais relevantes; Associação aos objetivos estratégicos; Justificativas. Os principais desafios estão relacionados ao atendimento das demandas no prazo certo, com o menor dispêndio de recursos do erário.

Contrato	Processo	Empresa	Objeto	Associação aos objetivos estratégicos
63/2015	11467/2015	Esparta Segurança	Apoio administrativo na área de segurança pessoal provada armada, para a segurança pessoal, escolta e condução de veículos oficiais de representação e de transporte institucional, para os casos que especifica, a serem executados por meio de postos de trabalho.	Oferecer à sociedade prestação jurisdicional efetiva, assegurando uniformidade à interpretação da legislação federal.
<p>Justificativa para a contratação: O serviço de segurança pessoal privada armada é prestado nas instalações do STJ e nas residências do Srs. Ministros. A contratação advém da importância de profissionais armados fazerem serviço de segurança nas residências dos senhores Ministros e na condução dos veículos oficiais de representação de suas excelências, aprimorando a segurança física com a escolta, visando prevenir possíveis ameaças aos dignitários, bem como a condução de veículos oficiais de transporte institucional para juizes em apoio aos Srs. Ministros, em virtude da especificidade das atividades realizadas fora da sede do Tribunal.</p>				
58/2018	9306/2018	Brasfort Administração e Serviços Ltda	Serviços terceirizados de Técnico em Secretariado	Oferecer à sociedade prestação jurisdicional efetiva, assegurando uniformidade à interpretação da legislação federal.
<p>Justificativa para a contratação: As atividades “meio” de apoio operacional, especialmente as caracterizadas como de natureza contínua, são imprescindíveis para a consecução das atividades finalísticas do Estado e, portanto, devem ser executadas com eficiência e eficácia. Nesse sentido, a Administração Pública deve buscar a otimização do uso dos recursos humanos e, porquanto, procurar desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na respectiva área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução, nos termos do § 7º do artigo 10 do Decreto-Lei n.º 200/1967.</p>				

continua...

Contrato	Processo	Empresa	Objeto	Associação aos objetivos estratégicos
01/2017	10127/2015	Globalweb Outsourcing Do Brasil Ltda	Serviço de infraestrutura de tecnologia da informação, com prestação de suporte tecnológico proativo, preventivo, corretivo e reativo ao ambiente computacional de infraestrutura de redes, seus meios de comunicação, sistemas funcionais e processos de execução	Buscar excelência na prestação jurisdicional.

Justificativa para a contratação: Muitas operações fundamentais para o funcionamento do STJ estão fortemente relacionadas e dependentes dos serviços disponíveis em sua rede de computadores, de maneira que a indisponibilidade desses serviços produzirá impacto direto sobre o seu desempenho institucional.

A diversidade de produtos, funcionando de maneira integrada e interagindo com soluções providas por outros fabricantes de software, conferem alta complexidade ao ambiente, o que requer da equipe técnica um grande esforço no sentido de torna-lo íntegro e, tanto quanto possível, disponível para os usuários internos e externos ao STJ, cujos trabalhos dependem do pleno funcionamento deste ambiente computacional.

08/2018	12112/2017	Conectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda	Serviços para atendimento de 1º e 2º níveis de service desk e help desk.	Buscar excelência na prestação jurisdicional.
---------	------------	--	--	---

Justificativa para a contratação: O atendimento especializado aos Magistrados e à Presidência está relacionado à criticidade e impacto da obstrução aos serviços destes. A esse atendimento estão relacionadas atividades diferenciadas pela sua repercussão no negócio do Tribunal.

Objetiva-se prestar consultoria e suporte técnico aos magistrados na utilização de recursos de informática em seus gabinetes, escritórios virtuais em suas residências – uso intenso de teletrabalho com escritório informatizado remoto, 24 horas por sete dias da semana – e nas sessões de julgamento. Busca-se, ainda, auxiliar a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) no cumprimento das ações delineadas no Planejamento Estratégico e Plano Diretor de TIC (PETI e PDTI), alinhado às estratégias institucionais do Tribunal. Pretende-se viabilizar a continuidade no apoio do cumprimento da sua missão, por meio da melhoria na entrega dos produtos e serviços de TIC.

Contrato	Processo	Empresa	Objeto	Associação aos objetivos estratégicos
04/2017	16618/2016	Capital Service Serviços Profissionais Ltda	Serviços de prevenção e combate a princípios de incêndios e acidentes, incluindo fornecimento de material de brigada, salvamentos e primeiros socorros, abandono de edificação e desenvolvimento de política prevencionista de segurança contra incêndio nas dependências do STJ.	Buscar excelência na prestação jurisdicional.

Justificativa para a contratação: A presente contratação prende-se à necessidade de prover o Superior Tribunal de Justiça de segurança preventiva e ostensiva no combate a incêndio e nos atendimentos de primeiros socorros e pré-hospitalar, de urgência e emergência, aos seus servidores, prestadores de serviços e visitantes, bem como atender ao quanto disposto na Resolução 230 de 22/06/2016 do Conselho Nacional de Justiça no que se relaciona às atividades da brigada de Incêndio e, ainda, objetiva:

- a) continuidade da prestação do serviço de Brigada de Incêndio no órgão por empresa contratada;
- b) atender às demandas do órgão no que tange à prevenção e ao combate a princípios de incêndios, ao abandono de área e à prestação de primeiros-socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, de modo a reduzir as consequências sociais do sinistro e os danos ao patrimônio público e ao meio ambiente;
- c) atender ao disposto na Portaria nº 16, de 28/02/2011–CBMDF, que aprovou a Norma Técnica nº 007/2011–CBMDF, que estabelece os critérios mínimos de dimensionamento, atribuições, formação e atuação das Brigadas de Incêndio em edificações e eventos no Distrito Federal;
- d) atender ao disposto no Decreto n. 21.361, de 20/07/2000, que aprovou o Regulamento de Segurança contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal.
- e) atender ao disposto na Norma Regulamentadora NR 23 – Proteção Contra Incêndios, que trata da obrigatoriedade de instalações de proteção contra incêndio, das rotas de fuga, dos equipamentos para combate a incêndio e do pessoal treinado no uso correto desses equipamentos;
- f) atender ao disposto na Norma Técnica NBR 14276/2006 – Programa de Brigada de Incêndio, que estabelece as condições mínimas para a elaboração de um programa de brigada de incêndio;
- g) atender ao disposto na Norma Técnica NBR 14608/2007 – Bombeiro Profissional Civil, que estabelece os requisitos para determinar o número mínimo de bombeiros profissionais civis em uma planta, bem como sua formação, qualificação, reciclagem e atuação.

11/2015	5397/2015	Esparta Segurança Ltda.	Serviços de vigilância humana armada e desarmada, com supervisão externa motorizada.	Oferecer à sociedade prestação jurisdicional efetiva.
---------	-----------	-------------------------	--	---

Justificativa para a contratação: Trata-se de serviço essencial para a Administração, visando à segurança com o patrimônio público (instalações, equipamentos, acervo documental) e a integridade das autoridades, dos servidores e do público em geral.

continua...

...continuação

Contrato	Processo	Empresa	Objeto	Associação aos objetivos estratégicos
26/2016	212/2016	Real JG Serviços Gerais Eireli	Prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação de bens móveis e imóveis com o fornecimento de equipamentos necessários à realização dos serviços nas dependências do STJ.	Oferecer à sociedade prestação jurisdicional efetiva.
Justificativa para a contratação: A contratação objetiva a manutenção das condições necessárias para que os servidores desempenhem suas funções neste órgão em um ambiente mantido em bom estado de conservação, asseio e higiene, o que interfere na qualidade dos serviços prestados à sociedade.				

Quadro 68 - Contratações mais relevantes do STJ em 2018

É importante esclarecer que os relatórios foram extraídos do Sistema Administra e não há como fazer o comparativo da participação nos processos de contratações como um todo, visto que os valores registrados pela Coordenadoria de Compras (COMP) no Sistema Administra se restringem às contratações diretas informadas.

Gestão do patrimônio e infraestrutura

A utilização dos veículos da frota do STJ é regulamentada pelos seguintes normativos:

- **Resolução n. 83, de 10 de junho de 2009 do Conselho Nacional de Justiça.**
- **Resolução n. 37 de 14 de novembro de 2012 do Superior Tribunal de Justiça.**
- **Orientação Normativa GDG n. 2 de 26 de fevereiro de 2014.**
- **Instrução Normativa STJ/GDG n. 5 de 7 de abril de 2016.**
- **Instrução Normativa STJ/GDG n. 9 de 4 de setembro de 2017.**

A frota do STJ é composta por veículos de representação, de serviço, de transporte institucional, de transporte coletivo e de carga pesada. Os veículos de representação atendem aos 33 Gabinetes, Presidência e Vice-Presidência, no transporte dos ministros no desempenho de atividades externas de interesse da administração. Já os veículos de serviço, de transporte institucional, de transporte coletivo e de carga pesada são utilizados para transporte de servidores, magistrados, documentos e materiais diversos na execução de atividades externas de interesse da administração.

A frota do Tribunal é substituída quando há sinalização de que a manutenção é onerosa ou ainda quando o veículo passa a ser considerado obsoleto por falta de peças de reposição. Com esse embasamento, em 2018, foram adquiridos 24 novos veículos de representação. A aquisição trouxe economia aos cofres, considerando a redução com a manutenção dos veículos de representação substituídos, que já contavam com 10 (dez) anos de uso, portanto, bem superior ao disposto no inciso I do Art. 11 da **Resolução n. 37 de 14/11/2012**. Além da economia com a redução dos custos de manutenção, houve melhoria no nível tecnológico dos veículos, o que garantiu maior segurança e redução do nível de emissão de poluentes.

Nesse mesmo entendimento, foram incluídos em processo de desfazimento 35 veículos automotores, englobando veículos de representação, de transporte institucional, de serviço comum, de transporte coletivo e de carga pesada. Esses veículos foram classificados como antieconômicos, obsoletos e possuem mais de 13 anos de uso, tornando onerosa sua manutenção.

Para gerenciar a frota, a Coordenadoria de Transporte dispõe de um sistema informatizado (GST) para controle da movimentação dos veículos, com o registro de dados como itinerário, quilometragem percorrida, unidade solicitante, motorista, data e hora da movimentação. Esse sistema por sua vez é interligado ao sistema SIGA, da Secretaria de Administração e Finanças – SAD, o que permite que os pedidos de veículos realizados na central tenham o número do chamado vinculado aos dados da movimentação de veículo. Da mesma forma, as solicitações de manutenção e reposição de peças são administradas por meio dos dois sistemas.

Os abastecimentos são gerenciados por sistema informatizado (por contratação de empresa especializada), de modo que são acompanhados instantaneamente. Os dados individuais de cada veículo, como quilometragem percorrida por litro de combustível, quantidade de litros consumida por período.

A gestão do patrimônio imobiliário da União é regulamentada pelos seguintes normativos:

- **Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 da Presidência da República.**
- **Decreto n. 9.373 de 11 de maio de 2018 da Presidência da República.**
- **Instrução Normativa STJ/GP n. 16 de 15 de dezembro de 2015.**
- **Macrofunção Siafi n. 020330.**

Em se tratando de bens imóveis, estão sob responsabilidade do STJ as seguintes propriedades:

Imóveis de Uso Especial da União		
UG	SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
050001		
RIP		
9701.16338.500-0	SHIS QL 14 Conjunto 10, Casa 6, SETOR DE HABITACOES CEP: 71.640-105	Valores em R\$ Terreno: 66.362,90 Benfeitoria: 49.826,07 Imóvel: 1.416.188,97
9701.17437.500-1	SGO Quadra 2, SGON Quadra 2, Lotes 10 e 20, SETORES COMPLEMENTAR CEP: 70.610-620	Terreno: 189.803,88 Benfeitoria: 879.619,41 Imóvel: 1.069.423,29
9701.17498.500-4	Setor de Administração Federal Sul, SAFS Quadra 6, Lote 1, Asa Sul CEP: 70.095-900	Terreno: 338.486,40 Benfeitoria: 230.813.228,84 Imóvel: 231.151.715,24
9701.21585.500-2	SCES Trecho 1, Lote 1-B, Asa Sul CEP: 70.200-001	Terreno: 525.980,62 Benfeitoria: 383.108,36 Imóvel: 909.088,98
9701.22033.500-3	SGO Quadra 3, SGON Quadra 3, Lotes 60, 70 e 80, SETORES COMPLEMENTAR CEP: 70.610-630	Terreno: 228.881,14 Benfeitoria: 1.106.185,33 Imóvel: 1.335.066,47
9701.23256.500-9	SGO Quadra 4, SGON Quadra 4, Lote 6, SETORES COMPLEMENTAR CEP: 70.610-640	Terreno: 236.324,43 Benfeitoria: 0,00 Imóvel: 236.324,43
9701.23707.500-0	SGO Quadra 4, SGON Quadra 4, Lote 5, SETORES COMPLEMENTAR CEP: 70.610-640	Terreno: 236.324,43 Benfeitoria: 1.564.578,97 Imóvel: 1.800.903,40
9701.33793.500-0	Acesso SCES Trecho 3, Lote 7 Projeto Orla – Polo 8 - Asa Sul CEP: 70.200-003	Terreno: 58.000.000,00 Benfeitoria: 0,00 Imóvel: 58.000.000,00
Total de Imóveis: 8	Valores em R\$ Terreno: 60.622.163,80 Benfeitoria: 235.296.546,98 Imóvel: 295.918.710,78	

Quadro 69 - Relação de imóveis sob responsabilidade do STJ
(Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União)

Tais imóveis geram a seguinte despesa, comparando-se os exercícios de 2017 e 2018:

Despesas em 2017		Despesas em 2018	
Reforma	Manutenção	Reforma	Manutenção
R\$ 59.795,43	R\$ 9.136.060,51	R\$ 6.310.800,52	R\$ 8.007.342,23

Quadro 70 - Despesas com imóveis em 2018

Sobre a tabela acima, cabe salientar as seguintes informações:

- O valor de despesas com reforma no exercício de 2017 foi extraído da conta 344905192 – Instalações/Reforma (R\$ 428.613,45 + R\$ 5.882.187,07) = R\$ 6.310.800,52.
- As despesas com manutenção no exercício de 2018 foram no montante de R\$ 8.007.342,23 (correspondem ao somatório: despesas com material para manutenção de bens imóveis; despesas de serviços de manutenção e conservação de bens imóveis; despesas com manutenção e conservação de bens imóveis; registradas nas contas do Sistema Siafi n. 33903024).
- Para cálculo da efetiva despesa com a manutenção e reforma foram considerados os valores inicial e final do estoque de almoxarifado na conta 1156100100 grupo 24, conta 333903916 e 333903704, respectivamente.
- Despesas com Material para Manutenção de Bens Imóveis (5.2.1): para os cálculos do valor referente ao exercício de 2018 foram usados os seguintes critérios:
 - DMMBI - Despesas com Material p/Manutenção de Bens Imóveis no exercício de 2018
 - VEI - Valor do Estoque Inicial – (saldo de almoxarifado no SIAFI em 1/1/2018) – 115610100 Subitem 24 = **R\$ 450.915,45**
 - DRA - Despesa Realizada no Ano de 2018 conta 33903024 = (R\$ 386.616,57 + R\$ 79.540,43) = **R\$ 466.157,00**
 - VEF - Valor do Estoque Final (saldo de almoxarifado no SIAFI em 31/12/2017). – conta 115610100 Subitem 24 = **R\$ 514.122,17**
 - DMMBI = (VEI + DRA) – VEF
 - DMMBI = (R\$ 450.915,45 + R\$ 466.157,00) – R\$ 514.122,17 = **R\$ 402.950,28**
- Despesas de Serviço de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (5.2.2): valor extraído da conta SIAFI 33903916 (R\$ 398.639,33 + R\$ 164.485,96) = R\$ 563.125,29.
- Despesas de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis- mão de obra (5.2.3): valor extraído da conta SIAFI 33903704 (R\$ 6.938.465,60 + R\$ 102.801,06) = R\$ 7.041.266,66.
- A Despesa com Manutenção de Imóveis no exercício de 2018 (5.2.4): equivale à soma dos valores encontrados na Despesa com Material p/Manutenção

de Bens Imóveis (5.1) mais Despesas de Serviço com Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (5.2) e Despesas de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (5.3). Logo, (R\$ 402.950,28 + R\$ 563.125,29 + R\$ 7.921.671,27) = R\$ 8.007.342,23.

Vale destacar que os demais imóveis funcionais utilizados pelo Tribunal se encontram com carga para UG 170021 – Superintendência do Patrimônio da União, com acesso às informações no SIAFI e SPIUnet restritas àquele órgão.

Por fim, existem as despesas com locação de imóveis. Conforme consta no Sistema SIAFI, a despesa com locação de imóveis em 2018 – conta 33903910 - foi de (R\$ 287.913,12 + R\$ 25.263,04) = R\$ 313.176,16.

Informamos que Seção de Registro Contábil de Material (SERCO) registra anualmente no Sistema SPIUnet a reavaliação dos imóveis em conformidade com a Pauta de Valores de Imóveis para Incidência do IPTU-GDF, com reflexos contábeis no Sistema SIAFI. A metodologia usada está de acordo com o determinado na **Macrofunção 20330, definida na Instrução Normativa STJ n. 16/2015**. O valor investido com tal procedimento pode ser observado no comparativo abaixo:



Quadro 71 - Despesa com imóvel administrativo locado de terceiro

Outro ponto relevante relacionado ao patrimônio do STJ é a gestão das instalações e usuários do Tribunal. Nesse sentido existe um projeto estratégico que prevê a implantação de nova solução integrada para o sistema de Circuito Fechado de TV/IP. A sua conclusão estava prevista para 2018, porém se alongou além do previsto, pois não foi finalizada a etapa de respostas a recursos após a seleção da empresa vencedora.

Considera-se premente a aquisição de tal sistema, visto que o atual sistema encontra-se defasado tecnologicamente. Tal modernização também está alinhada à **Resolução CNJ n. 176 de 10 de junho de 2013**, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário. Destaca-se que há dificuldade na manutenção corretiva do sistema em virtude da ausência de peças de reposição no mercado, o que vem causando, de forma cada vez mais frequente, a inoperância de alguns equipamentos em virtude de constantes quebras, e isso aumenta o risco de vulnerabilidade do sistema, com perda de visualização de ambientes e de imagens gravadas. Isso dificulta o controle de aces-

so efetivo, afinal é o que permite tornar a sede do STJ um ambiente tranquilo e seguro para se trabalhar e frequentar. Para aprofundar melhor esse projeto estratégico, basta acessar o **Relatório de desempenho institucional do 4º de trimestre de 2018**.

A seguir estão apresentadas as principais despesas com a área de segurança do Tribunal.

Descrição do contrato	Andamento	Vigência	Valor
CONTRATO STJ N. 029/2018 CHAVEIRO	CONTRATO EM ANDAMENTO	17/05/2018 a 17/02/ 2020	R\$ 13.731,22
CONTRATO STJ N. 17/2017 EDISON LUIS CASAS PINTO ME	CONTRATO EM ANDAMENTO	31/03/2019 a 30/03/2020	R\$ 27.597,60
CONTRATO STJ Nº 50/2016 MONITORA	CONTRATO EM ANDAMENTO	01/06/2018 a 31/05/2019	R\$ 50.749,92
PROCESSO 19.451/2017 (PROJETO ESTRATÉGICO – SISTEMA DE CFTV)	Termo Referência EM ANDAMENTO	ESTIMADO PARA 2018	R\$ 4.725.589,99
10.181/2015 PAGAMENTO DE TAXAS ANATEL (Pagamento de contribuição para fomento da Radio-difusão Pública e de taxa de fiscalização de funcionamento)	PAGAMENTO EFETUADO ANUALMENTE	PREVISTO PARA 2019	R\$ 1.000,43 e R\$ 302,84
PROCESSO 11.439/2015 (PROJETO ESTRATÉGICO)	CONCLUSO	CONCLUSO EM 2018	CONFORME TABELA ABAIXO

Quadro 72 - Despesas com Segurança no STJ

Nota de Empenho	Data	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Tipo	Valor (R\$)
2017NE002367	11/12/17	02.126.0568.157V.0001	4.4.90.52	Global	2.404.191,61
2017NE002368	11/12/17	02.126.0568.157V.0001	3.3.90.30	Estimativo	231.619,68
2017NE002369	11/12/17	02.126.0568.157V.0001	3.3.90.39	Global	278.948,93
2017NE002370	11/12/17	02.126.0568.157V.0001	4.4.90.39	Global	129.736,03

Quadro 73 - Despesas com o Projeto Estratégico Ampliação do Circuito Fechado de TV

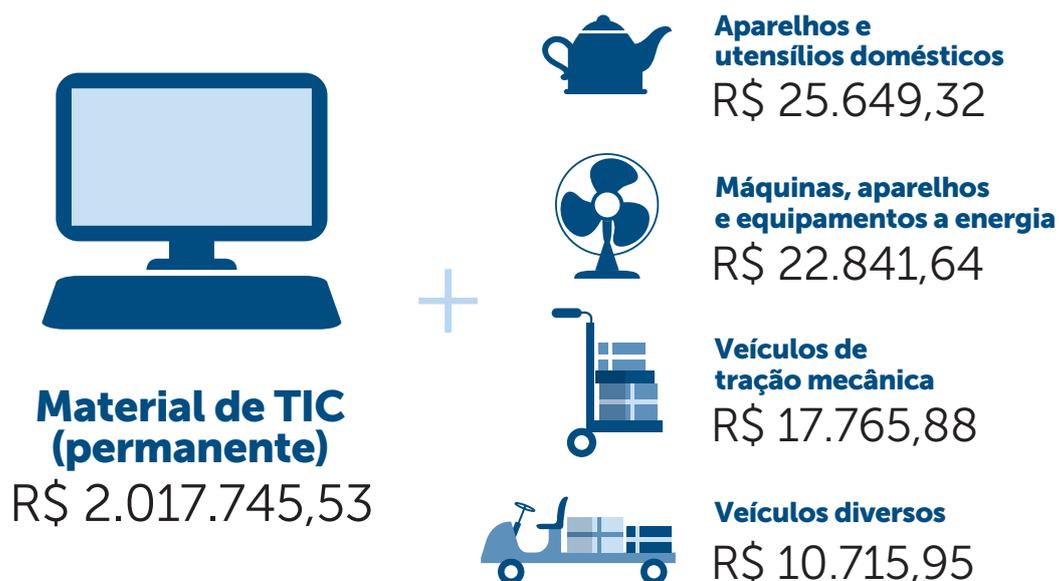
Abaixo, as principais aquisições de segurança:

Nº Processo	Descrição	Aquisição	Valor
11.439/15	Novo sistema de controle de acesso de pessoas e veículos	Cronograma 2018	3.486.800,00
01.385/18	Aquisição de 12 veículos Ford Fusion – CT 089/2017	10/05/2018	1.512.000,00
28.157/17	Aquisição de 150 bótons e 150 distintivos de segurança	30/08/2018	19.945,50
00.768/18	Aquisição de 12 bandeiras: 6 nacionais e 6 do Mercosul	11/05/2018	5.658,00
01.313/18	Contratação de serviços de chaveiro (Contrato STJ n. 29/2018)	28/05/2018	21.970,00
04.846/18	Aquisição de 10.000 unidades de protetor plástico para crachá	21/05/2018	2.700,00
05.022/18	Aquisição de 1 sistema de CFTV para residência do ministro Herman Benjamin	27/08/2018	26.375,00
05.717/18	Aquisição de 25 tonfas e 40 bastões retráteis	20/09/2018	6.754,00
08.217/18	Aquisição de 1 шампорizador para lavagem de veículos	14/12/2018	2.690,90
09.232/18	Aquisição de 3 mangueiras para máquina de lavagem de veículos	10/07/2018	1.923,84
09.895/18	Aquisição de 12 veículos Ford Fusion – Contrato STJ n. 16/2018 – Termo de Recebimento – Multa (processo STJ n. 8668/2018)	25/07/2018	1.506.192,00
12.969/18	Aquisição de 1 equipamento de varredura eletrônica Omni Espectral de Frequências	28/12/2018	330.410,00
14.577/18	Aquisição de 10 fones de ouvido para rádios transceptores digitais marca Motorola e 40 baterias de íon de lítio. Os rádios não foram adquiridos neste pregão.	31/12/2018	29.283,20
17.783/18	Aquisição de uniformes	26/12/2018	66.237,82
30.866/18	Aquisição de 17 detectores de metal portáteis	19/12/2018	6.120,00
33.967/18	Aquisição de 3 veículos utilitários tipo furgão	28/12/2018	286.269,00

Quadro 74 - Principais aquisições em segurança no STJ

No que tange aos desfazimentos, em 2018, o Tribunal realizou a doação de bens móveis em 3 avisos de desfazimento, promovendo 65 doações e 5 baixas de bens permanentes, por meio de 44 processos administrativos, o que totalizou R\$ 2.114.406,82. Entre os bens doados, destacam-se os de informática.

Material doado pelo STJ



Quadro 75 - Material doado pelo STJ, em 2018

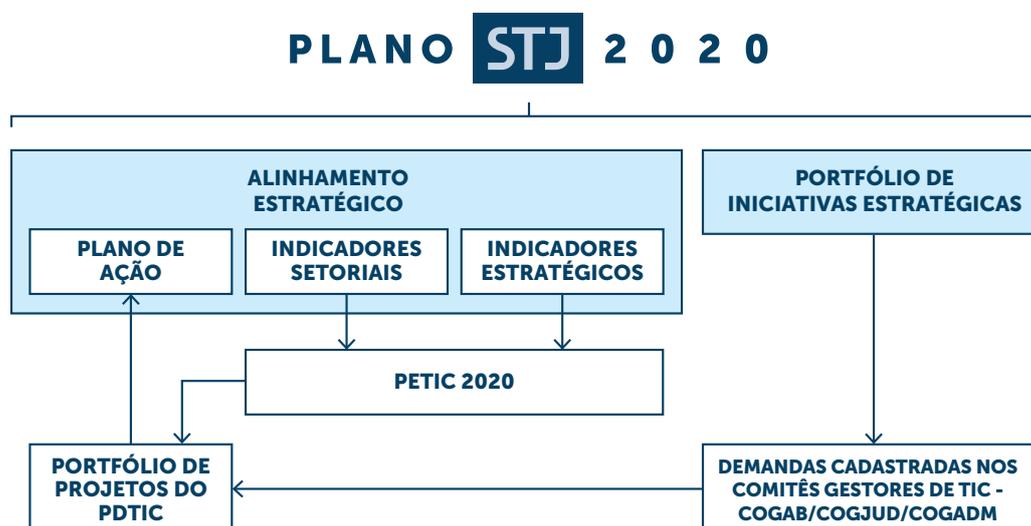
As doações atenderam às solicitações dos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, às organizações da sociedade civil, entidades beneficentes e outras reconhecidas pelo governo, que se candidataram aos avisos de desfazimento, publicados no **portal do STJ** e mensagens no sistema Siafi, ou ainda por autorização direta do presidente desta Corte, conforme previsto na **Instrução Normativa STJ/GDG n. 8 de 21 de julho de 2017**.

Após concluídos, os procedimentos de doação ficam registrados para os donatários e podem ser acompanhados pelo mesmo endereço no portal.

Gestão de tecnologia da informação

No item que trata do planejamento estratégico do STJ, mais especificamente no momento em que foi contemplado o desdobramento da estratégia nas unidades, referenciou-se o alinhamento estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação aos instrumentos do PETIC, PDTIC e Plano Operacional STI. Além desses instrumentos formais de planejamento da unidade, a STI também contribui ativamente na realização da estratégia institucional por meio da execução de demandas relacionadas ao Portfólio de Iniciativas Estratégicas que são cadastradas, discutidas, priorizadas e acompanhadas pelos Comitês Gestores de Soluções de TIC, conforme a Instrução Normativa STJ/GP n. 5 de 28 de março de 2017, atualizada pela **Instrução Normativa STJ/GP n. 16 de 22 de outubro de 2018**. Esse assunto também foi tratado no item Governança, mais especificamente no trecho que discorre sobre o subsistema de TIC.

A figura a seguir ilustra pontos de contribuição da STI em relação à estratégia institucional.



Quadro 76 - Pontos de contribuição da STI para a estratégia institucional

A partir da conclusão de projetos é possível definir o atingimento dos objetivos estratégicos de TIC associados a eles e, por consequência, a contribuição deles para os objetivos estratégicos, conforme o gráfico a seguir:

Contribuição da STI para os objetivos estratégicos institucionais - PDTIC 2018



Quadro 77 - Contribuição da STI para os objetivos estratégicos institucionais

O Superior Tribunal de Justiça vem centrando esforços no planejamento e na execução de um conjunto de ações voltado ao aperfeiçoamento da instituição. Em busca de promover o aporte necessário para oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional efetiva, assegurando uniformidade à interpretação da legislação federal, a Tecnologia da Informação e Comunicação tem sido fator determinante na modernização para o alcance desses objetivos e, dessa forma, consolidá-lo como o Tribunal da Cidadania.

Assim, ao longo da sua história, o STJ foi marcado, entre outros projetos, pela implantação inovadora e irreversível do processo judicial eletrônico, que teve como objetivo principal a eliminação do papel como instrumento de trâmite processual. Sua implantação demandou a evolução de diversas funcionalidades satélite, em consonância com outras atividades paralelas como a constante atualização do seu parque computacional e da plataforma de infraestrutura tecnológica, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação. Tamanho escopo colocou a STI como interface com todas as unidades do Tribunal, além de responsável por acordos de cooperação técnica com diversos entes federais e estaduais.

Nesse processo evolutivo, o Tribunal, com apoio da STI, conquistou novamente em 2018 posição proeminente ao implantar com sucesso solução de inteligência artificial na Classificação de Assuntos, concluir a solução que permitirá o Julgamento Eletrônico (e-Julg) de Petições e Agravos, implantar a Central do Processo Eletrônico e Metodologia Ágil no desenvolvimento interno de sistemas.

E os avanços tecnológicos tendem a continuar já que a STI tem participado de 85% dos projetos estratégicos atualmente definidos no Plano STJ 2020, o que demonstra a sua importância e destaque no alcance de objetivos institucionais, tais como: “oferecer serviços com qualidade” e “buscar excelência na prestação jurisdicional”.

Assim, há grande necessidade de treinamentos de caráter técnico devido à natureza dinâmica do trabalho da STI. O cenário de cortes de orçamento público é um desafio para a realização desses cursos. Um risco decorrente é a desmotivação dos servidores e piora do clima organizacional, além da possibilidade de entrega de serviços e produtos tecnológicos sem a qualidade esperada e necessária para os serviços finalísticos do STJ.

Vinculando a participação da área de tecnologia nos sistemas relacionadas à Cadeia de Valor, é possível observar as seguintes relações:

Cadeia de Valor	Principais Sistemas	Principais resultados
Recebimento e Registro	Central do processo eletrônico	<ul style="list-style-type: none"> - Agilidade no envio de petições pelo jurisdicionado. - Uso dos serviços pelo jurisdicionado por um único canal. - Integração entre tribunais pela funcionalidade eDoc.
	Gestão de processos eletrônicos (versão 4)	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição na quantidade de problemas que ocorriam em versões anteriores. - Implantação mais ágil e procedimental em tribunais integrados.
Autuação	Módulo de carga de partes	<ul style="list-style-type: none"> - Liberação de servidores para outras atividades pois o serviço passou a ser realizado por terceirizados.
Classificação	Inteligência artificial no Sistema Justiça	<ul style="list-style-type: none"> - Redução do tempo da classificação dos Assuntos dos processos. - Completude na classificação (todos os níveis recomendadas pelo CNJ).
	Resumo Indicativo	<ul style="list-style-type: none"> - Auxílio na triagem de processos no gabinete
Distribuição	Conclusão automática de processos (distribuição operacional)	<ul style="list-style-type: none"> - Agilidade no deslocamento de processos para os gabinetes pela execução de regras.
Procedimentos Cartorários	Controle das guias dos mandados de intimação	<ul style="list-style-type: none"> - Agilidade no procedimento de devolução das guias dos oficiais de justiça. - Automação de procedimentos (cadastro de entes, lançamento de fases e geração de certidão)
Elaboração de Decisões	Chancela de ministros para mobile	<ul style="list-style-type: none"> - Agilidade para assinatura de despachos e decisões monocráticas/acórdãos.
Julgamento Monocrático	Publicação automática de decisões: <ul style="list-style-type: none"> - NARER/presidência; - gabinetes de ministros 	<ul style="list-style-type: none"> - Automação de procedimentos. - Envio automático de decisões monocráticas para publicação no DJe.
Julgamento Colegiado	Julgamento eletrônico (eJulg)	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de julgamento remoto em ambiente WEB para recursos (EDcl/AgRg/AgInt/ARE) pelos ministros. - Automação de procedimentos (geração automática de documentos, lançamento de fases e envio de acórdãos para o DJe).
Baixa ou Arquivo	MNI com o STF	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de envio de processo acima de 1Gb. - Agilidade e redução de problemas na remessa de processos ao STF.
Jurisprudência	Manutenção de temas web	<ul style="list-style-type: none"> - Execução projetos da SJR no modelo de teletrabalho.
	Automatização do índice de publicações	<ul style="list-style-type: none"> - Supressão de intervenção humana na primeira etapa do fluxo de análise de acórdãos.
	Pesquisas automáticas na base de dados textuais	<ul style="list-style-type: none"> - Otimização da pesquisa de acórdãos.

continua...

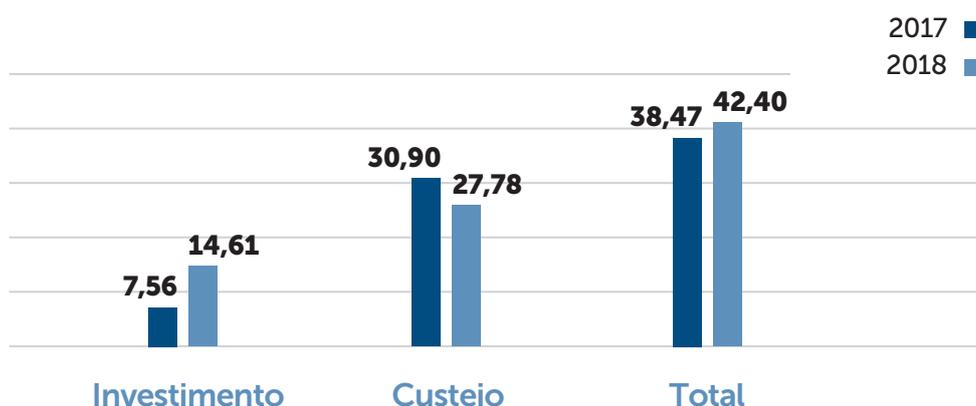
...continuação

Cadeia de Valor	Principais Sistemas	Principais resultados
Saúde	SisProSer (Solução Benner Saúde)	- Unificação dos sistemas para gestão de saúde do STJ (plano de saúde ProSer e atendimento ambulatorial no STJ/CJF).
Administração de Bens e Serviços	Projeto básico eletrônico	- Facilidade da gestão de versões dos projetos básicos e o acesso/recuperação do documento correto para análise e modificações. - Padronização dos procedimentos de elaboração do projeto básico pelos gestores.
Gestão de Pessoas	eSOCIAL – Etapa 2018	- Integração para prestação de informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas do STJ.
Administração Orçamentária e Financeiro	Módulo acompanhamento orçamentário de despesas continuadas (Sistema Administra)	- Controle mais efetivo de planejamento e execução orçamentária dos contratos vigentes. - Geração de dados para tomada de decisão pela diretoria-geral.
Auditoria	SIGMA – Sistema de Acompanhamento de Recomendações de Auditoria.	- Apoio a todo o ciclo de auditoria interna, desde o planejamento, agendamento, preparação, acompanhamento e execução dos trabalhos de auditoria até a elaboração automática dos relatórios. - Promover a interação entre a auditoria interna e as diversas unidades do STJ.

Quadro 78 - Sistemas tecnológicos que apoiam a Cadeia de Valor do STJ

Em se tratando do montante de recursos aplicados em TI comparando os exercícios de 2017 e 2018, seguem alguns dados:

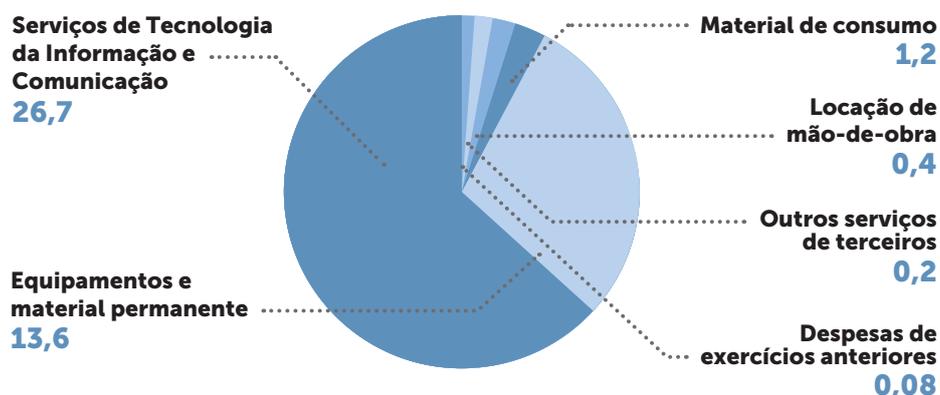
Despesas empenhadas pela STI em milhões de reais



Quadro 79 - Pontos de contribuição da STI para a estratégia institucional

Detalhando os gastos de TI por natureza de despesa, tem-se:

Gastos da STI por natureza de despesa em milhões de reais



Quadro 80 - Gastos da STI por natureza de despesa

Sobre as contratações mais relevantes de recursos de TI em 2018, devem-se observar os dados que se seguem:

#	Nº Contrato	Contratada	Valor contratual (R\$)	Síntese do objeto	Observação
1	112/2015	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA SA	24.935.932,56	Licenciamento Microsoft	
2	078/2013	VA & R INFORMÁTICA TDA - EPP	9.524.962,00	Expansão de infraestrutura virtual	Encerrou em 02/12/2018
3	008/2018	CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA	9.157.676,81	Service Desk e Help Desk.	
4	048/2014	LANLINK INFORMÁTICA LTDA	8.319.440,97	Atualização tecnológica e ampliação da Plataforma Computacional IBM	Encerrou em 09/02/2018
5	001/2017	GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA	7.271.805,84	Manutenção da infraestrutura de redes	
6	064/2018	GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA	7.145.232,00	Desenvolvimento de software com uso de práticas ágeis, com alocação de mão-de-obra residente.	
7	009/2018	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	6.383.803,68	Serviços de Impressão	
8	116/2013	VA & R INFORMÁTICA TDA - EPP	6.346.044,00	Expansão de infraestrutura virtual	Encerrou em 30/12/2018
9	006/2016	M.I.MONTREAL INFORMÁTICA LTDA	5.183.460,23	Service Desk e Help Desk.	Encerrou em 12/02/2018
10	068/2015	LANLINK INFORMÁTICA LTDA	3.611.417,44	Atualização tecnológica e ampliação da Plataforma Computacional IBM	Encerrou em 31/12/2018

Quadro 81 - Contratações mais relevantes de TIC

Para os próximos anos, a restrição orçamentária é um grande desafio da gestão administrativa, principalmente com a Emenda Constitucional n. 95/2016, que limitou as despesas da União ao montante gasto no ano anterior corrigido pela inflação, com o propósito de adequar o gasto público federal à capacidade de custear despesas. Impende observar que na área de Tecnologia da Informação e Comunicação há investimentos que ocorrem sazonalmente em ciclos superiores à anualidade, por exemplo, a substituição de equipamentos computacionais devido à obsolescência ou ao *end-of-life* pelo fornecedor, provocando variação de montante de investimento no orçamento da STI ao longo dos anos. Nessa esteira, também são incluídas as aquisições visando atender às necessidades decorrentes de eventuais normativos legais, cuja previsão de inserção na esfera jurídica não é possível *a priori*. Todos esses procedimentos precisarão de adequação frente à restrição imposta.

Tal restrição também influencia a gestão de pessoas, já que a limitação na recomposição e aumento da força de trabalho integra um dos grandes desafios frente ao impedimento de realização de novos concursos, mesmo para atendimento ao quantitativo mínimo de servidores da área de informática, determinado pela **Resolução CNJ n. 211 de 15 de dezembro de 2015**, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

Tal dificuldade é incrementada com a problemática que a unidade encontra na retenção de talentos, visto que as demais carreiras correlatas na Administração Pública proporcionam remuneração superior à carreira dos servidores do Poder Judiciário tendo sido esse o maior motivo de desligamento do órgão, conforme relatado no item Gestão de Pessoas. Vislumbra-se a necessidade de uma política específica de gestão de pessoas de TIC que auxilie no controle da evasão e promova a motivação e retenção de talentos.

Quando o assunto é segurança da informação, o Tribunal, por meio da **Resolução STJ/GP n. 11 de 12 de novembro de 2015**, instituiu a Política de Segurança da Informação do STJ, bem como criou o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) e a Comissão Técnica de Segurança da Informação (CTSI), estabelecendo suas competências e responsabilidades. Dessa forma, definiu a estrutura de governança da segurança de informação e comunicação do Tribunal. Tal instrumento também estabelece as regras de uso dos recursos de tecnologia da informação e traz a previsão de definição de um modelo de gestão de segurança da informação para o Tribunal.

Em 2018, o STJ realizou ações de conscientização dos seus servidores sobre Segurança da Informação, por meio de cursos presenciais ministrados por instrutores internos da área de Segurança de Redes. O objetivo é difundir o conhecimento por meio de casos reais e promover debates sobre o tema.

Gestão de Custos

Custos são gastos com bens ou serviços utilizados para a produção de outros bens ou serviços. Para maiores detalhes do projeto estratégico Metodologia de Apuração e Análise de Custos, acessar o **Relatório de desempenho institucional do 4º trimestre de 2018**.

A gestão de custos no STJ guardou total conformidade com as determinações dos seguintes normativos:

- Lei Complementar n. 101/2000 – LRF, artigo 50, § 3º, que orienta a manter um sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Lei n. 10.180/01, que organiza e disciplina o Sistema de Informação de Custos - SIC, atribuindo essa competência à STN na Administração Federal;
- Portaria do Ministério da Fazenda n. 157 - SIC/STN, que criou o Sistema de Custos do Governo Federal.
- Portaria n. 76/11, do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu, no âmbito do CNJ, o Comitê de Análise e Avaliação das Informações de Custos

Devido à relevância do tema, consta no portfólio de projetos estratégicos a iniciativa designada Metodologia de apuração e análise de custos cuja principal finalidade é viabilizar a realização, levantamento e análise de estimativas de custos do órgão, a fim de demonstrar a distribuição dos recursos em áreas finalísticas e de suporte para auxiliar a tomada de decisão.

Como o projeto está em andamento, o Tribunal está estruturando o fornecimento desses dados com foco em realizar a análise contínua dos custos do STJ para fornecer informações gerenciais aos tomadores de decisão e, conseqüentemente, proporcionar mais transparência e qualidade dos gastos do órgão. Deseja também aplicar a ferramenta *Power BI* na extração de dados e na montagem de painéis com as informações gerenciais dos diferentes objetos de custos e ainda utilizar a aba *detacusto* do sistema *Siafi Web*.

Gestão ambiental e sustentabilidade

A implementação da sustentabilidade na administração pública tem como fundamento o princípio da eficiência no qual o esforço coletivo tem o condão de proporcionar mudanças na cultura organizacional para um novo padrão de compras e consumo. Alinhadas a esse processo, estão as iniciativas de inovação, que tendem a trazer maior rapidez e foco às atividades da instituição. Para a efetividade dessas ações, importa que a unidade de gestão socioambiental tenha o apoio da alta administração para realizar uma atuação transversal baseada em parcerias com praticamente todas as unidades do órgão.

As ações socioambientais passaram a ocorrer de maneira estruturada no STJ a partir de 2008, com a criação do Programa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) vinculado à Diretoria-Geral. A adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2010, renovada em 2012 e 2017, impulsionou as ações da unidade e, em 2012, o STJ publicou sua Política de Sustentabilidade, por meio da **Portaria n. 293 de 31 de maio de 2012**. Diante do desempenho das ações promovidas pelo PRSA, a unidade se consolidou, em 2014, por meio da criação da Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS).



Quadro 82 - Ações socioambientais do STJ

Em 2015, por meio **Resolução CNJ n. 201/2015**, foi implementado o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS/PJ), uma ferramenta administrativa em que determinados indicadores são acompanhados e monitorados buscando reduzir o impacto negativo tanto econômico quanto ambiental das atividades geradas pela instituição, bem como aumentar o índice de ações sociais.

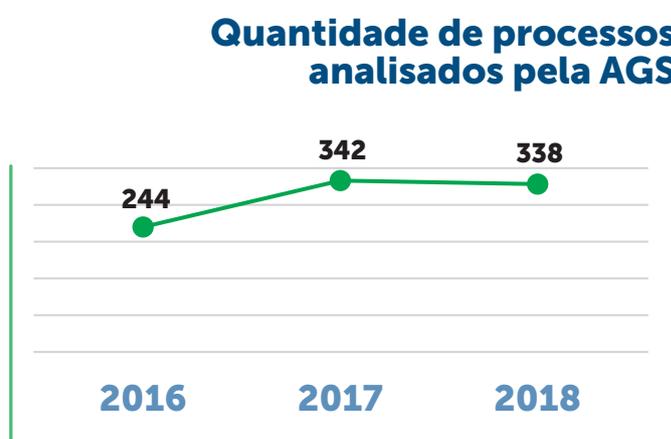
No Tribunal, a AGS é responsável pela elaboração, coordenação e acompanhamento do **Plano de Logística Sustentável do STJ (PLS-STJ)** e dos respectivos Relatórios de

desempenho anuais. Concebido de maneira alinhada ao Plano STJ 2020, o desempenho do PLS-STJ passou a ser acompanhado na forma de um indicador estratégico “aderência às metas do PLS/STJ”. Dessa forma, procura-se garantir que o Tribunal esteja fomentando ações que estimulem o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público; o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos; adequada gestão de resíduos gerados; as contratações sustentáveis; a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Para informações mais detalhadas a respeito do seu desempenho, acessar o **Relatório de Desempenho Institucional do 4º trimestre de 2018**.

Uma das maiores dificuldades encontradas desde o início está na coleta e monitoramento de dados, pois demonstraram a necessidade de aperfeiçoamento na gestão das informações e na adoção de ferramentas específicas para tal fim. Nesse sentido, em parceria com a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), a AGS também tem se dedicado à implementação de ferramentas de *Business Intelligence* (BI) no STJ.

Outro ponto importante que demonstra a preocupação do Tribunal com a sustentabilidade, está na observância de critérios que tratam desse assunto nas contratações e aquisições. As licitações sustentáveis no STJ atendem a alteração do art. 3º da Lei n. 8.666/93 e a Resolução CNJ n. 201/2015 e, regulamentada pelo Decreto n. 9.178/2017, e compreendem a análise de critérios que envolvem desde o planejamento da compra/contratação, a especificação do objeto, o uso dos materiais envolvidos no processo e o descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados pela instituição.

Essa análise se baseia na interação da AGS com as unidades demandantes no início do processo para que a implementação das licitações sustentáveis seja contínua e atinja a mudança de padrões de consumo e uso eficiente do recurso público. Com isso, são mapeados processos de compra, definidas diretrizes para editais e projetos básicos e analisados os critérios de sustentabilidade a serem inseridos. Políticas de compra também têm contado com a participação da AGS. Também são realizadas visitas internas e externas (capacitação e *benchmarks*) e recebidos visitantes que desejam conhecer a experiência do STJ.



Quadro 83 - Quantidade de processos analisados pela AGS

Visando à sensibilização e capacitação socioambiental, o Tribunal tem investido cada vez mais em ações internas e em outros órgãos, bem como a realização de seminários, eventos, palestras e atividades de ambientação para novos servidores. Desde 2014, esta Corte tem promovido o "Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário". Em sua primeira edição o evento resultou na minuta da Resolução CNJ n. 201/2015, que implementa de forma obrigatória as unidades socioambientais nos órgãos do PJ e o respectivo Plano de Logística Sustentável. Em 2018, já na sua 5ª edição, contou com mais de 730 inscrições e consolidou-se como referência na temática gestão pública sustentável.

Inscrições nos Seminários de Planejamento Estratégico Sustentável

2018: 733 participantes



2017: 640 participantes



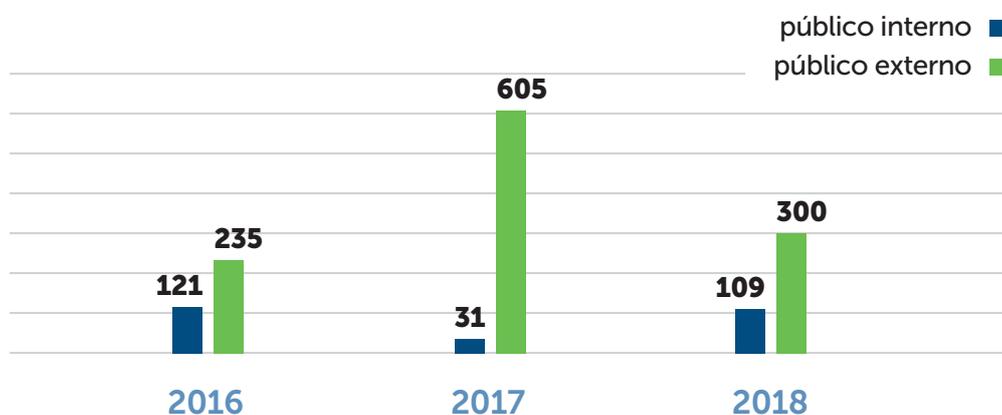
2016: 299 participantes



Quadro 84 - Inscrições nos Seminários de Planejamento Estratégico Sustentável

Desde 2015, oferece o curso Introdução à Gestão Socioambiental na modalidade EAD. Essa ação de capacitação foi oferecida internamente e ampliada para o público externo, a partir de 2016, para outros órgãos e para o público em geral. Em 2018, houve diminuição na quantidade de participantes, o que se deve à estabilização na demanda de participações que inicialmente encontrava-se reprimida.

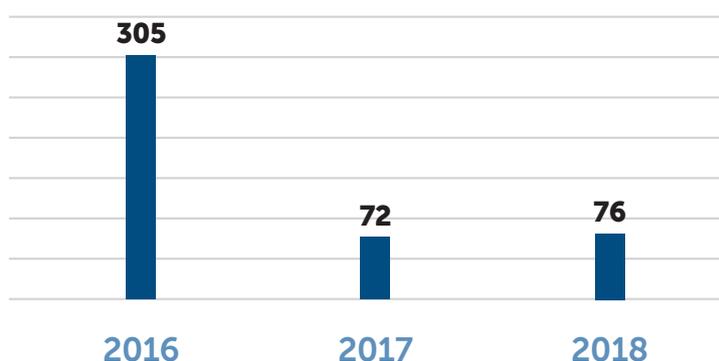
Participantes no curso de introdução à gestão socioambiental - EaD



Quadro 85 - Participantes do curso Introdução à Gestão Socioambiental

Outra capacitação importante desenvolvida com foco no melhor uso dos recursos públicos, foi o curso “Elaboração Consciente de Pedido de Material” em parceria com as unidades gestoras. Surgiu a partir da constatação de que havia uma diferença muito grande entre o quantitativo de materiais solicitados durante o planejamento de aquisições e o efetivamente consumido. A ação de capacitação se tornou obrigatória para usuários do sistema e objetiva esclarecer ao usuário quais devem ser os passos obrigatórios no processo de compra/contratação e qual o impacto dessas ações sob o viés da sustentabilidade. Após ampla procura em 2016, a demanda por essa ação estabilizou-se em 2017 e 2018. A elaboração do curso em modalidade EaD está em estudos.

Participantes no curso de elaboração consciente de pedido de material



Quadro 86 - Participantes do curso de Elaboração Consciente de Pedido de Material

A contribuição institucional da ação interna de capacitação “Elaboração Consciente de Pedido de Material” pode ser verificada no histórico a seguir.

Material Planejado e Consumido no STJ (em milhões de reais)

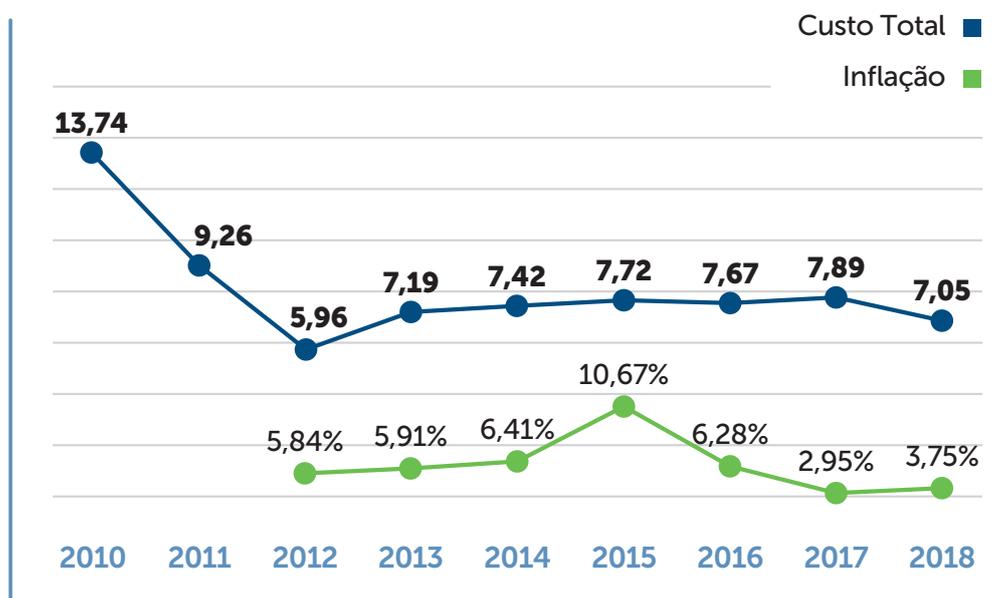


Quadro 87 - Material Planejado e consumido no STJ

É possível perceber que as ações de sensibilização e capacitação socioambiental promovidas pelo Tribunal contribuem de maneira importante nos resultados do STJ, com uma redução de 48,71% de gastos com bens de consumo entre 2010 e 2018 e de

10,68% entre 2017 e 2018. Também é possível verificar a tendência de atingir o ponto de equilíbrio nos gastos a partir de 2013.

Bens de Consumo total do STJ (em milhões de reais)

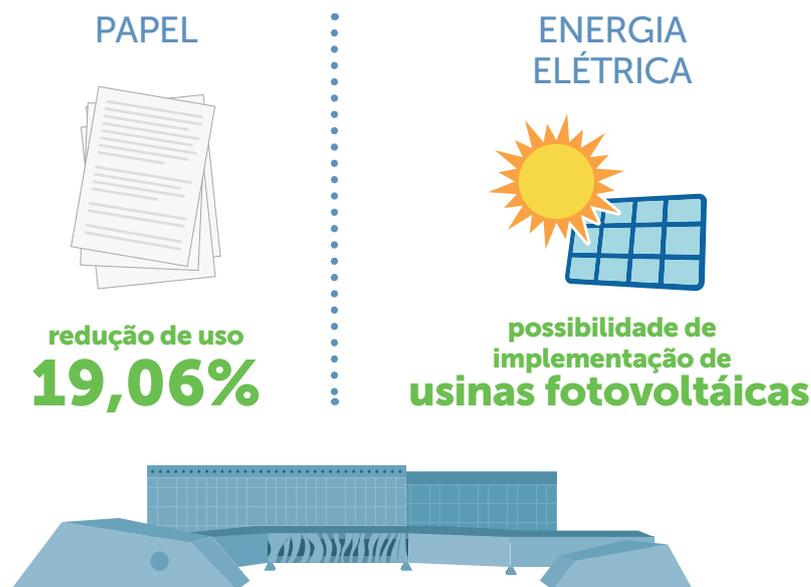


Quadro 88 - Total de gastos com bens de consumo do STJ

Com o objetivo de reduzir ainda mais o consumo de papel no Tribunal, a AGS identificou os maiores consumidores do órgão para a realização de reuniões personalizadas nas quais, com o auxílio da Coordenadoria de Gestão Documental (CGED/SED), são propostas revisão de processos de trabalho e adoção de rotinas eletrônicas nas unidades. Entre 2010 e 2018 houve redução de 62,76% no consumo total de papel no STJ. A meta de 10% de redução ao ano estipulada pelo PLS-STJ tem sido superada, com consumo 28% menor entre 2016 e 2017 e 19,06% menor entre 2017 e 2018.

Buscando a redução de energia, a AGS defende a utilização de energias naturais renováveis como forma de mitigação de impactos ambientais e promoção da eficiência do gasto público, especialmente diante da maior viabilidade e da multiplicação das experiências de sucesso na adoção de usinas fotovoltaicas para a geração de energia elétrica em instituições públicas como o TSE e o TRE-PR. Assim, em 2015 a AGS solicitou estudos às áreas gestoras do STJ para a instalação de usina solar fotovoltaica no órgão e após dificuldades técnicas iniciais, ao final de 2018 os encaminhamentos para implantação dessa solução na sede do STJ demonstram possibilidade de sua efetivação em curto prazo.

Reduções no consumo de recursos naturais pelo STJ



Quadro 89 - Reduções no consumo de recursos naturais pelo STJ

Em se tratando de redução de resíduos poluentes, até 2017 a coleta seletiva realizada no STJ consistia na separação detalhada dos resíduos com recolhimento de não-recicláveis pelo Serviço de Limpeza Urbana do DF (SLU) e destinação dos recicláveis separados por materiais a cooperativas de catadores. Com definição de nova política de resíduos sólidos no Distrito Federal, a partir de 2018, os resíduos do STJ passaram a ser separados em somente dois tipos: recicláveis e não-recicláveis (ou indiferenciados).



Quadro 90 - Lixeiras do STJ

A AGS, juntamente com a unidade responsável pela área de limpeza, é gestora do contrato de destinação dos resíduos não-recicláveis. Em consonância com essa nova política e em atendimento à Lei n. 12.305/2010, o STJ também publicou seu **Plano de Gestão de Resíduos Sólidos em 2018**.

Além de conceber e implementar logística de coleta e encaminhamento de resíduos em parceria com a área gestora e realizar ações presenciais de sensibilização sobre o tema, a AGS também promove parcerias no STJ e acompanha indicadores de contratos para destinação adequada de resíduos especiais, conforme se verifica a seguir:

- **bitucas de cigarro:** parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para instalação de dispositivos de coleta de restos de cigarro (bituqueiras). Em 2018 foram recolhidos 37 kg de bitucas de cigarro no STJ;
- **cartões de PVC:** parceria com empresa, sem ônus para o STJ, para empréstimo de máquina de trituração manual de cartões de crédito e similares (Papa-Cartão). Em 2018 foram triturados 5.963 cartões no STJ;
- **coleta de tubos de creme dental e escovas:** parceria com a empresa TerraCycle, sem ônus para o STJ, com coleta de 1198 tubos em 2018. Além da destinação adequada, essa ação rende doações a escolas e entidades sem fins lucrativos;
- **esponjas de cozinha:** parceria com a empresa Terracycle, sem ônus para o STJ, com coleta de 2.692 unidades;
- **lâmpadas fluorescentes:** por meio de contrato específico foram encaminhadas 13.700 unidades;
- **óleo de cozinha usado:** parceria com a CAESB, o "Projeto Biguá" recolhe óleo de cozinha usado para a produção de sabão e biocombustível. Entre 2016 e 2018 foram recolhidos mais de 150 litros de óleo;
- **pilhas e baterias:** foram instalados pontos de coleta para encaminhamento ao programa da ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica) em atendimento à Resolução CONAMA 401/2008. com recolhimento de 102kg em 2018;
- **pneus e óleo automotivo:** em parceria com o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) foram recolhidos 57 pneus dos veículos do STJ em 2018. O óleo automotivo está sendo estocado aguardando contrato específico de destinação;
- **resíduos de informática:** por meio de parceria com a empresa Oxigênio foram enviadas cerca de 8 toneladas de fitas magnéticas para correta destinação;
- **resíduos eletrônicos:** parceria com a ONG Programando o Futuro com o encaminhamento de 327 kg de resíduos tecnológicos entregues por usuários;
- **resíduos de reformas:** o STJ encaminhou 155 m³ de resíduos de obras em 2018;
- **resíduos de saúde:** contrato para a destinação de resíduos de saúde, em 2018 foram encaminhados 548,80 kg de resíduos do serviço médico do STJ;
- **suprimentos de impressão:** pela parceria com a ONG Programando o Futuro também foram encaminhados para reciclagem 231 kg de antigos cartuchos e toners.

O Tribunal também promove iniciativas para a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho do STJ. Destacam-se:

- **Feira do Pequeno Produtor**, que oferece semanalmente produtos orgânicos e artesanais para o estímulo da alimentação saudável e promoção do meio ambiente equilibrado;
- **Implantação de bicicletário e vestiário para ciclistas**;
- **Sistema online de Carona Solidária no STJ**, em parceria com a Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (STI), para estimular o compartilhamento de veículos, diminuir custos e impactos ambientais nos deslocamentos;



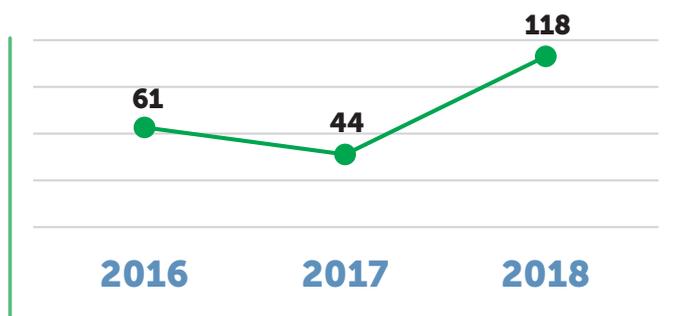
Quadro 91 - Feira do pequeno produtor



Quadro 92 - Bicicletário do STJ

Pensando também no desenvolvimento pessoal, inclusão social e melhorias de produtividade no trabalho de colaboradores terceirizados, o STJ promove aulas gratuitas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizadas em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal. Configuram como oportunidade de conclusão do ensino fundamental ou médio. Ocorrem no horário de almoço com o auxílio de servidores atuando como monitores voluntários. Turmas de Inclusão Digital também são oferecidas nos mesmos moldes para ampliar a inserção social dos colaboradores. Em 2018, houve melhorias significativas na participação de alunos a partir de reestruturação promovida na área.

Participantes de EJA e Inclusão Digital



Quadro 93 - Participantes de EJA e Inclusão Digital

3. Demonstrações contábeis

Declaração do Contador

A Seção de Conformidade e Orientação Contábil – SECOC, de acordo com o Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça/STJ, compõe a estrutura da Secretaria de Administração (SAD) deste Tribunal que, conforme Capítulo X, item 10.4 exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do STJ. O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis da UG 050001 (Secretaria do Superior Tribunal de Justiça) e da UG 050002 (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados).

A conformidade das demonstrações contábeis é realizada de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira tendo como finalidade assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no sistema, que é onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do Órgão 11000, Superior Tribunal de Justiça, são:

- **Balanço Patrimonial** – evidencia os ativos e passivos deste Órgão.
- **Balanço Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- **Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa** – visam demonstrar o fluxo financeiro do Tribunal no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP; o Manual SIAFI.

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao presente mês, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão 11000 – Superior Tribunal de Justiça.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2019

Contador: **Alanclei Barros - Chefe da Setorial Contábil - CRC DF-016293/O-0**

Demonstrações contábeis

Balanço Patrimonial

Ativo				Passivo			
Especificação	NE	2018(R\$)	2017(R\$)	Especificação	NE	2018(R\$)	2017(R\$)
ATIVO CIRCULANTE		220.626.532,61	131.377.834,80	PASSIVO CIRCULANTE		118.750.060,75	122.414.090,96
Caixa e Equiv de Caixa	01	196.797.988,29	107.175.470,90	Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06	49.627.901,48	69.029.599,23
Demais Créd. e Val. - CP	02	19.466.332,08	19.604.036,20	Fornec. e Contas a Pagar - CP		879.498,09	328.187,48
Estoques	03	4.277.045,84	4.528.614,64	Provisões a Curto Prazo		46.733.866,00	45.834.951,00
VPDs Pagas Antecip.		85.166,40	69.713,06	Demais Obrigações a CP		21.508.795,18	7.221.353,25
ATIVO NÃO CIRCULANTE		382.025.230,84	316.935.002,42	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.122.810,90	1.622.611,81
Ativo Realizável a LP	02	465.610,66	-	Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP	07	2.122.810,90	1.622.611,81
Demais Créd.Valores a LP		465.610,66	-				
Imobilizado	04	355.241.738,40	292.901.598,67				
Bens Móveis		58.725.982,63	65.671.935,05				
Bens Móveis		82.189.285,02	97.084.884,07	TOTAL DO PASSIVO		120.872.871,65	124.036.702,77
(-) Depreciação		-23.463.302,29	-31.142.949,02	Patrimônio Líquido			
Bens Imóveis		296.515.755,77	227.229.663,62	Especificação	NE	2018 (R\$)	2017(R\$)
Bens Imóveis		296.658.774,23	227.322.720,07	Resultads Acumulados		481.778.891,80	324.276.134,45
(-) Depreciação		-143.018,46	-93.056,45	Resultado do Exercício		184.768.200,18	4.658.017,64
Intangível	05	26.317.881,78	24.033.403,75	Result. de Exerc. Anteriores		324.276.134,45	372.749.873,46
Softwares		26.317.881,78	24.049.214,79	Ajustes de Exerc. Anteriores		-27.265.442,83	- 53.131.756,65
(-) Amortização		-	-15.911,04	Total do Patrimônio Líquido	08	481.778.891,80	324.276.134,45
TOTAL DO ATIVO		602.651.763,45	448.312.837,22	TOTAL DO PASSIVO + PL		602.651.763,45	448.312.837,22

Quadro 94 - Balanço Patrimonial do STJ

Quadro de Ativos e Passivos Financ. Permanentes

Ativo			
Especificação	NE	2018(R\$)	2017(R\$)
Ativo Financeiro		196.797.988,29	107.175.470,90
Ativo Permanente		405.853.775,16	341.137.366,62
SDO PATRIMONIAL		-	-
Passivo			
Especificação	NE	2018(R\$)	2017(R\$)
Passivo Financeiro		72.600.412,93	66.595.663,13
Passivo Permanente		115.500.197,79	117.011.165,83
SDO PATRIMONIAL	09	414.551.152,73	264.706.008,26

Quadro 95 - Ativos e Passivos Financeiros Permanentes

Quadro de Compensações

Ativo			
Especificação	NE	2018(R\$)	2017(R\$)
Garantias/Contrag. Rec.a Exec		17.767.885,04	16.660.848,43
Dir.Conv/Instr. Cong. a Rec.		5.448,95	-
TOTAL	10	17.767.885,04	16.660.848,03
Passivo			
Especificação	NE	2018(R\$)	2017(R\$)
Exec. dos Atos Potenciais		226.091.059,75	223.267.324,79
Obrig. Conv./Out/Inst. Cong.a Lib.		1.512.392,05	1.512.392,05
Obrig. Contratuais a Exec.		224.578.667,70	221.754.932,74
TOTAL	11	226.091.059,75	223.267.324,79

Quadro 96 - Compensações

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NE	SUPERAVIT (R\$)
Recursos Ordinários		115.200.838,85
Recursos Vinculados		8.996.736,51
TOTAL	12	124.197.575,36

Quadro 97 - Superávit/Déficit Financeiro Apurado no BP

Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Especificação	NE	2018 (R\$)	2017 (R\$)
Taxas		35.588.297,91	31.716.370,53
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		6.125.169,71	535.391,68
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.840,87	14,64
Juros e Encargos de Mora		1.840,87	11,30
Variações Monetárias Cambiais		-	3,34
Transferências e Delegações Recebidas		1.707.257.431,14	1.540.718.210,51
Transferências Intragovernamentais		1.647.017.816,60	1.540.513.666,50
Outras Transferências e Delegações Recebidas		60.239.614,54	204.544,01
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		73.012.057,86	32.595.355,98
Reavaliação de Ativos		67.062.286,55	16.029.596,75
Ganhos com Incorporação de Ativos		20.903,50	1.595.913,30
Ganhos com Desincorporação de Passivos		5.928.867,81	14.969.845,93
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.788.011,62	5.339.152,95
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		120.881,19	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.667.130,43	5.339.152,95
TOTAL	13	1.825.772.809,11	1.610.904.496,29
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Especificação	NE	2018 (R\$)	2017 (R\$)
Pessoal e Encargos		793.600.396,67	792.081.557,52
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		385.319.548,56	380.660.071,12
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		307.937.569,54	255.483.863,47
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		123.843,83	66.927,23
Variações Monetárias e Cambiais		52,47	-
Descontos Financeiros Concedidos		123.791,36	66.927,23
Transferências e Delegações Concedidas		68.595.180,40	142.345.197,21
Transferências Intragovernamentais		66.239.769,17	140.641.931,25
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.355.411,23	1.703.265,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		67.416.192,22	16.691.734,55
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		60.091.760,79	2.332.611,59
Perdas Involuntárias		197.180,05	174.921,27
Desincorporação de Ativos		7.127.251,38	14.184.201,69

continua...

...continuação

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Especificação	NE	2018 (R\$)	2017 (R\$)
Tributárias		534.827,99	313.350,93
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		42.875,06	33.262,01
Contribuições		491.952,93	280.088,92
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		17.477.049,72	18.603.776,62
TOTAL	14	1.641.004.608,93	1.606.246.478,65
Resultado Patrimonial do Período	15	184.768.200,18	4.658.017,64

Quadro 98 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Balço Orçamentário

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS (R\$)							
Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo		
Receitas Correntes	16	1.862.182,00	1.862.182,00	26.311.759,02	24.449.577,02		
Receitas Tributárias		-	-	24.911.820,39	24.911.820,39		
Taxas		-	-	24.911.820,39	24.911.820,39		
Receitas de Serviços		135.862,00	135.862,00	134.120,76	-1.741,24		
Serviços Adm. e Comerciais Gerais		135.862,00	135.862,00	134.120,76	-1.741,24		
Outras Receitas Correntes		1.726.320,00	1.726.320,00	1.265.817,87	-460.502,13		
Ind., Rest. e Ressarcimentos		1.726.320,00	1.726.320,00	1.265.817,87	-460.502,13		
DEFICIT	17	-	-	1.522.595.033,35	1.522.595.033,35		
TOTAL		1.862.182,00	1.862.182,00	1.548.906.792,37	1.547.044.610,37		
Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo Da Dotação
Desp Correntes	18	1.503.341.427,00	1.504.186.427,00	1.529.405.008,88	1.492.537.791,39	1.490.804.680,50	-25.218.581,88
Pes/Enc. Sociais		1.139.146.076,00	1.144.646.076,00	1.175.639.041,00	1.169.078.329,63	1.169.078.329,63	-30.992.965,00
Out Desp. Correntes		364.195.351,00	359.540.351,00	353.765.967,88	323.459.461,76	321.726.350,87	5.774.383,12
Despesas. Capital	18	33.536.441,00	32.691.441,00	19.501.783,49	6.673.341,74	6.433.255,53	13.189.657,51
Investimentos		33.536.441,00	32.691.441,00	19.501.783,49	6.673.341,74	6.433.255,53	13.189.657,51
TOTAL	19	1.536.877.868,00	1.536.877.868,00	1.548.906.792,37	1.499.211.133,13	1.497.237.936,03	-12.028.924,37

Quadro 99 - Balço Orçamentário do STJ - Demonst. de Execução de Receitas e Despesas

Balanço Orçamentário

DEMONSTRATIVOS DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em Exerc Ant	Insc. em 31 de Dez. do Exer. Ant.	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Desp. Correntes		13.831.097,24	30.445.484,44	24.175.665,60	24.175.665,60	7.109.613,87	12.991.302,21
Pessoal e Enc. Sociais		-	7.487.982,37	4.567.433,30	4.567.433,30	2.920.549,07	-
Outras Desp. Correntes		13.831.097,24	22.957.502,07	19.608.232,30	19.608.232,30	4.189.064,80	12.991.302,21
Desp. Capital		4.540.777,62	12.617.077,55	12.511.028,75	11.835.646,87	106.048,80	5.216.159,50
Investimentos		4.540.777,62	12.617.077,55	12.511.028,75	11.835.646,87	106.048,80	5.216.159,50
TOTAL	20	18.371.874,86	43.062.561,99	36.686.694,35	36.011.312,47	7.215.662,67	18.207.461,71
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS							
Despesas Orçamentárias	NE	Insc. em Exerc. Ant.	Insc. 31/ Dez. do Exerc. Anterior	Pagos	Cancelados	Saldos	
Despesas Correntes	2.701.321,00	2.271.194,68	2.356.492,69	-	2.616.022,99		
Outras Desp. Correntes	2.701.321,00	2.271.194,68	2.356.492,69	-	2.616.022,99		
Despesas de Capital	18.366,26	72.058,32	9.649,79	-	80.774,79		
Investimentos	18.366,26	72.058,32	9.649,79	-	80.774,79		
TOTAL	20	2.719.687,26	2.343.253,00	2.366.142,48	-	2.696.797,78	

Quadro 100 - Balanço Orçamentário do STJ - Demonst. de Execução de Restos a Pagar

Balanço Financeiro

INGRESSOS			
Especificação	NE	2018 (R\$)	2017 (R\$)
Receitas Orçamentárias		26.311.759,02	36.028.946,18
Ordinárias		-	15.963.687,25
Vinculadas		26.358.977,23	23.978.274,67
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	686,61
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		26.358.977,23	23.977.588,06
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-47.218,21	-3.913.015,74
Transferências Financeiras Recebidas		1.646.901.061,94	1.540.513.666,50
Resultantes da Execução Orçamentária		1.644.029.745,49	1.540.310.274,21
Cota Recebida		1.632.143.765,89	1.531.835.096,99
Repasse Recebido		6.059.089,52	5.686.746,58
Sub-repasse Recebido		5.826.890,08	2.788.430,64
Independentes da Execução Orçamentária		2.871.316,45	203.392,29
Recebimentos Extraorçamentários		70.345.454,25	45.556.367,78

continua...

...continuação

INGRESSOS			
Especificação	NE	2018 (R\$)	2017 (R\$)
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.973.197,10	1.918.407,44
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		49.695.659,24	43.062.561,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		457.507,07	575.395,01
Outros Recebimentos Extraorçamentários		18.219.090,84	3,34
Saldo Do Exercício Anterior		107.175.470,90	184.201.818,32
Caixa e Equivalentes de Caixa		107.175.470,90	184.201.818,32
TOTAL		1.850.733.746,11	1.806.300.798,78
DISPÊNDIOS			
Especificação	NE	2018 (R\$)	2017 (R\$)
Despesas Orçamentárias		1.548.906.792,37	1.520.957.341,27
Ordinárias		1.309.944.633,82	1.190.709.408,57
Vinculadas		238.962.158,55	330.247.932,70
Transferências Financeiras Concedidas		64.681.025,28	140.641.931,25
Resultantes da Execução Orçamentária		18.492.779,34	100.913.980,39
Repasso Concedido		1.276.777,76	941.556,52
Sub-repasso Concedido		5.826.890,08	2.788.430,64
Cota Devolvida		11.389.111,50	97.183.993,23
Independentes da Execução Orçamentária		46.188.245,94	39.727.950,86
Despesas Extraorçamentárias		40.347.940,17	37.526.055,36
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		2.366.142,48	1.540.106,00
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		36.011.312,47	35.427.729,05
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		528.495,99	558.220,31
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.441.989,23	-
Saldo para o Exercício Seguinte	21	196.797.988,29	107.175.470,90
Caixa e Equivalentes de Caixa		196.797.988,29	107.175.470,90
TOTAL		1.850.733.746,11	1.806.300.798,78

Quadro 101 - Balanço Financeiro do STJ

Demonstração Fluxo de Caixa

		2018 (R\$)	2017 (R\$)
Fluxo De Caixa Das Atividades Operacionais	NE	107.901.069,58	-52.044.339,42
INGRESSOS	22	1.691.889.418,87	1.577.118.011,03
Receitas Derivadas e Originárias		26.311.759,02	36.028.946,18
Receita Tributária		24.911.820,39	31.716.736,32
Receita Patrimonial		-	311.809,12
Receita de Serviços		134.120,76	-64.231,62
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.265.817,87	4.064.632,36
Outros Ingressos das Operações		1.665.577.659,85	1.541.089.064,85
Ingressos Extraorçamentários		457.507,07	575.395,01
Transferências Financeiras Recebidas		1.646.901.061,94	1.540.513.666,50
Arrecadação de Outra Unidade		18.219.090,84	-
Demais Recebimentos		-	3,34
DESEMBOLSOS	23	-1.583.988.349,29	-1.629.162.350,45
Pessoal e Demais Despesas		-1.407.840.015,74	-1.368.413.299,18
Judiciário		-970.622.099,28	-901.390.028,90
Administração		-	-11.402,80
Previdência Social		-370.914.646,64	-346.054.839,04
Encargos Especiais		-66.303.269,82	-120.957.028,44
Transferências Concedidas		-109.496.823,05	-119.548.899,71
Intragovernamentais		-109.496.823,05	-119.548.899,71
Outros Desembolsos das Operações	24	-66.651.510,50	-141.200.151,56
Dispêndios Extraorçamentários		-528.495,99	-558.220,31
Transferências Financeiras Concedidas		-64.681.025,28	-140.641.931,25
Demais Pagamentos		-1.441.989,23	-
Fluxo De Caixa Das Atividades de Investimento	25	-18.278.552,19	-24.982.008,00
DESEMBOLSOS		-18.278.552,19	-24.982.008,00
Aquisição de Ativo Não Circulante		-15.964.418,10	-22.066.964,95
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.314.134,09	-2.915.043,05
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		89.622.517,39	-77.026.347,42
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		107.175.470,90	184.201.818,32
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		196.797.988,29	107.175.470,90

Quadro 102 - Demonstração do Fluxo de Caixa do STJ

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial – BP

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução de 2018 em relação a 2017. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira desta Corte. O presente demonstrativo tem seus valores em reais e sofreu alterações de layout original do documento extraído do Sistema SIAFI.

Critérios e Políticas Contábeis do BP

Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto n. 93.872/1986), é mantida no Banco Central (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros calculados pelo sistema “Débito” disponibilizado na página web do Tribunal de Contas da União - TCU.

Estoques

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo que, no caso deste Órgão, refere-se a créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio cujos valores também são avaliados e mensurados pelo sistema

de “Débito” do TCU. Para os ativos desse item, foram registrados ajustes para perdas dos créditos a receber com valores inferiores a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), visto que importâncias inferiores a esta não são inscritas em dívida ativa, conforme os ditames da Portaria/MF n. 75/2012, ou aqueles com maior possibilidade de não execução.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação e amortização (no caso dos *softwares* com vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores com aquisições, produções próprias, incorporação de instalações, obras de infraestrutura e projetos executivos são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O Controle patrimonial dos bens deste Órgão são gerenciados por sistema informatizado próprio, chamado Administra, responsável também pelo controle dos intangíveis e cálculos de depreciação, amortização e avaliações.

Intangíveis

Os bens incorpóreos deste Órgão são, atualmente, os *softwares* destinados à manutenção das atividades jurisdicionais desta Corte, sendo mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de desenvolvimento, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada quando tiverem vida útil definida.

Depreciação de bens móveis e imóveis e amortização de intangíveis

A base de cálculo para a depreciação e a amortização é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. A depreciação dos bens móveis neste Tribunal se inicia a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização tendo como método de cálculo, o das quotas constantes. As metodologias de apuração da depreciação, amortização e avaliação são disciplinadas pela Instrução Normativa STJ/GP n. 16 de 15 de dezembro de 2015, sendo elas:

Fórmula A

Cálculo da Depreciação
de Bens Permanentes

$$VD = (CB - VR) / PVU$$

Onde:

VD = Valor de Depreciação
CB = Custo do Bem
VR = Valor Residual
PVU = Período de Vida Útil

Fórmula B

Cálculo da Amortização
de Bem Intangível

$$CMA = CS / PVU$$

Onde:

CMA = Custo Mensal de Amortização
CS = Custo do Software
PVU = Período de Vida Útil

Fórmula C

Cálculo da
Avaliação de Bens

$$\text{VCLM} = \text{VM} - \text{CDE}$$

Onde:

VCLM = Valor Líq. Contábil de Mercado
VM = Valor de Mercado
CDE = Cotas de Depreciação Equivalente

$$\text{BA} = \text{VCLMA} * \text{EC}$$

Onde:

VCLM = Valor Líq. Contábil de Mercado
BA = Bem Avaliado
EC = Estado de Conservação

Quadro 103 - Fórmulas da Depreciação e Amortização de Bens do STJ

Já as informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, controlado pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG n. 703, de 10 de dezembro de 2014. Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis desta são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

Notas

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Este item compreende o somatório dos valores disponíveis nas contas “Demais Contas – Caixa Econômica Federal/CEF” e “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”. A primeira registra as cauções recebidas, sendo que sua rentabilidade no exercício em análise foi acompanhada no Processo STJ n. 3237/2018; já a conta Limite de Saque indica os recursos financeiros disponíveis ao STJ e estão distribuídos por fontes e vinculações. Na tabela a seguir, constata-se que 92,51% das disponibilidades financeiras atuais se originaram de recursos do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação na atividade jurisdicional desta Corte sem contrapartida.

FONTE	DEZEMBRO-2018	%
0100 – Recursos Ordinários	R\$ 182.022.698,70	92,51%
0127 – Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	R\$ 2.635.242,42	1,34%
0150 – Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	R\$ 5.352.596,22	2,72%
0175 – Taxas por Serviços Públicos	R\$ 4.595.984,83	2,33%
0350 - Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	R\$ 804.833,77	0,41%
0375 - Taxas por Serviços Públicos (Exerc. Ant.)	R\$ 1.359.335,25	0,69%
TOTAL	R\$ 196.770.691,19	100,00%

Quadro 104 - NOTA 1: Caixa e Equivalentes de Caixa

Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo/Longo Prazo

Este grupo representa adiantamento de 13º salário e créditos a receber por danos ao erário. Os primeiros são atualizados constantemente e os demais no final do exercício, utilizando planilhas de atualização constante no Portal do Tribunal de Contas da União (TCU). A seguir, relacionamos os créditos por danos ao erário bem como aqueles créditos por cessão de servidores a outros órgãos e suas respectivas variações entre 2017 e 2018.

CONTAS	DEZEMBRO/18	DEZEMBRO/17	AH(%)
Créditos por danos à folha de pagamento	R\$ 553.414,88	R\$ 572.170,14	3,28%
Créditos por dano ao patrimônio	R\$ 115.817,36	R\$ 115.817,36	0,00%
Créditos a receber por cessão de pessoal	R\$ 66.752,01	R\$ 97.452,90	-31,50%
TOTAL DEMAIS CRÉD. E VAL A REC CURTO/LONG PRAZO	R\$ 735.984,25	R\$ 785.440,40	-28,22%

Quadro 105 - NOTA 2: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo/Longo Prazo

Nota 3 – Estoques

Em 2018, as aquisições de bens de almoxarifado alcançaram a importância de R\$ 5.325.976,07 e as entradas extra-orçamentárias foram realizadas no montante de R\$ 1.688.895,24. Já o consumo de material totalizou R\$ 7.333.775,59, enquanto o estoque final alcançou o montante de R\$ 4.277.045,84. Há divergências, devidamente justificadas, entre o Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e o SIAFI em decorrência de fornecimento parcial de bens e ausência de registro de itens adquiridos pela UG 050002, este por incompatibilidade no sistema informatizado deste órgão. Destaca-se a variação de 63,79% em Material Elétrico-Eletrônico que ocorreu em decorrência de modernização do sistema de incêndio do STJ. No comparativo com 2017, houve redução de desembolso na aquisição de bens de almoxarifado de 10,10%.

MATERIAL DE CONSUMO	2018	2017	%
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R\$ 999.889,71	R\$ 903.794,51	10,63%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	R\$ 38.368,62	R\$ 46.250,88	-17,04%
Explosivos e Munições	R\$ -	R\$ 304.456,44	-100,00%
Gêneros de Alimentação	R\$ 934.216,68	R\$ 936.566,67	-0,25%
Material Farmacológico	R\$ 135.539,92	R\$ 101.941,38	32,96%
Material Odontológico	R\$ 13.118,17	R\$ 9.294,40	41,14%
Material Químico	R\$ 646,00	R\$ -	N/A
Material Educativo e Esportivo	R\$ 295,05	R\$ 1.523,96	-80,64%
Material para Festividades e Homenagens	R\$ 9.222,61	R\$ 10.277,32	-10,26%
Material para Expediente	R\$ 250.906,66	R\$ 550.658,64	-54,44%
Material de Processamento Dados	R\$ 732.398,49	R\$ 1.708.024,87	-57,12%
Material de Acondicionamento e Embalagem	R\$ 46.124,52	R\$ 49.232,57	-6,31%
Material de Cama, Mesa e Banho	R\$ 41.040,13	R\$ 17.684,20	132,07%
Material de Copa e Cozinha	R\$ 80.712,60	R\$ 35.423,13	127,85%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	R\$ 500.268,17	R\$ 997.119,90	-49,83%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	R\$ 56.374,20	R\$ 43.752,30	28,85%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	R\$ 466.157,00	R\$ 544.637,95	-14,41%

continua...

...continuação

MATERIAL DE CONSUMO	2018	2017	%
Material para Manutenção de Bens Móveis	R\$ 236.716,07	R\$ 128.080,72	84,82%
Material Elétrico e Eletrônico	R\$ 1.088.221,30	R\$ 664.409,52	63,79%
Material de Proteção e Segurança	R\$ 189.761,17	R\$ 25.526,88	643,38%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	R\$ 5.521,34	R\$ 92.718,98	-94,05%
Material para Comunicações	R\$ 75.050,78	R\$ -	N/A
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	R\$ 26.912,04	R\$ 25.484,00	5,60%
Material Hospitalar	R\$ 62.310,53	R\$ 46.575,31	33,78%
Material para Manutenção de Veículos	R\$ 666.324,26	R\$ 407.157,44	63,65%
Material p/ Utilização em Gráfica	R\$ 8.133,43	R\$ 19.669,11	-58,65%
Ferramentas	R\$ 3.494,21	R\$ 2.215,72	57,70%
Material de Sinalização Visual e Outros	R\$ 142.980,82	R\$ 9.384,38	1423,60%
Material Bibliográfico	R\$ 178.544,03	R\$ 106.728,85	67,29%
Bandeiras, Flamulas e Insignias	R\$ 5.658,00	R\$ 7.343,70	-22,95%
Outros Materiais de Consumo	R\$ 19.964,80	R\$ 12.122,00	64,70%
TOTAL	R\$ 7.014.871,31	R\$ 7.808.055,73	-10,16%

Quadro 106 - NOTA 3: Estoques

Nota 4 – Imobilizado

Bens Móveis: No exercício findo, foram adquiridos bens móveis no montante de R\$ 10.086.684,57, representando uma redução de 52,19% na compra de bens de capital em relação às aquisições efetuadas no exercício de 2017. As saídas de bens, representadas por baixas de itens inservíveis e/ou doações, alcançou o montante de R\$ 2.067.794,74, sendo que 73,05% deste saldo está relacionado com a doação de bens de informática ao Conselho da Justiça Federal - CJF. Considerando a depreciação e avaliação do período, observa-se redução patrimonial no grupo bens móveis na ordem de 16,09%. Tendo em vista procedimentos administrativos internos e/ou externos para apuração e/ou oportunidade de pagamento dos Contratos STJ n. 106/2013 e n. 78/2017, o Relatório de Movimentação de Bens (RMB) apresentou saldos divergentes das contas do ativo imobilizado relacionadas com Equipamentos de Processamento de Dados e Equipamentos de Comunicação. Os referidos contratos estão em processo de regularização. A tabela abaixo relaciona as variações patrimoniais individualizadas por grupo:

Especificação	2018			2017			%
	Valor Contábil	Depreciação	Saldo	Valor Contábil	Depreciação	Saldo	
Aparelhos Méd e Odont	R\$407.565,04	R\$73.861,91	R\$333.703,13	R\$275.606,55	R\$58.241,00	R\$217.365,55	53,52%
Aparelhos Med/Orient.	R\$58.891,29	R\$10.377,53	R\$ 48.513,76	R\$ 77.671,97	R\$14.096,43	R\$ 63.575,54	-23,69%
Aparelhos Domésticos	R\$ 773.516,28	R\$ 203.398,48	R\$ 570.117,80	R\$652.771,71	R\$ 150.822,08	R\$ 501.949,63	13,58%
Aparelhos Esportes/Div	R\$ 5.114,90	R\$ 4.600,50	R\$ 514,40	R\$5.114,90	R\$3.496,38	R\$1.618,52	-68,22%
Armamento	R\$200.283,05	R\$ 5.771,50	R\$194.511,55	R\$ 200.283,05	R\$4.114,18	R\$196.168,87	-0,84%
Ativos de rede	R\$3.100,00	R\$139,50	R\$2.960,50	R\$-	R\$-	R\$-	-

continua...

...continuação

Especificação	2018			2017			%
	Valor Contábil	Depreciação	Saldo	Valor Contábil	Depreciação	Saldo	
Col/Mat. bibliográficos	R\$ 1.144.846,46	R\$175.086,92	R\$969.759,54	R\$ 1.145.817,43	R\$ 108.229,04	R\$ 1.037.588,39	-6,54%
Computadores	R\$8.213,96	R\$ 265,90	R\$7.948,06	R\$-	R\$-	R\$-	-
Equip de áudio/vídeo	R\$ 3.354.931,81	R\$806.622,63	R\$ 2.548.309,18	R\$3.214.703,41	R\$ 415.363,40	R\$ 2.799.340,01	-8,97%
Equip de segurança	R\$ 1.621.796,20	R\$604.071,22	R\$1.017.724,98	R\$ 1.537.749,51	R\$ 454.713,47	R\$ 1.083.036,04	-6,03%
Equip gráficos	R\$58.828,05	R\$8.469,90	R\$50.358,15	R\$56.034,19	R\$ 12.425,82	R\$43.608,37	15,48%
Equip. de proc. dados	R\$38.894.061,86	R\$ 15.511.403,56	R\$23.382.658,30	R\$63.631.012,54	R\$25.652.497,19	R\$ 37.978.515,35	-38,43%
Equip. energéticos	R\$690.166,82	R\$271.027,32	R\$19.139,50	R\$695.464,40	R\$ 204.697,75	R\$490.766,65	-14,59%
Equip. hidr. e elétricos	R\$ 1.163.739,78	R\$321.777,11	R\$841.962,67	R\$ 1.151.999,78	R\$ 216.981,23	R\$935.018,55	-9,95%
Equip.de comunicação	R\$537.031,89	R\$175.261,99	R\$361.769,90	R\$ 527.065,91	R\$ 126.612,19	R\$400.453,72	-9,66%
Impressoras	R\$13.200,00	R\$ 990,00	R\$12.210,00	R\$-	R\$-	R\$-	-
Máq/Apar/Equip Diversos	R\$46.542,26	R\$13.054,17	R\$33.488,09	R\$ 29.263,18	R\$ 9.470,61	R\$19.792,57	69,20%
Máquinas deescritório	R\$189.325,49	R\$64.180,52	R\$125.144,97	R\$180.132,18	R\$ 57.912,73	R\$ 122.219,45	2,39%
Máquinas de oficina	R\$106.891,26	R\$35.115,95	R\$71.775,31	R\$108.166,18	R\$32.401,07	R\$ 75.765,11	-5,27%
Mob. em geral	R\$ 7.300.442,13	R\$ 2.311.949,52	R\$ 4.988.492,61	R\$ 6.570.188,22	R\$ 1.881.807,19	R\$4.688.381,03	6,40%
Obras de Arte	R\$388.792,10	R\$-	R\$88.792,10	R\$325.365,70	R\$-	R\$ 325.365,70	19,49%
Outros Mat. Perm.	R\$ 520,38	R\$-	R\$ 520,38	R\$ 520,38	R\$-	R\$520,38	0,00%
Servidores (storage)	R\$ 3.247.291,00	R\$ 155.929,83	R\$ 3.091.361,17	R\$-	R\$-	R\$-	-
Veic. de tração mecânica	R\$12.305.618,26	R\$2.669.815,25	R\$9.635.803,01	R\$ 9.616.221,26	R\$ 1.971.237,78	R\$7.644.983,48	26,04%
Veic. diversos	R\$206.536,28	R\$ 30.691,98	R\$ 175.844,30	R\$133.991,33	R\$35.069,68	R\$ 98.921,65	77,76%
Total	R\$72.727.246,55	R\$23.453.863,19	R\$49.273.383,36	R\$ 90.135.143,78	R\$ 31.410.189,22	R\$58.724.954,56	-16,09%

Quadro 107 - NOTA 4: Imobilizado (Bens Móveis)

Bens Imóveis: Em atendimento ao Art. 4º, §1º, da Instrução Normativa STJ n. 16/2015, os bens imóveis desta Corte, a seguir relacionados, foram avaliados e seus saldos patrimoniais ajustados em 1,94%, conforme percentual apresentado na pauta de valores para incidência do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) do Governo do Distrito Federal. Não houve avaliação do terreno localizado na SCES Trecho 03, Lote 07, tendo em vista que ele foi transferido para este órgão no exercício de 2018. Houve investimentos em obras e instalações nos edifícios sede deste órgão, o que justifica a variação percentual diferenciada de 4% em relação ao demais imóveis.

IMOBILIZADO				
Descrição	Inscrição (rip)	Saldo 2018	Saldo 2017	(AH%)
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	R\$ 231.151.715,24	R\$ 221.678.010,95	4,3%
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	R\$ 909.088,98	R\$ 891.789,44	1,9%
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 nº 06	9701050905009	R\$ 1.416.188,97	-	0,0%

continua...

IMOBILIZADO				
Descrição	Inscrição (rip)	Saldo 2018	Saldo 2017	(AH%)
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	R\$ 1.069.423,29	R\$ 1.065.811,17	0,3%
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	R\$ 1.335.066,47	R\$ 1.309.657,00	1,9%
Terreno - SGON q. 4 Lt 6	9701232575004	R\$ 236.324,43	R\$ 231.826,99	1,9%
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	R\$ 58.000.000,00	-	0,0%
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	R\$ 1.800.903,40	R\$ 1.766.627,82	1,9%

Quadro 108 - NOTA 4: Imobilizado (Bens Imóveis)

Nota 5 – Intangíveis

Softwares: Em 2018, houve acréscimo patrimonial do grupo intangível (*software*) de 9,43%, tendo em vista gastos de despesas de capital no total de R\$ 2.341.616,76. O sistema informatizado interno deste órgão está configurado para distinguir os intangíveis de vida útil indefinida daqueles com vida útil definida. Atualmente, não há *softwares* enquadrados neste último, o que justifica ausência de amortização neste exercício.

Nota 6 – Passivo Circulante

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais: Na conta Precatórios de Pessoal foram provisionadas despesas a serem liquidadas em 2019, conforme recomendações e valores informados pelo então Ministério do Planejamento no Ofício-Circular SEI nº 485/2018-MP, Processo STJ n. 323/2019. A conta encerrou com o saldo de R\$ 32.289.904,35, quando o correto seria R\$ 16.232.417,35, tendo como justificativa o fato de que a área responsável pelo referido ajuste estornou o valor de R\$ 16.057.487,00, em 4 de janeiro de 2019, sem indicar data retroativa (2019NS000031). Neste mesmo grupo do passivo, na conta Precatórios de Benefícios Previdenciários, foi registrado o passivo de R\$ 17.337.997,11, também nos termos do ofício acima informado.

Provisões a Curto Prazo: Semelhante ao informado no item anterior, o referido passivo, no valor total de R\$ 46.733.866,00, relacionado com o pagamento de Requisições de Pequeno Valor - RPV, foi registrado considerando o montante informado no Anexo I do supracitado Ofício-Circular SEI n. 485/2018-MP do Ministério do Planejamento;

Nota 7 - Obrigações de Longo Prazo

Cerca de 98% do saldo da referida conta está relacionado com valores a serem pagos ao titular do CPF 061.233.991-28, cuja decisão final de pagamento aguarda deliberação administrativa interna. O acompanhamento da integridade desta conta é realizado no Processo STJ n. 29940/2015;

Nota 8 – Patrimônio Líquido

A variação horizontal expressiva observada no Resultado do Exercício está relacionada, entre outros fatores, pela incorporação de um terreno e taxas de inscrição em concursos (ambas explicadas na Nota 13) e pela redução expressiva de cota devolvida neste exercício.

	2018	2017	AH(%)
Resultado do Exercício	R\$ 184.768.200,18	R\$ 4.658.017,64	3.867,00%
Resultado de Exercícios Anteriores	R\$ 324.276.134,45	R\$ 372.749.873,46	-13,00%
Ajustes de Exercícios Anteriores	(R\$ 27.265.442,83)	(R\$ 53.131.756,65)	-48,68%

Quadro 109 - NOTA 8: Patrimônio Líquido

Nota 9 – Saldo Patrimonial

O Saldo Patrimonial é a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente) e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente) que, neste mês, apresentou saldo positivo, indicando situação favorável do órgão em relação à sua capacidade de arcar com seus compromissos. O percentual de 156,61% superior ao saldo observado em 2017 deve-se, entre outros fatores, ao aumento do ativo permanente pela incorporação de terreno neste exercício (ver Nota 13) e a um saldo na conta Caixa e Equivalentes de Caixa superior em quase R\$ 90.000.000,00 em comparação com o exercício passado.

Nota 10 – Saldo dos Atos Potenciais Ativos

O montante registrado no Quadro de Compensações do Ativo está relacionado com as garantias contratuais colocadas à disposição deste Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. Dos valores registrados, 97,55% referem-se a seguros-garantia, 2,28%, a cartas-fiança e 0,15%, cauções. O acompanhamento e a conformidade destes saldos são feitos no Processo STJ n. 6671/2015;

Nota 11 – Saldo dos Atos Potenciais Passivos

Nesse quadro são registrados Termos de Execução Descentralizada (TEDs) para colaboração mútua com outros órgãos da Administração Pública em diversas ações, por exemplo, prestação de serviços gráficos, participação de servidores em treinamentos, solenidades e homenagens, bem como os contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços, fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços. A composição dos saldos é assim distribuída a) 93,49% - Contratos de Serviços; b) 6,39% - Contratos de Fornecimento; c) 0,04% - Contratos de Seguro e d) 0,07% - Aluguéis.

Nota 12 – Superávit Financeiro

O saldo positivo apresentado nesta conta em 2018, obtido por intermédio da subtração entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, informa que os ingressos financeiros superaram as obrigações e despesas liquidadas e pagas.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Demonstrativo Contábil que evidencia as alterações ocorridas no patrimônio desta Corte durante o presente exercício financeiro, resultante ou independente da execução orçamentária.

Crítérios e Políticas Contábeis do DVP

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, dentro da lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que está em consonância com a contabilidade aplicada ao setor público. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimo nos benefícios econômicos para o STJ, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de obrigações, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, também permitido na contabilidade aplicada ao setor público. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit ou Déficit do Exercício no Balanço Patrimonial. A seguir, o mapa das variações acumuladas no exercício:

	2018	2017	AH (%)	Variação (R\$)
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	R\$1.825.772.809,11	R\$ 1.610.904.496,29	13,3%	R\$ 214.868.312,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 35.588.297,91	R\$31.716.370,53	12,2%	R\$ 3.871.927,38
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 6.125.169,71	R\$ 535.391,68	1044,1%	R\$ 5.589.778,03
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$1.840,87	R\$14,64	12474,2%	R\$1.826,23
Transferências e Delegações Recebidas	R\$1.707.257.431,14	R\$ 1.540.718.210,51	10,8%	R\$ 166.539.220,63
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc.Passivos	R\$ 73.012.057,86	R\$32.595.355,98	124,0%	R\$ 40.416.701,88
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 3.788.011,62	R\$5.339.152,95	-29,1%	-R\$ 1.551.141,33
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	R\$1.641.004.608,93	R\$1.606.246.478,65	2,2%	R\$ 34.758.130,28
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 793.600.396,67	R\$792.081.557,52	0,2%	R\$ 1.518.839,15
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 385.319.548,56	R\$380.660.071,12	1,2%	R\$ 4.659.477,44
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	R\$ 307.937.569,54	R\$255.483.863,47	20,5%	R\$ 52.453.706,07
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$123.843,83	R\$ 66.927,23	85,0%	R\$56.916,60
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 68.595.180,40	R\$142.345.197,21	-51,8%	-R\$ 73.750.016,81

continua...

...continuação	2018	2017	AH (%)	Varição (R\$)
Desvalorização e Perda de Ativos	R\$ 67.416.192,22	R\$16.691.734,55	303,9%	R\$ 50.724.457,67
Tributárias	R\$534.827,99	R\$ 313.350,93	70,7%	R\$221.477,06
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 17.477.049,72	R\$18.603.776,62	-6,1%	-R\$ 1.126.726,90
(=) RESULTADO PATR. DO PERÍODO III = (I-II)	R\$ 184.768.200,18	R\$4.658.017,64	3866,7%	R\$ 180.110.182,54

Quadro 110 - NOTA 12: mapa das variações acumuladas no exercício

Nota 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Taxas: Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos ao STJ e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. As receitas sensibilizam a conta SIAFI “Taxa pela Prestação de Serviços” deste órgão. Porém, o referido financeiro é creditado diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços: A maior parte dos saldos registrados neste item diz respeito à arrecadação com serviços administrativos e locação de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos, entre outros). Este item apresentou variação expressiva em relação a 2017, tendo em vista arrecadação extraordinária de receitas com a realização de concurso público para preenchimento de vagas no quadro efetivo desta Corte;

Transferências e Delegações Recebidas: Cerca de 95,6% do saldo apresentado neste grupo decorrem de cotas recebidas para custeio das despesas do STJ, devidamente autorizadas na LOA. A tabela abaixo detalha os itens deste grupo nos quais são feitas as seguintes considerações: (I) – Repasse Recebido: recursos transferidos pelo CJF pela utilização do plano de saúde deste Tribunal; (II) Movimentações de Saldos Patrimoniais: variação atípica justificada pela transferência de um terreno da Superintendência do Patrimônio da União (SPU/DF), em 23/2/2018, para esta UG 050001, destinado à instalação futura da sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) no valor de R\$ 58.000.000,00:

	2018	2017	AH (%)
Transferência e Delegações Recebidas	R\$ 1.707.257.431,14	R\$ 1.540.718.210,51	10,8%
Transferência Intragovernamentais	R\$ 1.647.017.816,60	R\$ 1.540.513.666,50	6,9%
Cota Recebida	R\$ 1.632.143.765,89	R\$ 1.531.835.096,99	6,5%
Repasse Recebido	R\$ 6.059.089,52	R\$ 5.686.746,58	6,5%
Sub Repasse Recebido	R\$ 5.826.890,08	R\$ 2.788.430,64	-
Transferência Recebida para Pagamento	R\$ 2.579.799,61	R\$ -	-
Demais Transferências Recebidas	R\$ 64.141,60	R\$ 64.632,73	-0,8%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	R\$ 227.375,24	R\$ 138.759,56	63,9%
Movimentação de Variações Patrimoniais	R\$ 116.754,66	R\$ -	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 60.239.614,54	R\$ 204.544,01	29350,7%

Quadro 111 - NOTA 13: Transferências e Delegações Recebidas

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: A variação expressiva neste item decorreu de registro incorreto na conta Reavaliação de Imóveis (2018NL8000010), sendo posteriormente corrigido pela 2018NL8000012;

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas: Os saldos registrados se referem ao recolhimento para os cofres do Tesouro Nacional das custas pela remessa de processos físicos ao STJ. Em comparação com 2017, houve uma redução de receitas de 31,31%;

Nota 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Esse grupo representa o consumo de material de almoxarifado pelas unidades do STJ, as diárias e passagens aéreas emitidas, os serviços de terceiros pessoa física e jurídica contratados e a depreciação e amortização dos bens de capital, indicando aumento de aproximadamente 21% em relação ao exercício anterior:

	2018		2017		AH (%)
Consumo de materiais	R\$	7.065.875,22	R\$	7.769.540,43	-9,00%
Distribuição de material Gratuito	R\$	4.099,20	R\$	-	0,00%
Diárias	R\$	2.832.570,56	R\$	2.125.864,13	33,0%
Serviços Terceiros Pessoa Física	R\$	20.283.100,59	R\$	2.657.190,02	663%
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	R\$	264.554.479,75	R\$	230.030.645,01	15,00%
Depreciação	R\$	13.188.409,26	R\$	12.884.812,84	2,00%
Amortização	R\$	9.034,96	R\$	15.811,04	-43,0%
Total	R\$	307.937.569,54	R\$	255.483.863,47	21%

Quadro 112 - NOTA 14: Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Transferência e Delegações Concedidas: Item relacionado com a) Repasses Concedidos por ocasião de prestação de serviços pactuados por Termos de Execução Descentralizada (TED) entre o STJ e outros órgãos da Administração Pública; b) Sub-Repasse Concedido à Escola Nacional de Formação Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, unidade gestora do Órgão 11000 – Superior Tribunal de Justiça (STJ); c) Cotas Devolvidas, por ocasião de cancelamento de restos a pagar, entre outros.

Desvalorização e Perda de Ativos: Ver Nota 13 – “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”

Nota 15 – Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial do período foi positivo tanto no presente exercício como em 2017. Os principais itens a destacar nas VPA's são o aumento nas cotas recebidas e a incorporação de terreno (ver Nota 13); pelo lado das VPD's temos uma redução expressiva nas Transferências e Delegações Concedidas, consequência de uma menor devolução de recursos financeiros decorrentes de cancelamentos de restos a pagar neste exercício.

Balanço Orçamentário - BO

Demonstrativo contábil em que se confrontam, num dado momento, as receitas e as despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com aquelas efetivamente realizadas. A partir desta comparação é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário.

Crítérios e Políticas Contábeis do BO

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Nota 16 – Receitas Correntes

As receitas realizadas superaram sua previsão atualizada em cerca de 1.413%. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) não possui autonomia para atualizar dados de natureza tributária no presente balanço, competência da Secretaria-Adjunta de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal SEAFI/SOF (Portaria n. 02, de 17 de fevereiro de 2017 – DOU – Seção 01 nº 37, terça-feira, 21 de fevereiro de 2017). Por meio do comunicado n. 2017/1518536, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foi questionada da possibilidade de consultar no SIAFI as estimativas de receita de natureza tributária individualizada por órgão e/ou efetuar este tipo de consulta no Balanço Orçamentário. A STN em resposta (MSG 2017/1518536) afirmou que “a previsão de receita e a receita atualizada são apresentadas no Balanço Orçamentário da Unidade Orçamentária responsável, não sendo possível constar na UG arrecadadora pelas regras atuais do sistema e de contabilização da receita. Está sendo realizado um estudo para readequação da sistemática atual, para redefinir onde constará todo o ciclo da receita no balanço orçamentário, mas não há nada concreto até o momento.”.

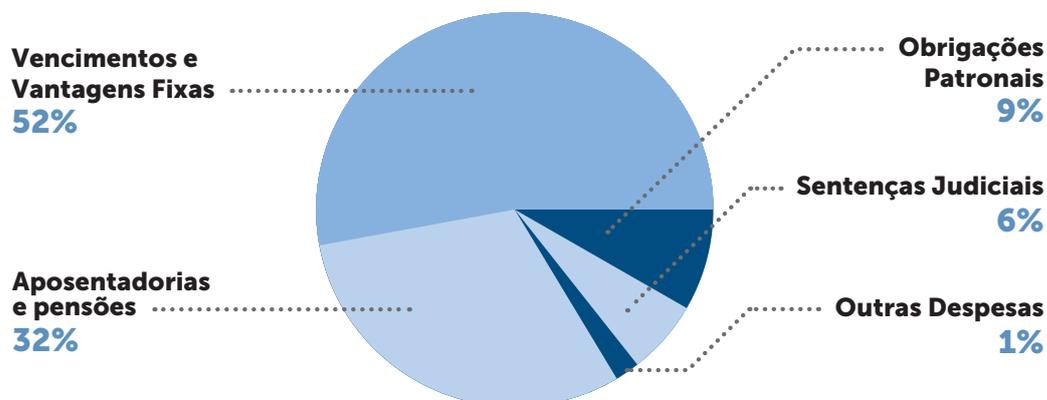
Nota 17 – Déficit em Receitas Realizadas

O déficit apresentado decorre do fato de o STJ não ser órgão arrecadador de receitas, mas sim executor dos créditos orçamentários a ele destinados pela Lei Orçamentária Anual – LOA. Os recursos financeiros que dão suporte às despesas executadas pelo órgão podem ser acompanhados através da DVP – Transferências e Delegações Recebidas.

Nota 18 – Despesas Orçamentárias

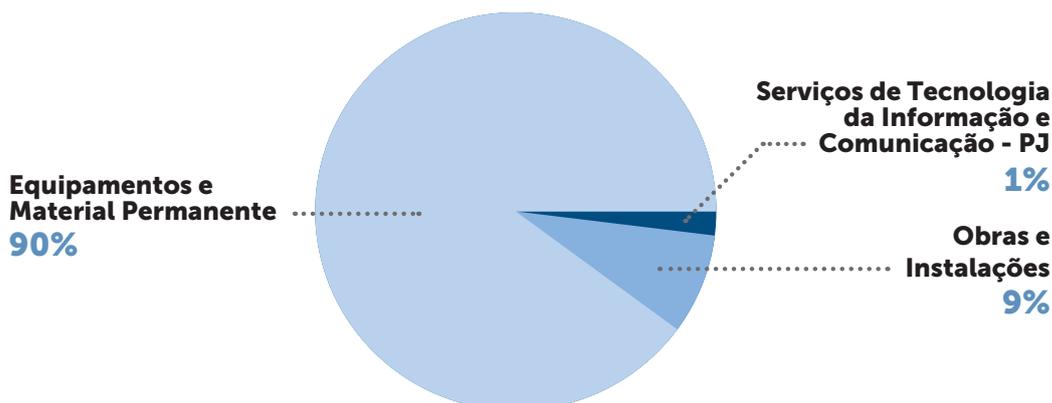
As despesas executadas no exercício de 2018 estão distribuídas conforme os gráficos a seguir.

Pessoal e Encargos Sociais



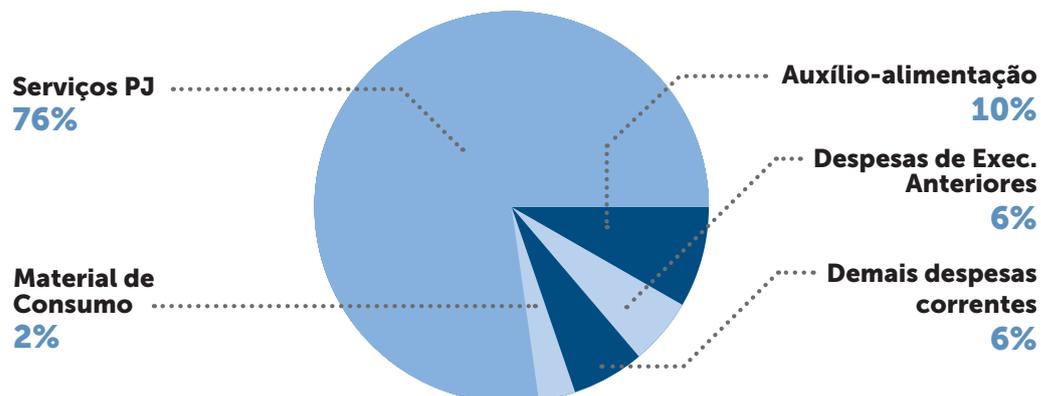
Quadro 113 - NOTA 18: Despesas Orçamentárias - Pessoal e Encargos Sociais

Despesas de Capital - Investimentos



Quadro 114 - NOTA 18: Despesas Orçamentárias - Despesas de Capital - Investimentos

Outras Despesas Correntes



Quadro 115 - NOTA 18: Despesas Orçamentárias - Outras Despesas Correntes

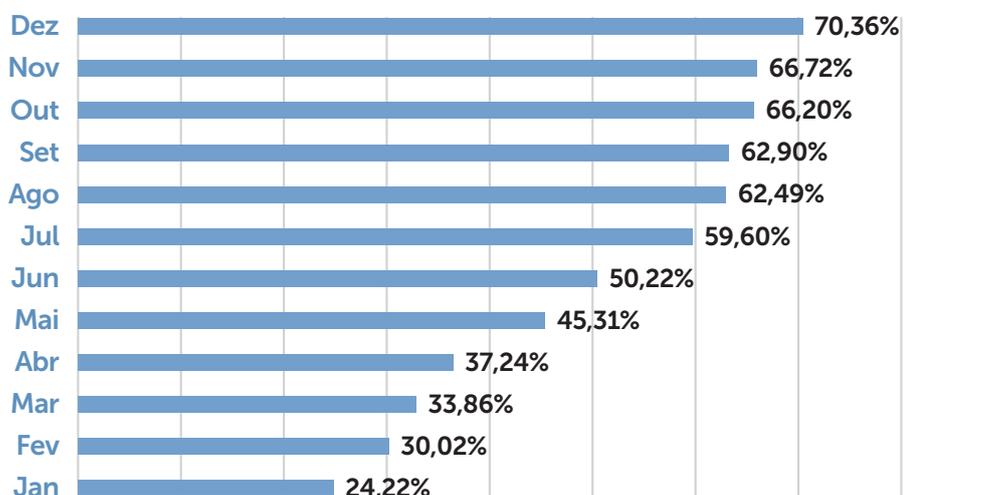
Nota 19 – Saldo da Dotação

O “Saldo da Dotação” apresentou resultado negativo, tendo em vista a não contabilização dos “Destaques Recebidos” na coluna “Dotação Atualizada”. Os referidos destaques originam do órgão 20113 (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e estão relacionados com créditos para pagamento de decisões judiciais.

Nota 20 – Execução de Restos a Pagar

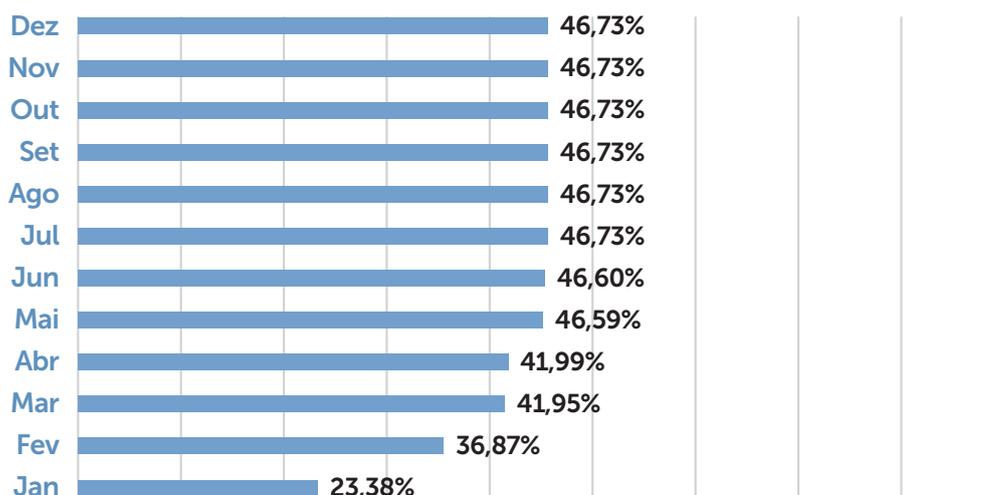
O STJ, em atendimento ao princípio orçamentário da anualidade (art. 2º da Lei n. 4.320/64) e às orientações do Acórdão TCU n. 2823/2015, executa monitoramento dos créditos inscritos em restos a pagar, principalmente quando se trata de despesas obrigatórias. Dessa forma, as despesas de pessoal inscritas em RP serão utilizadas, em sua grande maioria, para liquidação e pagamento de despesas relacionadas ao mês de dezembro deste exercício e não deverão manter saldos após o fim do primeiro trimestre de 2019 (ver Processo STJ n. 40.832/2018). Demais inscrição de RPs, tais como despesas continuadas, sentenças judiciais e gastos com planos de saúde estão igualmente fundamentadas, conforme expedientes anexados nos Processos STJ n. 36050/2018 e n. 40885/2018. A tabela a seguir apresenta a linha temporal de execução dos restos a pagar que ocorreram no exercício de 2018:

Restos a pagar não processados e reinscritos em 31 de dezembro de 2017



Quadro 116 - NOTA 20: Restos a pagar não processados e reinscritos em dez/2017

Restos a pagar proc e não processados líq. inscritos e reinscritos em 31 de dezembro de 2017



Quadro 117 - NOTA 20: Restos a pagar proc. e não proc. inscritos e reinscritos em dez/2017

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é o confronto entre receitas realizadas e despesas executadas e, em se tratando deste órgão, foi negativo, tendo em vista as informações apresentadas nas Notas 16 e 17;

Balanço financeiro - BF

Demonstrativo contábil em que se confrontam num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias deste Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Critérios e Políticas Contábeis do BF

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ.

Nota 21 – Saldo para Exercício Seguinte/Caixa e Equivalente de Caixa

O saldo informado, no valor de R\$ 196.797.988,29, refere-se ao valor disponível na Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento somado com as cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal. Não foram observadas inversões de saldos nas fontes dos recursos financeiros, conforme quadros I e II. Restos a pagar cancelados alcançaram a soma de R\$ R\$ 7.215.662,67 e os destaques recebidos e não utilizados totalizaram R\$ 47.500.991,38 (ver quadro III). Avaliou-se o diferido não constatando divergências.

QUADRO 1					
Fonte Recursos Detalhada	Atv Financ (a)	Psv. Financ (b)	(a)-(b)	821110000	Dif
0100000000 - Recursos Ordinários	R\$182.022.698,70	R\$66.821.859,85	R\$115.200.838,85	R\$115.200.838,85	0
0127000000 - Custas e Emol. - Poder Judiciário	R\$2.635.242,42	R\$1.326.164,66	R\$1.309.077,76	R\$1.309.077,76	0
0150000000 - Recursos não-Financ Diret. Arrec.	R\$ 247.334,93	R\$ -	R\$ 247.334,93	R\$247.334,93	0
0150111010 - Receitas Arrecadadas Diret. - STJ	R\$5.105.261,29	R\$ 14.444,72	R\$5.090.816,57	R\$5.090.816,57	0
0175111010 -STJ-Ressarc Desp Porte Rem/Ret. Autos	R\$4.595.984,83	R\$3.297.066,39	R\$1.298.918,44	R\$1.298.918,44	0
0190000000 - Recursos Diversos	R\$ 27.297,10	R\$ 27.297,10	R\$ -	R\$ -	0
0350111010 - Receitas Arrecadadas Diret. - STJ	R\$ 804.833,77	R\$ 78.734,57	R\$ 726.099,20	R\$ 726.099,20	0
0375111010 - STJ-Ressarc Desp Porte Rem/Ret Autos	R\$1.359.335,25	R\$1.034.845,64	R\$324.489,61	R\$324.489,61	0
Total	R\$ 196.797.988,29	R\$ 72.600.412,93	R\$ 124.197.575,36	R\$ 124.197.575,36	0

Quadro 118 - NOTA 21: Quadro 1

QUADRO 2					
Fonte	111122001 (A)	Inscrição de RP (B)	(A) – (B) = (C)	821110000 (D)	(C)-(D) = (E)
100	R\$ 182.022.698,70	R\$ 66.821.859,85	R\$ 115.200.838,85	R\$ 115.200.838,85	0
127	R\$ 2.635.242,42	R\$ 1.326.164,66	R\$ 1.309.077,76	R\$ 1.309.077,76	0
150	R\$ 5.352.596,22	R\$ 14.444,72	R\$ 5.338.151,50	R\$ 5.338.151,50	0
175	R\$ 4.595.984,83	R\$ 3.297.066,39	R\$ 1.298.918,44	R\$ 1.298.918,44	0
350	R\$ 804.833,77	R\$ 78.734,57	R\$ 726.099,20	R\$ 726.099,20	0
375	R\$ 1.359.335,25	R\$ 1.034.845,64	R\$ 324.489,61	R\$ 324.489,61	0
Total	R\$ 196.770.691,19	R\$ 72.573.115,83	R\$ 124.197.575,36	R\$ 124.197.575,36	0

Quadro 119 - NOTA 21: Quadro 2

QUADRO 3			
PTRES	DESTAQUE RECEBIDO	DESPESAS LIQUIDADAS	DESTAQUE NÃO UTILIZADO
84456	R\$ 1.800,00	R\$1.800,00	R\$ -
96903	R\$ 4.212,90	R\$4.212,90	R\$ -
137191	R\$ 35.325,00	R\$35.325,00	R\$ -
85311	R\$ 56.814,62	R\$56.814,62	R\$ -
118659	R\$1.433.108,00	R\$ 1.059.545,34	R\$373.562,66
85268	R\$5.960.937,00	R\$ 5.960.937,00	R\$ -
118658	R\$ 14.624.379,00	R\$ 2.465.110,46	R\$ 12.159.268,54
90162	R\$ 45.834.951,00	R\$ 14.040.444,17	R\$ 31.794.506,83
90161	R\$ 55.393.549,00	R\$ 52.219.895,65	R\$ 3.173.653,35
Total	R\$123.345.076,52	R\$ 75.844.085,14	R\$ 47.500.991,38

Quadro 120 - NOTA 21: Quadro 3

Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC

Este demonstrativo indica quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa, classificado em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período e o resultado desses fluxos

Nota 22 – Ingressos

Cerca de 95% das receitas derivadas e originárias registradas no exercício estão relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito deste Tribunal, nos processos de competência originária ou recursal (Lei n. 11.636/2007). Já o saldo informado em “Outros Ingressos das Operações” representa cerca de 98% dos ingressos e está relacionado com as cotas recebidas e transferências recebidas independentes da execução orçamentária, assuntos já tratados na Nota 13.

Nota 23 – Desembolsos

Os desembolsos verificados neste período estão assim distribuídos: despesa com pessoal (61,3%); previdência social (23,4%); encargos especiais - pagamento de sentenças judiciais (4,2%); transferências intragovernamentais – contribuição patronal; outras – (6,9%); outros desembolsos operacionais, entre outros (4,2%).

Nota 24 – Encargos Especiais

Os “encargos especiais” dizem respeito a pagamentos de precatórios de ativos e inativos, tanto civis como militares, assim como sentenças de pequeno valor para os mesmos grupos.

Nota 25 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Os desembolsos apresentados estão relacionados com a execução de obra de infraestruturas e incorporação de instalações (13,2%) e aquisição de bens permanentes (86,8%).



SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS, Quadra 06, Lote 01, Trecho III
CEP: 70.095-900, Brasília - DF
fone: (61) 3319-8000

